

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	5
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	9
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	10
1.5 Principais clientes	17
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	18
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	21
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	23
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	24
1.10 Informações de sociedade de economia mista	30
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	31
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	32
1.13 Acordos de acionistas	33
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	34
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	35
1.16 Outras informações relevantes	36
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	37
2.2 Resultados operacional e financeiro	48
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	50
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	52
2.5 Medições não contábeis	53
2.6 Eventos subsequentes as DFs	60
2.7 Destinação de resultados	61
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	64
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	65
2.10 Planos de negócios	66
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	70
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	71
3.2 Acompanhamento das projeções	72

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	73
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	106
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	107
4.4 Processos não sigilosos relevantes	110
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	119
4.6 Processos sigilosos relevantes	120
4.7 Outras contingências relevantes	121
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	122
5.2 Descrição dos controles internos	124
5.3 Programa de integridade	127
5.4 Alterações significativas	132
5.5 Outras informações relevantes	133
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	134
6.3 Distribuição de capital	138
6.4 Participação em sociedades	139
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	140
6.6 Outras informações relevantes	141
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	142
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	147
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	148
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	151
7.4 Composição dos comitês	163
7.5 Relações familiares	166
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	167
7.7 Acordos/seguros de administradores	168
7.8 Outras informações relevantes	169
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	172

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	177
8.3 Remuneração variável	181
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	183
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	188
8.6 Outorga de opções de compra de ações	189
8.7 Opções em aberto	190
8.8 Opções exercidas e ações entregues	191
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	192
8.10 Outorga de ações	193
8.11 Ações entregues	194
8.12 Precificação das ações/opções	195
8.13 Participações detidas por órgão	196
8.14 Planos de previdência	197
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	198
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	199
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	200
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	201
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	202
8.20 Outras informações relevantes	203
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	204
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	206
9.4 Outras informações relevantes	207
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	208
10.1 Descrição dos recursos humanos	210
10.2 Alterações relevantes	211
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	212
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	215
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	216
10.5 Outras informações relevantes	217
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	218
11.2 Transações com partes relacionadas	223
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	225
11.3 Outras informações relevantes	226
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	227
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	228
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	229
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	230
12.5 Mercados de negociação no Brasil	231
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	232
12.7 Títulos emitidos no exterior	233
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	234
12.9 Outras informações relevantes	235
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	236
13.1 Declaração do diretor presidente	237
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	238
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	239

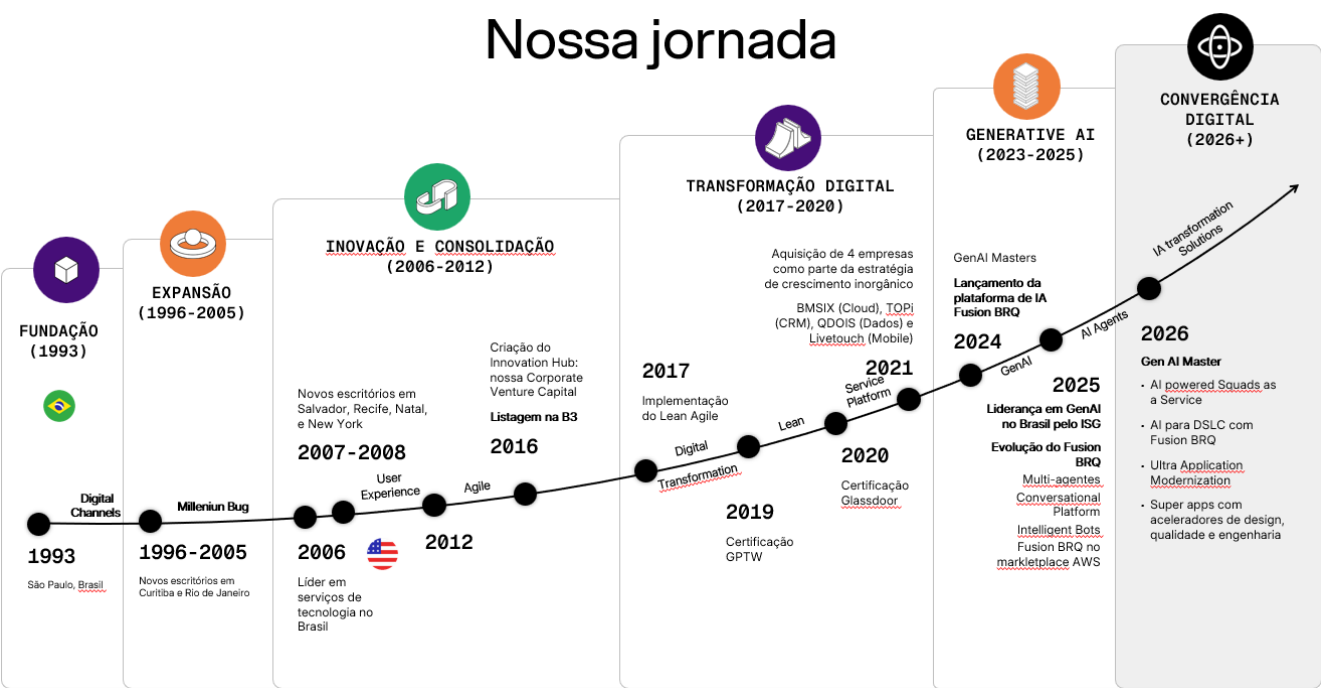
1.1 Histórico do emissor

1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor

A BRQ atua em desafios onde a complexidade faz parte do jogo. Onde o contexto importa e as decisões precisam ser bem conduzidas para gerar progresso de verdade.

Porque a construção e a evolução de produtos e soluções digitais partem do entendimento profundo de cada negócio. A BRQ não chega com respostas prontas, combina engenharia e design com técnica e experiência prática.

É assim que a Empresa transforma desafios complexos em progresso: **com foco no que importa, cuidado nas escolhas e responsabilidade sobre tudo o que é construído.**



A Companhia construiu uma forte reputação durante anos e tem em sua base de clientes as maiores empresas nacionais dos mais variados segmentos. Diversos institutos de pesquisas, revistas e quadrantes de mercado nos reconhecem como:



1.1 Histórico do emissor

O norte verdadeiro da Companhia é, por meio de uma equipe qualificada, engajada e uma liderança inspiradora, ser referência na evolução digital das empresas, como um parceiro estratégico capaz de transformar os desafios em oportunidades de impacto por meio de inovação e execução eficaz.

A BRQ é uma empresa de tecnologia capaz de transformar os desafios complexos em progresso e oportunidades de impacto por meio de inovação e execução eficaz. Para a Empresa, a tecnologia é capaz de criar soluções que transformam a realidade das empresas e impactam positivamente a vida das pessoas.

Cultura

A BRQ reúne sua agenda de cuidado e apoio no BRQ Vita, programa que consolida, em um só lugar, as frentes voltadas ao bem-estar, equilíbrio e qualidade de vida dos profissionais ao longo de sua jornada.



Estruturado em **quatro pilares**, o BRQ Vita traduz de forma mais clara o compromisso da Companhia com cuidado contínuo, próximo e integral:

Vita Corpo

O pilar Vita Corpo concentra iniciativas ligadas à promoção da saúde física e de hábitos mais saudáveis, com apoios como Wellhub, SESC, Ortopedia em Foco, Orientação Nutricional Conexa, Plano de Saúde Bradesco, Teleodonto e Gestão da Internação.

Vita Mente

O Vita Mente reúne frentes voltadas ao cuidado com a saúde emocional, com suporte acessível para diferentes momentos da jornada, como Psicoterapia Conexa, Telemedicina Conexa, Programa High User e Palestras de Saúde.

Vita Família

O Vita Família organiza apoios que reconhecem diferentes fases da vida com proximidade e acolhimento, incluindo Cesta Natalidade, Auxílio Creche, Auxílio para Filhos PCDs, Body Ferinhas, Seguro de Vida e Previdência Privada.

1.1 Histórico do emissor

Vita Confiança

O Vita Confiança reúne mecanismos de suporte, orientação e segurança no dia a dia, com iniciativas como eNPS mensal, GPTW e Canal de Ética. Por meio do BRQ Vita, a BRQ organiza de forma mais integrada seus benefícios, apoios e mecanismos de escuta, reforçando um ambiente mais seguro, acolhedor e alinhado ao cuidado com as pessoas.

ESG

A Companhia acredita que transformar a vida das pessoas é parte do nosso business. A BRQ quer impactar de forma positiva a sociedade e vem expandindo seus compromissos de ESG para acelerar o crescimento sustentável e melhorar a vida das pessoas.

A seguir, destaca-se algumas das principais ações. Informações adicionais podem ser consultadas no Relatório de Sustentabilidade, disponível em brq.com/esg.

Social

- +R\$ 3MM investidos em projetos sociais via Leis de Incentivo (causas sociais, cultura, infância e adolescência, idoso e esporte).
- Prêmio Empresa Amiga da Melhor Idade (Casa Ondina).
- Patrocínio oficial e principal da Corrida do Arco-íris.
- Projeto Sustentável Patrocinadora do Avant Garden – Projeto sustentável premiado pelo World Summit Award Brasil.
- Patrocinadores do PerifaCon 2025.
- Patrocinadores oficiais do Instituto Porto Seguro.
- Patrocinadora Jaguar Parade (projeto de conscientização ambiental e proteção: Patrocínio Projeto Jaguar Parade).
- Canal de Ética.
- Certificação ISO 27001 (segurança e proteção de dados).
- Movimento Trabalho Ético: somos uma das 1^{as} signatárias da Carta dos Princípios do Trabalho em Tecnologia (Brasscom).
- Patrocinadores do Projeto Roda de Mulheres do Instituto Trovadores Urbanos.

Governance

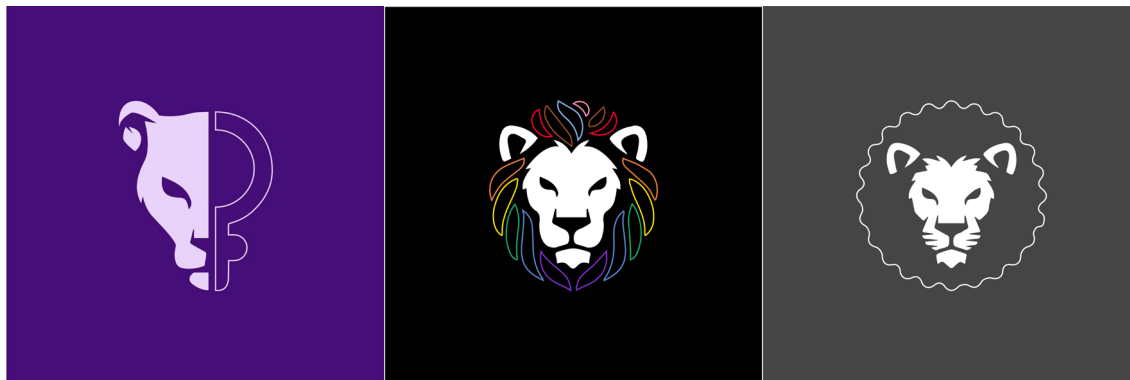
- Empresa listada na B3 (Bolsa de Valores do Brasil)
- Auditada pela EY (Big Four)

Diversidade, Inclusão e Liberdade

A transformação na BRQ começa com as pessoas. Um dos pilares da cultura é promover um espaço para que todos e todas sintam-se livres para serem quem são. A Companhia busca cultivar um ambiente de

1.1 Histórico do emissor

colaboração, respeito e diversidade. Onde cada um é livre para se desenvolver e se tornar a sua melhor versão. No Programa de Diversidade e Inclusão, o principal objetivo é de fomentar e zelar por uma cultura inclusiva e diversa, humanizando todas as relações. Os Grupos de Afinidade Roar (Girls Roar, Colorful Roar e Black Roar) são as vozes dos Feras, que promovem discussões para a evolução do tema e de ações de diversidade na BRQ.



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Companhia tem avançado na evolução de seu modelo operacional para uma abordagem AI-Native, buscando ganhos de eficiência, maior capacidade de entrega e fortalecimento de seu posicionamento como plataforma integrada de geração de valor aos clientes.

A Companhia tem avançado na evolução de seu modelo operacional, com maior integração entre especialidades, uso de inteligência artificial e ampliação da capacidade de entrega em escala. Esse movimento combina profundidade técnica, disciplina de execução e maior capacidade de atender desafios complexos de transformação digital.

A atuação da Companhia parte do entendimento profundo do contexto de negócio de seus clientes, combinando engenharia, design, tecnologia e experiência prática para desenvolver produtos e soluções digitais aderentes a demandas reais de mercado. Essa abordagem permite à BRQ transformar desafios complexos em resultados concretos, com foco em inovação, eficiência e geração de valor sustentável.

Com equipe qualificada, engajada e apoiada por uma liderança próxima ao negócio, a BRQ segue fortalecendo seu papel como parceira estratégica na evolução digital das empresas. Esse posicionamento também é sustentado por sua cultura organizacional, refletida, entre outros reconhecimentos, na presença da Companhia entre os destaques do GPTW.

Transformamos problemas complexos em progresso. Combinamos especialistas, plataformas e inteligência artificial em modelos de entrega cada vez mais orientados a valor, ampliando a eficiência e a geração de resultados para nossos clientes.

A seguir, são apresentados tópicos detalhados sobre a BRQ, com destaque para seus direcionadores estratégicos, capacidades operacionais e principais frentes de evolução no período.

Centros de Excelência e Especialidades

A BRQ fortalece seu modelo de atuação por meio de Centros de Excelência Integrados, organizados em especialidades estratégicas como Arquitetura de Referência, Data, Analytics e AI, Mobile, Salesforce, Modernização de Legado, Cloud, Produtos Digitais e Experiência e Business Applications (SAP / Oracle).

A atuação integrada dessas capacidades amplia a capacidade de execução da BRQ em desafios complexos e reforça sua habilidade de gerar resultados consistentes para seus clientes.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Modelo de entrega Squads-as-a-Services by AI

A BRQ consolida seu modelo de entrega por meio da abordagem de Squads-as-a-Service by AI, que combina capacidades multidisciplinares com uso intensivo de inteligência artificial ao longo de toda a cadeia de entrega.

Esse modelo contribui para acelerar a construção de ativos digitais, ampliar produtividade e qualidade, fortalecer a governança de delivery, segurança, custos e disciplina operacional, além de reduzir riscos na execução.

As squads integram estratégia, desenvolvimento, dados, IA e experiência, ampliando a capacidade de entrega de geração contínua de valor para os clientes. A inteligência artificial, como elemento estruturante do modelo operacional, acelera entregas e viabiliza ganhos de escala.

Inteligência Artificial como pilar estrutural

A inteligência artificial ocupa posição central no modelo de atuação da BRQ e vem sendo aplicada de forma transversal em suas diferentes especialidades, fortalecendo a integração entre tecnologia, operação e geração de valor para os clientes.

A adoção de uma abordagem AI-First contribui para ganhos consistentes de produtividade, qualidade e velocidade de execução, ao mesmo tempo em que amplia a capacidade da Companhia de escalar suas operações com maior eficiência, reforçando a evolução do modelo operacional da Companhia.

Fusion BRQ e Plataforma Enterprise AI

O Fusion BRQ atua como backbone tecnológico da Companhia, permitindo orquestração de soluções e agentes de IA em escala.

Integrado ao BRQ Enterprise AI, esse ambiente viabiliza maior agilidade no desenvolvimento de soluções, reforça a governança tecnológica e amplia a flexibilidade de arquitetura, permitindo à Companhia acelerar a inovação e sustentar a evolução de suas capacidades de IA sem lock-in tecnológico.

Parcerias Estratégicas

A BRQ ampliou sua atuação com parceiros globais de tecnologia como AWS, Google Cloud, Microsoft, Salesforce, Oracle, Databricks, Datadog e FullStory, reforçando seu posicionamento como integradora de referência em nuvem, dados e inteligência artificial no mercado brasileiro.

Essas parcerias impulsionam inovação, acesso a novas tecnologias, iniciativas de co-sell e expansão de mercado, além de fortalecer o ecossistema de atuação da Companhia.

No âmbito da parceria com a Amazon Web Services, a Companhia concluiu projetos com clientes dos setores financeiro, de energia e de manufatura, ampliando sua atuação para além do segmento financeiro.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A BRQ mantém posição singular no mercado latino-americano como detentora da competência AWS Mainframe Modernization, com pipeline ativo diversificado e negociações avançadas junto a instituições relevantes no mercado brasileiro.

A Companhia tem desenvolvido iniciativas em Inteligência Artificial Generativa nas principais plataformas de IA em nuvem, buscando evoluir provas de conceito para soluções aplicáveis ao ambiente produtivo dos clientes.

Na parceria com a Salesforce, a Companhia reforçou sua posição em IA aplicada a CRM e experiência do cliente, com habilitações em Agentforce e Data Cloud, além de pipeline comercial qualificado e evolução consistente no programa de parceiros.

A Companhia também ampliou sua atuação com Google Cloud, Databricks, Datadog e Oracle, fortalecendo ofertas em modernização de dados, observabilidade, Multicloud e Business Applications, e ampliando sua capacidade de atendimento a clientes com ambientes tecnológicos complexos e heterogêneos.

Com um ecossistema de parcerias abrangente e capacidades técnicas reconhecidas pelos principais provedores globais, a BRQ segue fortalecendo sua capacidade de liderar projetos de transformação digital de alta complexidade e relevância no mercado brasileiro.

Innovation Hub e Corporate Venture Capital (CVC)

A BRQ fortalece sua agenda de inovação por meio do Innovation Hub e de iniciativas de Corporate Venture Capital (CVC), com foco em soluções B2B e na ampliação de seu portfólio de capacidades digitais.

Essas frentes contribuem para o acesso antecipado a tecnologias emergentes, o desenvolvimento de novas soluções e a aceleração do time-to-market dos clientes, além de ampliar a capacidade da Companhia de capturar novas oportunidades de negócio.



Principais reconhecimentos

A BRQ avançou em iniciativas que reforçam sua estratégia de crescimento, ampliação de capacidades e fortalecimento de posicionamento em frentes prioritárias. Os destaques a seguir sintetizam movimentos

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

relevantes em parcerias, reconhecimentos e estruturação de competências, com impacto na evolução do negócio e na capacidade de captura de novas oportunidades.

Líder em Generative AI Services em pela 2ª vez e Líder em Transformação Digital pelo 5º ano consecutivo nos estudos ISG Provider Lens™ Study – Brazil 2025.	Entre as Maiores e Melhores Empresas do Brasil pela Exame e pelo Anuário Telecom.	TOP of Mind Tech e TOP of Mind General Empresa inovadora, pioneira e sempre lembrada.
TOP 15 Middle Market e TOP 3 em Serviços e Consultoria de TI no Ranking 100 OpenStartups, maior prêmio de inovação nacional.	Paragon Awards: Case vencedor da categoria AI Pacesetter (Pitch Maker – Santander).	Entre as Melhores Empresas do Brasil pela Época Negócios 360º: 6º lugar no ranking setorial de Tecnologia, 5º lugar em Inovação e 8º lugar em

Expansão internacional e reestruturação da operação North America

A BRQ avançou em sua estratégia de internacionalização, com foco na reestruturação da operação na América do Norte e no início da expansão para a América Latina.

Na América do Norte, a Companhia promoveu ajustes em seu modelo operacional e comercial, com foco em eficiência, maior proximidade com clientes e alinhamento com parceiros estratégicos, como Salesforce e AWS. Entre os principais movimentos, destacam-se a revisão do go-to-market, a reorganização da estrutura comercial e de delivery, a maior integração com os Centros de Excelência no Brasil e a priorização de ofertas de maior valor agregado.

Paralelamente, a BRQ iniciou a expansão estruturada para a América Latina, com foco em ampliar o atendimento a clientes globais e regionais, viabilizar presença local e alavancar seu modelo de delivery distribuído com suporte dos times no Brasil.

Esse movimento reforça o posicionamento da BRQ como uma plataforma de serviços digitais com atuação internacional, ampliando seu mercado endereçável e suas oportunidades de crescimento.

Acesse brq.com e conheça soluções inovadoras para um mercado em constante transformação.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. produtos e serviços comercializados

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a receita líquida da Companhia é composta pela prestação de serviço de tecnologia e transformação digital que visa, principalmente, atender as seguintes demandas dos clientes:

Transformação do Core Business do Cliente: modernização do sistema legado e/ou migração de dados do legado para a cloud computing (solução de computação em nuvem); e

Transformação Digital: evolução dos canais digitais e business analytics, focando na aplicação estratégica de tecnologias inovadoras para resolver os desafios de eficiência, produtividade, desempenho e otimização de processos.

A atuação da Companhia é definida conforme a necessidade e a demanda de cada cliente, com o objetivo de otimizar os negócios e superar os desafios. As soluções desenvolvidas são tailor made especialmente na linha de negócios de transformação digital.

A Companhia explora o desafio do negócio, entende o problema e constrói a solução com a melhor e mais inovadora tecnologia, unindo aceleradores com soluções analíticas que facilitam a tomada de decisão a qualquer momento.

Destacamos que a Companhia possui apenas um segmento de negócio passível de reporte.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025	
Receita líquida de vendas e serviços	R\$	% do total
	593.671	100,00%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025	
Lucro Líquido	R\$	% do total
	68.436	100,00%

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

a. Características do processo de produção

A BRQ transforma problemas complexos em progresso. Combina especialistas, ferramentas e inteligência artificial para entregar projetos e equipes de tecnologia alinhadas aos desafios reais dos nossos clientes, que esperam excelência técnica e valorizam uma relação próxima e responsável. A Companhia é prestadora de serviços de tecnologia e de transformação digital. Seu processo de construção dos serviços, ou processo produtivo tem foco na geração de valor para os clientes.

1) Relacionamento com Clientes

A Companhia possui uma equipe comercial própria (canais de vendas diretos), que tem como objetivo ser o principal parceiro de serviços de tecnologia na transformação digital dos seus clientes, buscando um relacionamento de longo prazo e sempre crescente com cada um deles. A força de vendas é liderada pelo Vice-Presidente de Vendas, que responde ao CEO. A operação é segmentada primariamente por indústria, suportada por especialistas em cada linha de negócios e segue um processo de acompanhamento de oportunidades supervisionado via CRM.

2) Marketing

A Companhia utiliza canais digitais para atrair novos clientes e posicionar a marca como uma empresa relevante no setor. Essa força de vendas é comandada pela CRO que responde ao CEO. O trabalho é liderado pela área de Growth (Marketing Digital).

3) Vendas Recorrentes

Os gerentes de projetos ajudam na atividade comercial da venda do projeto, no desenvolvimento de aplicações e integrações. As suas atividades são essencialmente técnicas voltadas para a definição de escopo dos serviços a serem prestados pela Companhia. O preço da unidade de serviço é definido nos contratos dos clientes “base”. Para clientes “não base” é responsabilidade de cada gerente a negociação do preço de cada unidade. Todo processo de venda e pricing conta com o suporte da área de governança composta por profissionais de qualidade que acompanham o fechamento de cada contrato.

A Companhia possui historicamente relacionamento de longo prazo com seus clientes, possui também um forte histórico de atração e retenção de clientes, mostrando a evolução na entrada de clientes na companhia.

4) Atração e Treinamento de Profissionais:

A Companhia tem todos os seus processos 100% digitais, que se inicia já na busca e atração de talentos, onde é realizado um recrutamento dos mais diversos perfis de tecnologia e negócios para atuar em seus projetos. O onboarding também é 100% digital.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Uma vez contratados tais profissionais, inicia-se um trabalho para treiná-los, e mantê-los atualizados com as tecnologias mais avançadas e capacitados para atuação nos projetos da Companhia. Após o processo de treinamento e entendimento do processo de negócio, esses profissionais estão aptos para atuar nos projetos e em todo o ciclo da plataforma de serviços, sempre com foco na geração de valor para os clientes da Companhia.

A BRQ conta com uma Política de Treinamento que estabelece diretrizes para as ações de desenvolvimento, alinhadas às metas estratégicas do negócio e à cultura de aprendizagem contínua. Oferecemos ações internas e externas em diferentes modalidades (presencial, e-learning e híbrido), como BRQ Academy, ambiente online com certificação em trilhas digitais, meetups e o PIC (Programa de Incentivo a Certificações) e uma plataforma de idiomas online disponível para todos os nossos colaboradores.

b. Características do processo de distribuição

No Desenvolvimento de Aplicações e Integrações são os gerentes de projetos que fazem a atividade comercial da venda do projeto. As atividades são essencialmente técnicas voltadas para a definição de escopo. O preço da unidade de serviço já é definido nos contratos mães dos clientes base. Para clientes não base é responsabilidade deste gerente a negociação do preço. Todo processo de venda e pricing conta com o suporte da área de Governança onde profissionais de qualidade acompanham o fechamento do contrato.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

Ao observarmos a evolução da tecnologia nas últimas décadas, fica evidente que ela deixou de ocupar uma posição de suporte para se tornar parte central da criação de valor nas empresas.

i.1 Contínua sustentação do crescimento mercadológico pela Transformação Digital

A transformação digital, ou ainda mais, agora evolução digital, antes era impulsionada por automações e conectividade, agora entra em uma nova fase: a era da Inteligência Artificial Generativa (GenAI), que redefine processos, modelos de negócios e até produtos.

Durante a 3ª Revolução Industrial, a tecnologia tinha como papel apoiar outras áreas de negócios. Com o tempo, houve uma fusão crescente entre tecnologia e estratégia empresarial, tornando essas frentes praticamente indissociáveis. Hoje, tecnologia é o negócio e a IA Generativa é o símbolo mais evidente dessa nova realidade. Segundo o Gartner, em seu estudo *Forecasts Worldwide*, existe previsão de que os gastos mundiais com TI aumentarão em todas as regiões do mundo, apesar da turbulência econômica global.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

i.2 Inauguração da nova onda de investimento e novo ritmo de crescimento com IA

A Inteligência Artificial Generativa aparece como uma das principais responsáveis por esse movimento, com aplicações que vão desde copilotos para desenvolvedores e atendimento ao cliente, até criação automatizada de conteúdos e análise preditiva de dados complexos.

Em termos de tamanho de mercado, três leituras precisam ser separadas. Primeiro, a transformação digital segue como a camada macro: a IDC projeta investimentos globais em DX de quase US\$ 4 trilhões em 2028, equivalentes a cerca de 70% do gasto total em TIC. Segundo, o mercado total de IA deve sair de quase US\$ 235 bilhões em 2024 para mais de US\$ 631 bilhões em 2028, também segundo a IDC. Terceiro, no recorte mais amplo de GenAI da Gartner, o gasto mundial deve atingir US\$ 643,9 bilhões em 2025, alta de 76,4% sobre 2024, com forte peso de hardware e dispositivos; já na ótica mais corporativa de Core IT para GenAI da IDC, o gasto anual sobe de US\$ 40,1 bilhões em 2024 para US\$ 151,1 bilhões em 2027. A narrativa de crescimento é muito positiva, mesmo com a variação dos números conforme o escopo analítico usado.

i.3 Empresas já adotam IA, mas ainda precisam escalar

Na adoção empresarial, o mercado saiu de “pilotos promissores” para “escala seletiva”. A McKinsey informa que 88% das organizações pesquisadas já usam IA regularmente em ao menos uma função de negócio, versus 78% um ano antes; ainda assim, apenas cerca de um terço diz estar escalando IA de forma mais ampla. Em agentes, 23% já estão escalando algum sistema agêntico e 39% ainda estão em experimentação. O Stanford AI Index registra dinâmica parecida: em 2024, 78% das organizações relataram uso de IA e 71% uso de GenAI em ao menos uma função, acima dos 55% e 33% de 2023, respectivamente.

Os setores mais avançados seguem bastante consistentes entre as fontes: software e serviços de informação, bancos e varejo lideram o gasto global em IA na leitura da IDC; em valor econômico, a McKinsey continua vendo os maiores bolsões de valor em banco, alta tecnologia, life sciences, customer operations, marketing e vendas, engenharia de software e P&D. No Brasil, o ITDBr 2024 da PwC/FDC mostra melhora da maturidade digital média de 3,3 para 3,7 e um salto da dimensão IA de 2,4 para 3,6; o setor de serviços financeiros lidera o índice com 4,3, seguido por tecnologia da informação com 4,2.

O plano de fundo financeiro reforça o otimismo. O AI Index mostra que o investimento corporativo em IA atingiu US\$ 252,3 bilhões em 2024, com o investimento privado em GenAI chegando a US\$ 33,9 bilhões, alta de 18,7% sobre 2023. Na infraestrutura, a IDC informa que o gasto global com infraestrutura de IA fechou 2025 em US\$ 318 bilhões, deve chegar a US\$ 487 bilhões em 2026 e superar US\$ 1 trilhão em 2029. Ao mesmo tempo, o Gartner projeta gasto global total de TI de US\$ 6,316 trilhões em 2026, alta de 13,5%, com destaque para data centers, que crescem 55,8% no ano.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Isso sugere um ciclo ainda ascendente para a cadeia toda de software, serviços, nuvem, chips, data center e integração.

i.4 Ampliação da demanda por serviços especializados de tecnologia

A direção do mercado é claramente expansionista e multi-camada: DX permanece o reservatório macro de orçamento, enquanto IA/GenAI funciona como o principal catalisador de reprecificação do gasto em software, serviços e infraestrutura. A leitura mais robusta hoje é que a IA não está competindo com a transformação digital; ela está redefinindo o centro de gravidade da transformação digital.

Há um segundo vetor muito relevante: o mercado está ficando mais “duplo”. De um lado, cresce o gasto em modelos, copilotos, assistentes e agentes; de outro, cresce ainda mais rápido o gasto em compute, GPU servers, redes, storage e energia associada. É por isso que a melhor leitura estratégica para 2026 é de um ecossistema em expansão simultânea de aplicação e infraestrutura.

A adoção corporativa já é mais do que necessária. A McKinsey registra que 88% das empresas pesquisadas usam IA regularmente em ao menos uma função, mas a maior parte ainda está em experimentação ou piloto, com apenas aproximadamente um terço em estágio de escala; a mesma pesquisa mostra que 23% já escalam sistemas agênticos em alguma parte da empresa e 39% ainda testam esse tipo de capacidade. A mensagem é positiva: a base de adoção já é ampla, e o principal espaço de crescimento agora está na profundidade operacional do uso, não na simples prova de conceito.

Essa leitura é corroborada pelo Stanford AI Index. Em 2024, 78% das organizações relataram uso de IA e 71% uso de GenAI em ao menos uma função, contra 55% e 33% em 2023. A virada mais importante, portanto, foi de normalização: GenAI saiu do campo “curiosidade/ferramenta de nicho” e entrou no repertório padrão de decisão tecnológica.

Em termos setoriais, a IDC aponta que os três maiores gastadores globais em IA em 2024 são software e serviços de informação, bancos e varejo; juntos, esses setores responderiam por cerca de US\$ 89,6 bilhões, ou 38% do mercado global de IA em 2024, com expectativa de chegar a quase US\$ 222 bilhões em 2028. No recorte funcional, a McKinsey segue vendo cerca de 75% do valor anual da GenAI concentrado em customer operations, marketing & sales, engenharia de software e P&D.

i.5 O Brasil tem espaço relevante para digitalização e IA

Isso sugere que o Brasil, com o avanço na maturidade digital média, merece destaque por entrar na fase 2026-2029 não mais como mero comprador de tecnologia, mas como mercado de adoção setorial relevante, principalmente quando há integração com ERP, CRM, operações bancárias, analytics e atendimento.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

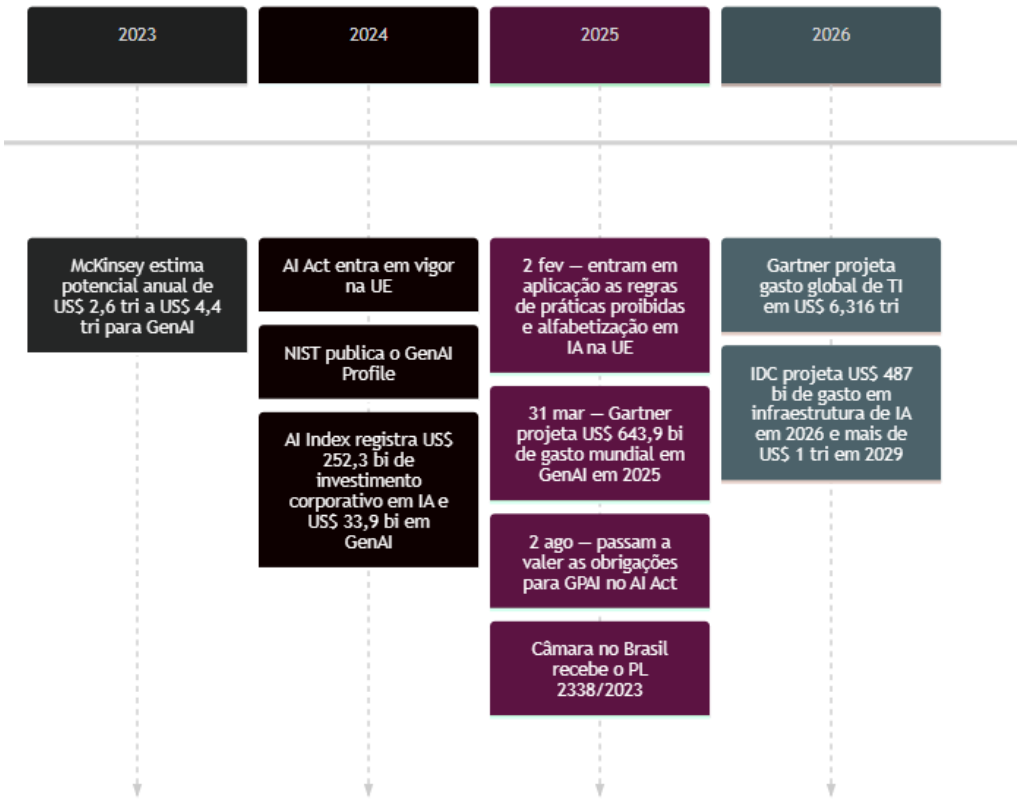
Na base empresarial brasileira, a difusão ainda é desigual por porte. O Cetic.br informa que o uso de tecnologias de IA pode ser observado em 13% das empresas no país, chegando a 41% entre grandes organizações e 11% entre pequenas. Ou seja, a próxima onda de crescimento local tende a vir menos dos early adopters corporativos e mais da interiorização da IA em médias e pequenas empresas, especialmente via software embarcado, ERPs, suites de produtividade, marketplaces cloud e serviços gerenciados.

Entre PMEs de países da OCDE, a pesquisa da própria OCDE aponta GenAI em 31% das empresas desse porte; entre as usuárias, 65% relatam aumento de performance dos empregados e 39% dizem que a tecnologia ajudou a compensar lacunas de habilidade. Esse é um sinal importante para o Brasil: a democratização da IA tende a ocorrer quando a tecnologia chega como produto pronto, assistente embutido, agente setorial ou solução “narrow” de alto contexto, e não apenas como laboratório de ciência de dados.

i.6 IA acelera um ciclo estrutural de demanda por tecnologia

Do ponto de vista de evidência causal, a literatura acadêmica já sustenta esse otimismo. No estudo publicado no Quarterly Journal of Economics, o uso de uma ferramenta generativa para atendimento aumentou a produtividade de agentes em 15%, medida por problemas resolvidos por hora. Esse tipo de evidência é relevante porque mostra que os ganhos mais consistentes aparecem quando a IA é orquestrada em workflows reais, com contexto, supervisão e aprendizado organizacional.

Dentre os marcos recentes da Transformação Digital e da adoção de GenAI, é possível visualizar:



1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Esse fluxo resume a rota dos líderes de mercado: começar por domínios de valor claro, investir em dados e governança, evitar a armadilha dos pilotos soltos, e só então escalar automação, agentes e mensuração contínua.

A Companhia, alinhada a essas tendências, tem investido significativamente em soluções baseadas em IA Generativa, visando não apenas aprimorar seus próprios processos internos, mas também oferecer aos clientes ferramentas inovadoras que impulsionem sua jornada de transformação digital. Esse posicionamento estratégico permite à Companhia se destacar em um mercado altamente competitivo, aproveitando as oportunidades emergentes e consolidando sua liderança no setor.

ii. condições de competição nos mercados

A ABES – Associação Brasileira das Empresas de Software e International Data Corporation (IDC), divulgaram no "Estudo Mercado Brasileiro de Software – Panorama e Tendências 2024", que o setor de TI investiu em 2023 cerca de 3,2 trilhões de dólares em todo o mundo. Somente no Brasil o investimento chegou a quase 50 bilhões de dólares, o que resultou no retorno do país ao top-10 maiores investidores do setor, ranking liderado por EUA (1.2 trilhão USD), China (361 bilhões USD) e Japão (147 bilhões USD). Ao tratar a América Latina, os números brasileiros tornam-se muito mais expressivos, com o país representando mais de 1/3 de todo o investimento da região, seguido por México (33,2 bilhões USD) e Colômbia (10,8 bilhões USD). A transformação digital não é mais uma tendência, mas um critério básico de sobrevivência para qualquer negócio no futuro.

No Brasil, os mercados em que a Companhia atua são altamente fragmentados, com elevada representatividade de pequenas e médias empresas e poucos grupos de multinacionais de grande porte. Nesse contexto, o diferencial da Companhia está em oferecer equilíbrio entre eficiência e flexibilidade, com um modelo de crescimento baseado em diferenciação, qualidade de entrega, escala de operação, preço, proximidade ao cliente, agilidade nas decisões e conhecimento da indústria.

d. eventual sazonalidade

A Companhia entende que o mercado de tecnologia da informação, inclusive os segmentos de software e serviços, não apresentam uma sazonalidade acentuada (cerca de 47% no 1º semestre e 53% no segundo semestre). Entretanto, a Companhia percebeu que, historicamente, houve menor concentração no 1º trimestre por conta da interrupção momentânea na contratação de projetos devido ao período de férias e a consequente redução no volume de projetos, crescendo ao longo do ano, com uma maior concentração da receita líquida no 4º trimestre do ano por conta da necessidade de alguns clientes consumirem seus orçamentos até o encerramento do exercício social.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A atividade de desenvolvimento da Companhia está concentrada na sua equipe própria de funcionários. Do ponto de vista de infraestrutura, a Companhia possui fornecedores de data centers e companhias telefônicas que fornecem os seus links de conectividade, não havendo controle ou regulamentação governamental sobre tais relações.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia não possui dependência relevante de poucos fornecedores, tendo em vista que suas atividades são baseadas principalmente na atuação de equipe própria e na utilização de tecnologias e serviços disponíveis no mercado. Na avaliação da Administração, não há fornecedor individual cuja substituição possa comprometer de forma relevante a continuidade das operações.

iii. eventual volatilidade em seus preços

A Companhia não está exposta a volatilidade relevante de preços de insumos ou matérias-primas. Eventuais variações nos custos de fornecedores, licenças, infraestrutura ou plataformas tecnológicas são monitoradas pela Administração e consideradas na gestão dos contratos e das operações.

1.5 Principais clientes

1.5 Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, 2 (dois) clientes foram responsáveis, individualmente, por mais de 10% da receita líquida total da Companhia, sendo:

Cliente 1, responsável por receita líquida de vendas e serviços prestados no montante de R\$ 185.336.189,00.

Cliente 2, responsável por receita líquida de vendas e serviços prestados no montante de R\$ 76.912.144,00.

No exercício social encerrado em 2025, a receita líquida destes clientes representou 49% do montante total apurado pela Companhia.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Os seguintes segmentos operacionais foram afetados pelas receitas provenientes dos clientes indicados no item (a) acima: “Serviço de tecnologia e transformação digital”.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A companhia não possui necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Apesar das atividades da Companhia não estarem sujeitas a possuir regulação ambiental específica, a BRQ possui uma Política de Sustentabilidade estruturada em quatro pilares – Mercado, Ambiental, Social e Governança Corporativa, agrupando, dessa forma, temas relevantes para reafirmar seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e direcionar a gestão interna da Companhia.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Apesar da relevância de algumas marcas e nomes de domínio registrados em nome da Companhia, não possuímos dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

Marcas

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 (“Lei de Propriedade Industrial”) dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), autarquia federal responsável pelo registro de marcas e patentes, e outros direitos de propriedade intelectual no Brasil. Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta, sendo assegurado ao titular o direito de uso exclusivo, em todo território nacional, por um período determinado de 10 (dez) anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade de registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado “depositante”) possui apenas uma expectativa de direito de propriedade para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: **(i)** falta de pagamento das

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

taxas de retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; **(ii)** indeferimento do pedido de registro pelo INPI; ou **(iii)** não contestação e/ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

Ainda, relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela **(i)** expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); **(ii)** renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); **(iii)** caducidade (falta de uso da marca); ou **(iv)** inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

Na data deste Formulário de Referência, todas as marcas indicadas como relevantes pela Companhia às suas atividades encontram-se devidamente registradas perante o INPI.

Nomes de Domínio

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Programas de Computador

No Brasil, programas de computador (softwares) são protegidos pela legislação de direitos autorais, essencialmente, a Convenção de Berna sobre Direitos do Autor, ratificada no Brasil por meio da publicação do Decreto nº 75.699/1975, e a Lei nº 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais) em conjunto com Lei nº 9.609/1998 (Lei de Software), sendo definidos como “expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados.

Ao titular de um registro de software é assegurada a tutela dos direitos relacionados ao software por 50 anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao da sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação. Apesar da possibilidade de registro do software no INPI, a proteção aos direitos sobre softwares não depende desse registro.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

em favor de partidos políticos

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia não contribuiu financeiramente, diretamente ou por meio de terceiros, para os itens relacionados nesta questão.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior**1.7 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:****a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

As atividades da Companhia são geograficamente concentradas no mercado brasileiro. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 a representatividade foi de 89,49%, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Período / Ano	Receitas Líquida de vendas e serviços prestados do País Sede (em milhares de Reais, exceto percentuais)	% da Receita Líquida de vendas e serviços prestados
2025	R\$ 583.443	89,49%

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita líquida de vendas e serviços prestados proveniente de clientes no exterior é auferida nos Estado Unidos, por meio da subsidiária da Companhia naquele País BRQ IT Services Inc. e sua controlada ThinkInternational LLC, Inc., que estão sediadas nos Estados Unidos. A receita líquida proveniente de clientes no Peru, Argentina, Chile, México e Honduras é prestada pela BRQ do país sede, conforme demonstrado nas tabelas abaixo:

Período / Ano	Receitas Líquida de vendas e serviços prestados nos Estados Unidos (em milhares de Reais, exceto percentuais)	% da Receita Líquida de vendas e serviços prestados
2025	R\$ 65.210	10,00%

Período / Ano	Receitas Líquida de vendas e serviços prestados no Chile (em milhares de Reais, exceto percentuais)	% da Receita Líquida de vendas e serviços prestados
2025	R\$ 452	0,07%

Período / Ano	Receitas Líquida de vendas e serviços prestados na Argentina (em milhares de Reais, exceto percentuais)	% da Receita Líquida de vendas e serviços prestados
2025	R\$ 2.392	0,37%

Período / Ano	Receitas Líquida de vendas e serviços prestados no Peru (em milhares de Reais, exceto percentuais)	% da Receita Líquida de vendas e serviços prestados
2025	R\$ 452	0,07%

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

Período / Ano	Receitas Líquida de vendas e serviços prestados no Honduras (em milhares de Reais, exceto percentuais)	% da Receita Líquida de vendas e serviços prestados
2025	R\$ 41	0,01%

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

A Companhia possui uma controlada no exterior (EUA), que está sujeita à regulação deste país no que diz respeito a tributação, atendimento as leis trabalhistas e demais regras locais.

Não há ocorrência de impactos relevantes decorrentes da regulação dos países divulgados no item 1.7.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Acreditamos que transformar a vida das pessoas é parte do business. A BRQ quer impactar de forma positiva a sociedade e vem expandindo seus compromissos de ASG para acelerar o crescimento sustentável e melhorar a vida das pessoas. Na BRQ, 95% das pessoas se sentem livres para ser quem são.

A Companhia possui uma Política de Sustentabilidade aprovada pela diretoria em 25 de março de 2025, à qual todos os colaboradores têm acesso e estão sujeitos, contendo princípios e valores, bem como um conjunto de ações e práticas ordenadas, todas na busca pelo desenvolvimento sustentável e pela preservação do meio ambiente.

A Política de Sustentabilidade tem por objetivo demonstrar nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável e orientar nossos colaboradores através de um conjunto de ações ordenadas e práticas com o propósito de preservar o meio ambiente e garantir o desenvolvimento sustentável do planeta. Esta política está norteada por princípios e valores ambientais que levam em consideração a sustentabilidade. A Alta Direção compromete-se com a melhoria contínua e eficaz do seu Sistema de Gestão, promovendo desdobramento destas diretrizes nos seus objetivos estratégicos e processos.

Princípios

- Conformidade com os marcos legais e regulatórios pertinentes, bem como com os atos dos quais o Brasil e as empresas são signatários;
- Cumprir e manter seus processos de acordo com a legislação ambiental aplicável e adotar normas corporativas de gestão ambiental, incluindo revisões contratuais englobando as contratações com clientes e fornecedores;
- Promover, implementar e disseminar ações de desenvolvimento sustentável;
- Conscientização e engajamento de todos os colaboradores com a sustentabilidade.
- Buscar novas tecnologias de construção e uso de matérias-primas economicamente viáveis e aperfeiçoar os processos de engenharia de modo a minimizar os impactos no meio ambiente;
- Utilizar água e energia de forma consciente com controle e gerenciamento, adotando medidas de substituição de equipamentos obsoletos para melhor aproveitamento dos recursos;
- Reduzir, reutilizar e reciclar os resíduos, sempre que possível;

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- Divulgar as práticas de sustentabilidade;
- Promover o comprometimento da alta direção com o desenvolvimento do tema;
- Promover e incentivar a inovação tecnológica, o investimento em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e a concepção de novos projetos e produtos para que sejam concebidos de maneira sustentável;
- Respeitar nossos clientes;
- Respeitar a diversidade, combatendo a discriminação, o assédio moral e sexual e a corrupção em todas as suas formas;
- Garantir condições de trabalho adequadas e o bem-estar dos nossos colaboradores;
- Atuação de forma ética, íntegra e transparente com todas as partes interessadas.
- Enfatizar a importância da aderência ao “Código de Conduta” da Companhia.

Os resultados alcançados pela Companhia ao longo do tempo permitiram contribuir com a sociedade brasileira por meio de investimento no social, capacitando diversos talentos em tecnologia e incluindo estudantes do ensino médio, em situação de vulnerabilidade, no mercado de trabalho por meio de programas exclusivos.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

A Política de Sustentabilidade está estruturada em quatro pilares: Mercado, Ambiental, Social e Governança Corporativa, que agrupam temas relevantes reafirmando o compromisso da Companhia com a melhoria contínua da sustentabilidade de suas atividades, no seguinte sentido:

- **Mercado:** (i) estabelecer relações éticas e transparentes com os clientes, colaboradores, fornecedores e com todos com quem a Companhia mantenha relacionamento, criando valor para todos os elos de sua cadeia; (ii) considerar as dimensões econômica, social e ambiental na mais equilibrada forma possível, nos processos de tomada de decisão, buscando melhoria contínua e sustentável dos seus processos; (iii) motivar para práticas sustentáveis os colaboradores, clientes, parceiros de negócios e fornecedores; (iv) transparência e responsabilidade na divulgação de informações.
- **Ambiental:** (i) utilizar água e energia de forma consciente, com gerenciamento, adotando tecnologias, atualização e melhorias para melhor aproveitamento dos recursos; (ii) utilização sustentável dos recursos naturais, em especial da água; (iii) aplicar os conceitos de reduzir, reutilizar e reciclar os resíduos; (iv) prevenção da poluição e ações de proteção ao meio ambiente, priorizando a utilização de energia limpa e renovável; (v) manter e apoiar atividades de conscientização de colaboradores sobre a importância da redução do desperdício, da gestão

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

de resíduos, da reciclagem e da economia de água e energia. (vi) utilização somente de papel produzidos através de florestas 100% plantadas e renováveis (Certificada pela CERFLOR - regulamentada pelo INMETRO). (vii) melhoria contínua do desempenho Ambiental.

- **Social:** (i) estimular, fortalecer e ampliar práticas internas de promoção à saúde, bem-estar e qualidade de vida dos colaboradores; (ii) assegurar que as instalações dos escritórios da BRQ atendam às condições de acessibilidade; (iii) relacionar-se com fornecedores comprometidos com a correta aplicação das legislações trabalhista, ambiental, anticorrupção e sobre direitos humanos; (iv) promoção dos Direitos Humanos: combate a corrupção, ao trabalho infantil, ao assédio moral e sexual e ao trabalho forçado ou compulsório; (v) realizar as atividades empresariais de forma a desenvolver, direta ou indiretamente, a comunidade do entorno da entidade; (vi) comportamento legal, ético e transparente junto às partes interessadas; (vii) prevenção de todas as formas de discriminação e respeito da diversidade.
- **Governança Corporativa:** apoiar e incentivar à incorporação do tema sustentabilidade aos programas, projetos e processos da Companhia em consonância com a busca da melhoria contínua das práticas de gestão adotadas pela Companhia.

A Companhia informa que, até o presente momento, não apresentou relatório socioambiental, sobretudo considerando o baixo impacto socioambiental dos seus negócios, seu porte e setor de atuação.

A Companhia também dispõe na Política de Código de Conduta (documento que orienta os princípios e valores de conduta para os seus colaboradores) que Ética e Respeito ao Ser Humano são alguns dos valores principais da BRQ, em seu processo de recrutamento e seleção, não é permitido a distinção aos aspectos pessoais relacionados na pergunta em questão. A BRQ cumpre e garante todos os direitos de seus colaboradores.

A biodiversidade é responsável pelo equilíbrio do planeta e, portanto, está ligada ao seu comprometimento para ser preservada.

Com o meio ambiente degradado a economia não se desenvolve a longo prazo e o futuro fica insustentável, pensando nisto a BRQ busca contribuir com a questão ambiental adotando medidas preventivas e corretivas.

Os procedimentos adotados visam gerar o menor impacto ambiental possível e uso consciente de recursos como água e energia e papel.

Com a finalidade de preservar o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais das gerações futuras, foram criadas ações para utilização consciente de recursos como energia elétrica, água e papel, na contratação de fornecedores de equipamentos e produtos que compartilhem essa consciência ambiental e no descarte de materiais por meio de coleta seletiva.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Acreditamos que preservando as florestas do país, ao orientar e desenvolver ações que incentivam o uso correto de papel, hoje uma fonte importante de consumo para o seu ramo de negócios, estamos contribuindo para a redução de emissões de gases de efeito estufa.

A coleta de lixo seletiva e descarte estruturado de equipamentos depreciados garantem o controle, o armazenamento e a disposição final dos resíduos gerados.

Além disso, a BRQ segue os programas de inclusão de diversidade do Governo, como o de PCD (Pessoas com Deficiência) e Menor Aprendiz.

Acreditamos que transformar a vida das pessoas é parte do business. A BRQ quer impactar de forma positiva a sociedade e vem expandindo seus compromissos de ESG (Environmental, Social and Governance) para acelerar o crescimento sustentável e melhorar a vida das pessoas. Conheça algumas de nossas ações:

Social

- +R\$ 3MM investidos em projetos sociais via Leis de Incentivo (causas sociais, cultura, infância e adolescência, idoso e esporte).
- Prêmio Empresa Amiga da Melhor Idade (Casa Ondina).
- Patrocínio oficial e principal da Corrida do Arco-íris.
- Projeto Sustentável Patrocinadora do Avant Garden – Projeto sustentável premiado pelo World Summit Award Brasil.
- Patrocinadores do PerifaCon 2025.
- Patrocinadores oficiais do Instituto Porto Seguro.
- Patrocinadora Jaguar Parade (projeto de conscientização ambiental e proteção: Patrocínio Projeto Jaguar Parade).
- Canal de Ética.
- Certificação ISO 27001 (segurança e proteção de dados).
- Movimento Trabalho Ético: somos uma das 1ªs signatárias da Carta dos Princípios do Trabalho em Tecnologia (Brasscom).
- Patrocinadores do Projeto Roda de Mulheres do Instituto Trovadores Urbanos.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Governance

- Empresa listada na B3 (Bolsa de Valores do Brasil)
- Auditada pela EY (Big Four)

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Atualmente, não há informações auditadas ou revisadas por entidade independente.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

As informações relativas à Política de Sustentabilidade e ao Código de Conduta da Companhia são divulgadas internamente aos colaboradores por meio do portal corporativo Atmosfera.

Além disso, o Código de Conduta da Companhia também está disponível ao público externo no site de Relações com Investidores, acessível pelo endereço: <https://www.brq.com/investidores>

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

A Companhia ainda não possui Relatório Integrado ou documento equivalente divulgado com matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

A Companhia ainda não possui Relatório Integrado ou documento equivalente que considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no entanto possui uma página de ESG com um Book de Sustentabilidade com todas as ações realizadas, que podem ser encontradas em <https://www.brq.com/esg>.

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

A Companhia ainda não possui Relatório Integrado ou documento equivalente que considera as recomendações da Força-Tarefa ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

i. a não divulgação de informações ASG

ii. a não adoção de matriz de materialidade

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

A Companhia não realiza inventários de emissão dos gases estufa, mas está ciente da importância de sua contribuição para o desenvolvimento econômico dos locais onde atua e com o aumento da qualidade de vida de toda a sociedade, e por essa razão busca em todas as suas ações respeitar os direitos humanos e o meio ambiente.

Demos passos importantes e alcançamos reduções significativas nos últimos anos de nossas emissões de gases poluentes decorrentes da adoção do trabalho home office. Hoje, mais de 95% dos colaboradores da Companhia trabalham desta forma, evitando o deslocamento até os escritórios da empresa e reduzindo drasticamente a emissão desses gases que favorecem o efeito estufa e o aquecimento global.

Buscamos no futuro soluções para o presente e, para 2026, continuaremos valorizando o nosso time e investindo em iniciativas ASG e Inovação para desenvolver soluções que agregam ainda mais valor para o cliente em todos os desafios da transformação digital.

1.10 Informações de sociedade de economia mista**1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:****a. interesse público que justificou sua criação****b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:**

i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”

ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não se aplica, a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor:

Não é aplicável, tendo em vista que não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de janeiro de 2026, a BRQ Soluções em Informática S.A. aprovou a incorporação da WEME Ltda., subsidiária integral da Companhia, com a consequente extinção da incorporada e sucessão universal de seus direitos e obrigações pela BRQ. A operação teve como objetivo a simplificação da estrutura societária e administrativa do grupo, bem como a redução de custos operacionais e administrativos.

A incorporação foi realizada sem aumento de capital social da BRQ e sem emissão de novas ações, uma vez que a Companhia já detinha 100% do capital social da WEME e o investimento já estava refletido nas demonstrações financeiras da BRQ pelo método de equivalência patrimonial.

Informações mais detalhadas podem ser encontradas na Ata da Assembleia Geral Extraordinária da BRQ realizada em 02 de janeiro de 2026 e no Protocolo e Justificação de Incorporação da WEME Ltda. pela BRQ Soluções em Informática S.A.

1.13 Acordos de acionistas

1.13 Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não é aplicável, tendo em vista que não houve celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas firmados pela Companhia.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios**1.14 Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor:**

Não é aplicável, tendo em vista que não houve alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

Em 02 de janeiro de 2025, a Companhia se retirou da sociedade Workfacilit Soluções Digitais LTDA., tendo sido registrada tal retirada perante a Junta Comercial de São Paulo em 22 de janeiro de 2025, na forma da 3ª Alteração do Contrato Social.

A Companhia possuía 51% de cotas da referida sociedade, sendo que, com a retirada, os sócios remanescentes estão liquidando as cotas, na forma prevista no Contrato Social, capítulo de Apuração de Haveres.

Em julho de 2025, a BRQ celebrou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para aquisição de 100% do capital social da WEME Ltda., em operação de natureza estratégica e não diretamente relacionada às atividades operacionais ordinárias da Companhia. O contrato prevê, entre outros aspectos, pagamento parcelado, mecanismo de ajuste de preço, cláusulas de earn-out, conta escrow e obrigações de não concorrência.

1.16 Outras informações relevantes**1.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

No julgamento da Companhia, não há outras informações relevantes relacionadas a este item do Formulário de Referência.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11, serão apresentadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e as demonstrações financeiras consolidadas auditadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e suas respectivas notas explicativas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB.

As informações dos itens 2.1 a 2.11, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais).

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações sobre as demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website de relações com investidores da Companhia (<https://www.brq.com/investidores>), no website da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br)

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de determinado item em relação à receita operacional líquida para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação ao ativo total e/ou passivo total e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para o balanço patrimonial.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Por meio da análise dos números de seu ativo circulante e de seu passivo circulante a Companhia acredita que seu capital de giro permite liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus investimentos, suas despesas e suas obrigações para os próximos anos.

A Companhia entende a geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis em instituições financeiras são suficientes para suportar o financiamento de suas atividades e cobrir a necessidade de recursos para a realização do plano de negócios da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Segue abaixo informações sobre a estrutura financeira e patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido	94.344	231.187	208.163
Caixa e equivalentes de caixa	135.244	170.668	157.987
Dívida Bruta (a)	67.448	8.461	22.222
Caixa líquido (b)	(67.796)	(162.207)	(135.765)
Lucro líquido do período / exercício	62.996	62.996	69.717
EBITDA Ajustado (c)	102.768	102.413	118.504
Margem EBITDA Ajustado (%) (d)	17,31%	17,60%	18,00%

(a) A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamentos por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante). A dívida bruta não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Bruta de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

(b) A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamentos por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Líquida de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

(c) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA, calculado em consonância com a Instrução CVM 527, ajustado em 2024 com itens não recorrentes ou que não fazem parte do plano de negócios da Companhia, sendo eles: despesas com esforços para aquisição de empresas, despesas com advogados e auditoria para análise de potenciais estruturas de capitalização e pagamento de prêmio adicional no desligamento de acionista diretor da Companhia; em 2023: despesas com esforços para

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

aquisição de empresas e despesas com advogados e auditoria para análise de potenciais estruturas de capitalização.

O EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não possuem um significado padrão. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

(d) A Margem EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA Ajustado conforme descrito do item acima sobre a receita líquida de vendas e serviços prestados.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia ao final do exercício de 2025 refletem evolução operacional, crescimento sustentável e fortalecimento estratégico da estrutura de capital.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou receita líquida consolidada de R\$ 593.671 mil (R\$ 581.866 mil em 2024), representando crescimento de 2,0% em relação ao exercício anterior. O lucro líquido consolidado atingiu R\$ 68.436 mil (R\$ 62.996 mil em 2024), com crescimento de 8,6%, em ritmo superior ao avanço da receita, refletindo ganhos de eficiência operacional e melhoria da qualidade dos resultados.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo consolidado de caixa e equivalentes de caixa totalizava R\$ 135.244 mil (R\$ 170.668 mil em 31 de dezembro de 2024). A variação no período está associada, principalmente, à distribuição de dividendos, investimentos estratégicos e movimentações relacionadas à estrutura de capital realizadas ao longo do exercício.

Adicionalmente, em 2025 a Companhia captou linha de crédito no montante de R\$ 100 milhões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinada ao fortalecimento da estratégia de pesquisa, desenvolvimento e inovação, com foco em inteligência

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

artificial. A operação amplia a capacidade de investimento e reforça a solidez financeira da Companhia para execução de seu plano estratégico.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo e estrutura de endividamento compatível com sua geração operacional de caixa. A Administração entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver suas atividades, cumprir suas obrigações de curto e médio prazo e suportar seus investimentos planejados.

Considerando seu nível de endividamento e sua capacidade de geração de caixa, a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar financiamentos adicionais, caso necessário, mantendo capacidade financeira adequada para cobertura de suas operações, realização de investimentos estratégicos e cumprimento de suas obrigações.

b. Estrutura de capital

A Administração considera que a execução da estratégia de crescimento orgânico e inorgânico (por aquisições) depende da utilização de fontes de financiamento compatíveis com volumes de capital, prazos de amortização longos e perfis de risco adequados.

O objetivo da Administração da Companhia no processo de administração do capital é garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir custos e manter o equilíbrio adequado.

A estrutura de capital da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 consiste nos saldos apresentados na tabela abaixo:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido	94.344	231.187	208.163
Passivo Total + Patrimônio Líquido	416.706	392.006	381.260
Capital Próprio (a)	22,64%	58,98%	54,60%

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Passivo Circulante e não Circulante	322.362	160.819	173.097
Passivo Total + Patrimônio Líquido	416,706	392.006	381.260
Capital de Terceiros (b)	77,36%	41,02%	45,40%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(a) O capital próprio da Companhia é representado pelo patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

(b) O capital de terceiros da Companhia é representado pela somatória do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

A alteração na composição da estrutura de capital em 31 de dezembro de 2025 reflete, principalmente, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio ao longo do exercício, bem como a captação de linha de crédito junto ao BNDES no montante de R\$ 100 milhões, destinada ao financiamento de projetos estratégicos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

O padrão de financiamento da Companhia baseia-se na utilização de recursos próprios e de capital de terceiros, podendo este ser referente à captação de recursos junto a instituições financeiras ou emissão de dívidas a mercado.

Periodicamente, a Administração da Companhia revisa a estrutura de capital e habilidade de liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

i. hipóteses de resgate

A Companhia não possui ações resgatáveis emitidas.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui ações resgatáveis.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria acredita que Companhia tem liquidez e recursos suficientes para saldar compromissos de curto prazo, mas depende de sua geração de caixa futura para garantir que tal situação permanecerá estável. A Companhia tem apresentado adimplemento e pontualidade em relação aos compromissos financeiros assumidos. O capital de giro (saldo necessário para garantir a continuidade do funcionamento da Companhia) em 31 de dezembro de 2025 da Companhia, incluindo recursos em caixa e linhas já aprovadas de financiamento bancário, é suficiente para atender as suas exigências operacionais e financeiras imediatas.

A Administração entende que os índices abaixo indicam que a Companhia possui ativos e capacidade de geração de caixa em montante suficiente para fazer frente às suas obrigações e monitora continuamente os indicadores de liquidez, acreditando que eles apresentam níveis compatíveis com as práticas de mercado no setor de atuação. Os principais indicadores de liquidez considerados são:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante	239.885	256.259	254.694
Passivo circulante	174.195	117.097	110.468
Índice de Liquidez Corrente (ILC) (a)	1.38%	2,19%	2,31%
Ativo total	416.706	392.006	381.260
Passivo total	322.362	160.819	173.097
Índice de Liquidez Geral (ILG) (b)	1.29%	2.44%	2.20%

(a) Medido pela relação entre o ativo circulante e o passivo circulante.

(b) Medido pela relação entre o ativo total (ativo circulante + ativo não circulante) e o passivo total (passivo circulante + passivo não circulante).

Redução dos índices de liquidez em 31 de dezembro de 2025, em comparação aos exercícios anteriores, decorre principalmente da distribuição de dividendos e da elevação do passivo decorrente da captação de linha de crédito junto ao BNDES, destinada ao financiamento de projetos estratégicos.

Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos no contrato da 1ª emissão das debêntures a administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- Dívida líquida / EBITDA dos últimos 12 meses: Menor ou igual a 2,5

O não cumprimento do índice, por dois trimestres consecutivos ou alternados, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos covenants. A Companhia também acompanha outros covenants qualitativos, os quais em 31 de dezembro de 2025 foram atendidos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e a captação de linha de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme apresentado a seguir:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Recursos de instituições financeiras	60.000	-	-
(-) Custos de captação	-	-	-
Recursos de emissão de títulos	-	-	-
(-) Custos de captação	-	-	-

A Companhia mantém saldo confortável em caixa e equivalentes de caixa, sendo seu total em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 135.244 mil. Os Diretores entendem que as fontes de financiamento são adequadas ao perfil de endividamento e à estratégia de crescimento da Companhia.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Os investimentos previstos poderão ser financiados por meio da geração de caixa operacional, da linha de crédito contratada junto ao BNDES, bem como por eventuais linhas de financiamento junto a instituições financeiras.

Caso venha a enfrentar eventuais deficiências de liquidez, a Companhia poderá recorrer à utilização de limites pré-aprovados para capital de giro junto a instituições financeiras com as quais mantém relacionamento.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo, ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

(R\$ mil, exceto %)	Venc.	Taxa Pré (a.a.)	Taxa pós	Garantia	31	31/12/2025	31/12/2024
Instituição Financeira							
BNDES (a)	Longo Prazo		CDI+spread contratual	Conforme contrato		60.000	-
Bradesco (b)	mar/25	1,53%	100% CDI	Recebíveis/Fiança		-	3.555
TOTAL						60.935	3.555

* Linha de crédito

(a) Em 24 de junho de 2025, a BRQ concluiu a contratação de financiamento no âmbito do Programa Mais Inovação, junto ao BNDES, no valor total de R\$ 100 milhões. Os recursos são destinados a reforçar o Plano de Inovação da Companhia. A liberação dos recursos ocorrerá em etapas, conforme o cronograma de execução do projeto e as condições estabelecidas contratualmente. A primeira parcela foi disponibilizada em 18 de julho de 2025 no valor de R\$ 30 milhões e a segunda parcela foi disponibilizada em 23 de novembro de 2025 no valor de R\$30milhões. O prazo para utilização total do crédito é de até 24 meses a partir da data de assinatura do contrato, com prazo total de 72 meses para amortização.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(b) 1ª Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, distribuídas com esforços restritos, com pagamento mensal de juros e pagamento do principal iniciado em abril/2020, com vencimento em março/2025, a dívida tem garantia real da cessão fiduciária de recebíveis, contrato de prestação de prestação de serviços entre o Bradesco e BRQ e garantia adicional fidejussória registrada nos Cartórios de Registros e Documentos da Cidade de Barueri e da Cidade de São Paulo.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)							
Entidade	Data final vencimento	Taxa pré a.m.	Tipo	Bens	31/12/2026	31/12/2025	31/12/2024
Santander Leasing S.A.	dez/27	0,94% a 1,44%	Financeiro	Equipamentos de informática	1.664	1.108	1.108
Banco Daycoval	dez/27	1,48% a 1,60%	Financeiro	Equipamentos de informática	1.620	428	428
TOTAL					3.284	3.759	8.579

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Algumas de suas dívidas são garantidas por alienação fiduciária e fiança das pessoas físicas controladoras da Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Em 2025, a Companhia contratou linha de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinada ao financiamento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

O contrato de financiamento prevê a manutenção do seguinte índice financeiro:

- Dívida Financeira Líquida / EBITDA: menor ou igual a 2,50.

Para fins do contrato, considera-se:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

“Dívida Financeira Líquida” como o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Companhia, deduzidos os valores em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo.

“EBITDA” como o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciação e amortização, apurado com base nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as obrigações contratuais e em conformidade com o índice financeiro estabelecido.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia utilizava os seguintes percentuais dos limites para capital de giro:

Banco	Valor do Limite (Em milhares de reais)	Percentual Utilizado
Itaú	10.000	0,00%
Santander	10.000	0,00%
Bradesco	5.000	0,00%

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa (em milhares de reais, exceto %)

Consolidado 2025					Consolidado 2024		2025 x 2024
Consolidado 2025	Consolidado 2024	2025 x 2024DRE	31/12/2025	AV%	31/12/2024	AV%	AH%
Receita líquida dos serviços prestados			593.671	100,00%	581.866	100,00%	2,00%
Custos dos serviços prestados			(376.294)	-63,40%	(370.924)	-63,70%	1,40%
Lucro bruto			217.377	36,60%	210.942	36,30%	3,10%
Margem bruta			36,60%		36,30%		
(Despesas) receitas operacionais							
Despesas administrativas			(140.827)	-23,70%	(125.027)	-21,50%	12,70%
Perdas de crédito esperadas			(1.326)	-0,20%	(1.212)	-0,20%	9,40%
Outras despesas operacionais			(1.659)	-0,30%	(14)	0,00%	11750,00%
Outras receitas operacionais			2.736	0,50%	4.684	0,80%	-41,60%
			(141.076)	-23,80%	(121.569)	-20,90%	16,10%
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos			76.301	12,90%	89.373	15,40%	-14,60%
Receitas financeiras			24.397	4,10%	14.169	2,40%	72,20%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas financeiras	(11.533)	-1,90%	(13.922)	-2,40%	-17,20%
	12.864	2,20%	247	0,00%	5108,10%
Lucro antes dos tributos	89.165	15,00%	89.620	15,40%	-0,50%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(12.804)	-2,20%	(28.345)	-4,90%	-54,80%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.925)	-1,30%	1.721	0,30%	-560,50%
Lucro líquido do exercício	68.436	11,50%	62.996	10,80%	8,60%
Atribuível aos acionistas controladores	67.127	11,30%	62.496	10,70%	7,40%
Atribuível aos acionistas não controladores	1.309	0,20%	500	0,10%	161,80%

• Receita líquida

A Companhia registrou receita líquida de R\$ 593.671 mil em 2025, representando crescimento de 2,0% em relação ao exercício anterior (R\$ 581.866 mil em 2024). O crescimento reflete a continuidade da expansão das operações de serviços digitais e tecnologia.

• Lucro Bruto e Margem Bruta

O lucro bruto totalizou R\$ 217.377 mil em 2025, crescimento de 3,1% em relação a 2024 (R\$ 210.942 mil). A margem bruta atingiu 36,6%, ligeiramente superior aos 36,3% registrados em 2024, refletindo melhora na eficiência operacional e gestão de custos dos projetos.

• Despesas Administrativas

As despesas administrativas totalizaram R\$ 140.827 mil em 2025, aumento de 12,7% em relação ao exercício anterior (R\$ 125.027 mil).

O aumento está associado principalmente à expansão das operações, aos efeitos da aquisição realizada no período e às iniciativas relacionadas à estruturação de capital e crescimento da Companhia.

• Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais totalizaram R\$ 1.659 mil em 2025, aumento em relação a 2024, principalmente em função do reconhecimento de créditos tributários cuja restituição foi considerada prescrita, em desacordo com tese jurídica anteriormente adotada.

• Outras receitas operacionais

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As outras receitas operacionais somaram R\$ 2.736 mil em 2025, redução em relação a 2024 (R\$ 4.684 mil), principalmente em razão do reconhecimento, no exercício anterior, de earn-out relacionado a operação societária, no montante aproximado de R\$ 3,2 milhões.

• Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 12.864 mil em 2025, comparado a R\$ 247 mil em 2024, representando melhora relevante no período.

A variação decorre principalmente do aumento das receitas sobre aplicações financeiras, bem como do reconhecimento de ajustes a valor justo de instrumentos financeiros.

Adicionalmente, o resultado foi influenciado por menores despesas com juros, efeitos de atualização monetária e variações cambiais, além de impactos pontuais relacionados a tributos e encargos financeiros.

• Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com imposto de renda e contribuição social apresentou redução relevante em relação a 2024, influenciada principalmente pelos efeitos de reorganização e estruturação de capital ocorridas no período, bem como pelo reconhecimento de efeitos fiscais relacionados a ajustes de valor justo.

• Lucro Líquido

O lucro líquido consolidado totalizou R\$ 68.436 mil em 2025, crescimento de 8,6% em relação ao exercício anterior (R\$ 62.996 mil), refletindo o aumento da receita, melhora do resultado financeiro e efeitos fiscais favoráveis no período.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida de vendas e serviços da Companhia é composta pela prestação de serviços de suporte ao cliente na adaptação de seus processos para meio digital (transformação digital). As receitas podem advir de projetos de curto ou longo prazo provenientes de cobrança de homem-hora (time-sheet), com ou sem valor limite de cobrança para o projeto (price cap).

A tabela abaixo apresenta a receita líquida de vendas e serviços da Companhia para o último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 referente ao único segmento operacional da Companhia:

Em milhares de R\$	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas e serviços	593.671	581.866	658.339

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou crescimento de receita em relação ao exercício anterior, refletindo a continuidade da demanda por serviços de tecnologia e transformação digital.

O desempenho operacional também foi influenciado por iniciativas voltadas à expansão das operações, integração de aquisições realizadas e investimentos em estrutura organizacional e tecnológica para suportar o crescimento futuro.

A Companhia mantém foco contínuo em inovação, eficiência operacional e controle de custos, buscando preservar sua competitividade e garantir a sustentabilidade de longo prazo de suas operações.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Apesar da renovação da maioria dos contratos de prestação de serviço de software serem influenciados pelos índices de inflação, não é possível estimar a variação da receita vinculada a este único fator pois as atividades da Companhia são precificadas individualmente em cada negociação comercial e varia a depender do tipo de serviço prestado.

2.2 Resultados operacional e financeiro

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A Companhia pode ter seu resultado operacional impactado pela taxa de inflação, uma vez que a maior parte de seus custos e despesas (pessoal, encargos e benefícios) são reajustados anualmente com base no dissídio coletivo das categorias de profissionais contratados, e as negociações sindicais costumam tomar por base indicadores de inflação do ano anterior.

As variações dos índices de inflação impactam fortemente os custos e despesas da Companhia, já que o IGP- M e o IPC-A são utilizados como referencial para reajuste dos serviços contratados pela mesma e também para cálculo do dissídio dos profissionais, sendo este último responsável pelo aumento do principal item de custo da Companhia.

Adicionalmente, o resultado financeiro da Companhia pode ser impactado por variações nas taxas de juros de mercado, principalmente em função do rendimento das aplicações financeiras e de eventuais operações de financiamento contratadas.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras consolidadas auditadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e suas notas explicativas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e estão convergentes com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Na preparação dessas informações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos a seguir, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025.

a) **Moeda não conversível em outra moeda**

Em 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a alteração ao CPC 02 (R2) / IAS 21, que trata da determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra moeda.

A Administração avaliou os impactos dessa alteração e concluiu que não houve efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que suas operações não envolvem moedas não conversíveis.

b) **Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

A Companhia não adotou antecipadamente as novas normas e alterações às normas existentes na preparação de suas demonstrações financeiras.

Entre as principais normas e alterações ainda não efetivas destacam-se:

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

(Alterações ao CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7)

Em 1º de janeiro de 2026 entrarão em vigor alterações relacionadas à classificação de ativos financeiros, incluindo aspectos específicos sobre instrumentos com características contratuais

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

diferenciadas e liquidação por meios eletrônicos, bem como ampliação dos requisitos de divulgação.

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027, substituindo a IAS 1 (CPC 26). A norma introduz novos requisitos de apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras, incluindo mudanças na estrutura da demonstração do resultado, definição de subtotais obrigatórios e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração.

Com base na avaliação realizada, não se espera que essas alterações produzam impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda., não contém ressalvas e nem ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional nas atividades da Companhia no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 10 de julho de 2025, a Companhia assinou contrato de compra e venda da totalidade das quotas de participação da Weme LTDA., empresa especializada em inovação, design de produtos digitais e transformação ágil. A transação foi concluída em 1º de setembro de 2025.

O preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da Weme é de R\$ 30.380 mil, composto pelas seguintes parcelas: uma parcela fixa de R\$ 13.171 mil, paga na data do fechamento; uma parcela fixa de R\$ 1.209 mil, a ser paga após o ajuste de preço final, a ser realizado dentro do exercício de 2025; uma parcela fixa de R\$ 6.000 mil, paga por meio de conta Escrow na data do fechamento, cuja liberação ocorrerá de acordo com as condições contratuais; e uma parcela fixa de R\$ 10.000 mil, a ser paga no 3º aniversário da data de fechamento, podendo ser liquidada em moeda corrente nacional e/ou em ações de emissão da Companhia, observados os termos previstos no contrato.

A aquisição está alinhada à estratégia da Companhia de fortalecer sua atuação em serviços digitais, design e inovação, ampliando sua capacidade de oferecer soluções integradas aos clientes.

Os efeitos contábeis da transação foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as normas aplicáveis a combinação de negócios.

c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

Seguindo as práticas de mercado, a Companhia divulga medidas não contábeis que não consistem em medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). A Administração acredita que a apresentação dessas medidas fornece informações úteis para investidores terem entendimento adicional da performance operacional e resultados financeiros da Companhia. Entretanto, estas medidas não contábeis não têm significados e metodologias padronizados e podem não ser diretamente comparáveis com métricas de nome igual ou similar publicadas por outras Companhias devido a diferentes metodologias de cálculo ou devido a itens que podem ser objeto de interpretação. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 527, de 4 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527”), a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Ainda que as medidas não contábeis sejam usadas frequentemente por investidores no mercado e pela Administração para análise de sua posição financeira e operacional, potenciais investidores não devem basear sua decisão de investimento nessas informações como um substituto para as medidas contábeis ou como indicativo de resultados futuros.

a. Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527/12.

O EBITDA é utilizado como medida de desempenho da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais. O EBITDA Ajustado, por seu turno, é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA, calculado em consonância com a Instrução CVM 527, ajustado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 itens não recorrentes ou que não fazem parte do plano de negócios da Companhia, sendo eles: despesas com esforços para aquisição de empresas, ajustado para fins de apuração do Ebitda; despesa referente ao pagamento de prêmio adicional no desligamento de diretor presidente da Companhia; despesa reconhecida com base em pagamentos baseados em ações, sem efeito caixa no período; reconhecimento de incentivos fiscais registrados no resultado e custos com advogados e auditoria para análise de potenciais estruturas de capitalização, ajustado para fins de apuração do Ebitda.

2.5 Medições não contábeis

O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias."

A Margem EBITDA é um indicador calculado através da divisão do EBITDA pela Receita líquida de vendas e serviços prestados do período, enquanto a Margem EBITDA Ajustado consiste no EBITDA Ajustado dividido pela Receita líquida de vendas e serviços prestados.

O EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margens EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não possuem um significado padrão. A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado para os últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercício Social encerrado em		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
EBITDA	88.886	101.893	115.488
Margem EBITDA %	15,00%	17,51%	17,54%
EBITDA Ajustado	102.768	102.413	118.504
Margem EBITDA Ajustado %	17,30%	17,60%	18,00%

Lucro Líquido Ajustado

O Lucro Líquido Ajustado corresponde ao lucro líquido descontado dos Ajustes do EBITDA.

O Lucro Líquido Ajustado não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), tampouco representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos dos indicadores contábeis do desempenho operacional, como indicadores de liquidez, tampouco como base para distribuição de dividendos. O Lucro Líquido Ajustado corresponde ao Lucro Líquido descontado dos Ajustes do EBITDA descritos acima.

2.5 Medições não contábeis

O Lucro Líquido (%) é um indicador calculado através da divisão do Lucro Líquido pela Receita Líquida de vendas e serviços prestados do período, enquanto o Lucro Líquido Ajustado (%) consiste no Lucro Líquido Ajustado dividido pela Receita Líquida de vendas e serviços prestados.

Seguem abaixo os valores do Lucro líquido ajustado da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercício Social encerrado em		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido	68.436	62.996	69.717
Lucro líquido (%)	10,53%	10,83%	11,59%
Lucro Líquido ajustado	82.318	63.016	72.733
Lucro líquido (%)	13,87%	10,83%	11,05%

A Companhia utiliza o Lucro Líquido Ajustado para mensurar a rentabilidade e saúde financeira recorrente dos negócios da Companhia, pois entende que se trata de uma medida não contábil que exclui impactos não recorrentes ou que não fazem parte do plano de negócios da Companhia.

Dívida líquida e EBITDA

A Dívida Líquida / EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras. A Dívida Financeira Líquida corresponde ao saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Companhia, das debêntures e de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, em moeda local ou internacional, acrescido dos resultados negativos das operações de proteção patrimonial (hedge), excluindo-se os efeitos do IFRS 16 e subtraídos os valores em caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras de curto prazo, depósitos diretamente vinculados a estes empréstimos e financiamentos e os resultados positivos das operações de proteção patrimonial. O EBITDA corresponde ao lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment) e equivalência patrimonial, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

A Dívida Líquida / EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não representa necessariamente o endividamento da Companhia nas datas indicadas e não constitui um indicador isolado da condição financeira, liquidez ou capacidade de pagamento de obrigações da Companhia. Também não é calculada utilizando uma metodologia padronizada e pode não ser comparável com indicadores de nome semelhante divulgados por outras companhias.

Adicionalmente, determinados contratos financeiros celebrados pela Companhia estabelecem a observância de indicadores financeiros (covenants), dentre os quais se destaca a relação Dívida

2.5 Medições não contábeis

Líquida / EBITDA, utilizada como parâmetro de acompanhamento da alavancagem financeira da Companhia.

Segue abaixo o cálculo da Dívida Líquida / EBITDA em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

Em milhares de Reais	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Dívida bruta	60.954	3.778	22.222
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(135.244)	(170.668)	(157.987)
Dívida líquida	(74.290)	(166.890)	(135.765)
EBITDA	88.886	101.893	115.488
Dívida líquida / EBITDA	(0,84)	(1,64)	(1,18)

A relação Dívida Líquida / EBITDA é utilizada pela Administração como um dos indicadores para acompanhamento do nível de alavancagem financeira da Companhia. Nos períodos apresentados, a Companhia manteve posição de caixa líquido, refletindo uma estrutura de capital conservadora e confortável em relação às suas obrigações financeiras.

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

Seguem abaixo as reconciliações do lucro líquido para o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado da Companhia para o período dos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercício Social encerrado em		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício / período	68.436	62.996	69.717
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	20.729	26.624	33.058
Resultado Financeiro	(12.864)	(247)	(660)
Depreciação e Amortização	12.585	15.520	13.373
EBITDA	88.886	101.893	115.488
Despesas com M&A (a)	1.997	-	376
Desligamento de acionista diretor (b)	243	520	2.640
Ações (c)	16.604	-	-
Stock Options (c)	(7.209)		
Incentivos Fiscais (d)	883		
Processo Tributário (e)	1.364		
EBITDA Ajustado	102.768	102.413	118.504

2.5 Medições não contábeis

Receita líquida de vendas e serviços prestados	593.671	581.866	658.339
Margem EBITDA	15,00%	17,51%	17,59%
Margem EBITDA Ajustado	17.30%	17.60%	18,00%

- (a) Referem-se às despesas com esforços para aquisição de empresas, ajustado para fins de apuração do Ebitda.
- (b) Despesa referente ao pagamento de prêmio adicional no desligamento de diretor presidente da Companhia.
- (c) Refere-se à despesa reconhecida com base em pagamentos baseados em ações, sem efeito caixa no período.
- (d) Refere-se ao reconhecimento de incentivos fiscais registrados no resultado.
- (e) Referem-se aos custos com advogados e auditoria para análise de potenciais estruturas de capitalização, ajustado para fins de apuração do Ebitda.

Lucro Líquido Ajustado

Seguem abaixo as reconciliações do Lucro Líquido Ajustado da Companhia 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

	Exercício social encerrado em		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido	68.496	62.996	69.717
Despesas com M&A (a)	1.997	-	376
Desligamento de acionista diretor (b)	243	520	2.640
Ações (c)	16.604	-	-
Stock Options (c)	(7.209)	-	-
Incentivos Fiscais (d)	883	-	-
Processo Tributário (e)	1.364	-	-
Lucro Líquido ajustado	82.378	63.516	72.733
Lucro Líquido ajustado (%)	13,88%	10,93%	11,05%

- (a) Referem-se às despesas com esforços para aquisição de empresas, ajustado para fins de apuração do Ebitda.
- (b) Despesa referente ao pagamento de prêmio adicional no desligamento de diretor presidente da Companhia.
- (c) Refere-se à despesa reconhecida com base em pagamentos baseados em ações, sem efeito caixa no período.
- (d) Refere-se ao reconhecimento de incentivos fiscais registrados no resultado.

2.5 Medições não contábeis

(e) Referem-se aos custos com advogados e auditoria para análise de potenciais estruturas de capitalização, ajustado para fins de apuração do Ebitda.

Dívida bruta e Caixa líquido

Seguem abaixo as reconciliações da Dívida Líquida e do Caixa líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

Em milhares de Reais	Em 31/12/2025	Em 31/12/2024	Em 31/12/2023
Empréstimos e financiamentos			
Circulante	4.473	1.600	3.332
Não circulante	56.481	3.306	568
Debêntures			
Circulante	-	3.555	14.584
Não circulante	-	-	3.738
Dívida Bruta	60.954	8.461	22.222
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(135.244)	(170.668)	(157.987)
Dívida Líquida / (Caixa líquido)	(74.290)	(162.207)	(135.765)

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

Na Companhia, o EBITDA é utilizado como ferramenta para medição de desempenho e parâmetro de comparação com outras empresas, pois tem a vantagem de não ser afetado por variáveis específicas de determinados países ou regiões, como taxas de juros, regras de depreciação e diferenças tributárias. Desta forma, a utilização deste indicador permite que a Companhia analise mais do que apenas seu resultado final (lucro ou prejuízo). Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são medidas de desempenho adicionais para a compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras Companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

No entanto, o EBITDA apresenta certas limitações, como não considerar o montante de reinvestimento necessário para a manutenção da capacidade produtiva (consumido pela depreciação), podendo transmitir uma falsa ilustração da liquidez da Companhia, assim requerendo

2.5 Medições não contábeis

que tal indicador seja utilizado em conjunto com outras medições contábeis para que possa ser melhor interpretado.

Dívida Líquida e Dívida Bruta

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

A Companhia entende que a medição da Dívida Bruta e da Dívida Líquida são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Adicionalmente, nas escrituras de debênture de emissão da Companhia e nos contratos financeiros, a Companhia está sujeita à observância de determinados índices financeiros (covenants financeiros) que utilizam a Dívida Líquida como parâmetro na forma definida nos respectivos instrumentos de dívida. Para maiores informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia e outros instrumentos de dívida, bem como os índices financeiros (covenants financeiros) a que a Companhia está sujeita.

2.6 Eventos subsequentes as DFs**2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:**

A Administração da Companhia avaliou os eventos subsequentes ocorridos entre a data de encerramento das demonstrações financeiras e a data de aprovação para divulgação das referidas demonstrações e concluiu que não ocorreram eventos subsequentes relevantes que pudessem requerer ajustes ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. Regras sobre retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") Nesses termos, do lucro líquido apurado ao fim do exercício social de 2024, o Estatuto Social estabelecia que serão, primeiramente, deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda; 5% (cinco por cento) serão, então, aplicados na constituição da reserva legal; 25% (vinte e cinco por cento), pelo menos, para pagamento de dividendos. Havendo saldo dos resultados, o mesmo ficará à disposição da Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Assembleia Geral poderá, por proposta da administração, na forma da Lei das S.A., deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral.

b. Regras sobre distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social vigente no exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2025, a distribuição de dividendos, após a provisão para pagamento de eventuais prejuízos acumulados e da provisão para o imposto sobre a renda, será pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido. Considera-se lucro líquido aquele definido no art. 191 da Lei das S.A., diminuído ou acrescido dos valores previstos no inciso I do art. 202 da Lei das S.A. e observadas as disposições do inciso II e III do mesmo artigo, conforme aplicável.

A Diretoria, ouvido o Conselho de Administração, poderá "ad referendum" da Assembleia Geral, que deliberará imediatamente, antecipar a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.

Os dividendos obrigatórios não serão pagos no exercício em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Finalmente, reverterão em favor da Companhia os dividendos e juros sobre o capital próprio que não forem reclamados pelos acionistas dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à sua disposição.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

Em 31 de dezembro de 2025, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Após levantamento do balanço patrimonial e das

2.7 Destinação de resultados

demonstrações da Companhia convocar-se-á, Assembleia Geral Ordinária para discutir e deliberar sobre ditas demonstrações e para deliberar sobre a destinação do resultado e distribuição dos dividendos.

Sem prejuízo, a Companhia poderá ainda, por deliberação do Conselho de Administração, mandar levantar balanço trimestral e/ou semestral e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucro apurado nesses balanços.

O Conselho de Administração poderá também declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, devendo, neste caso, tais dividendos, se distribuídos, serem descontados do valor devido a título de dividendos mínimos obrigatórios.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía restrições específicas à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável, tampouco por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais, além daquelas previstas na Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S.A.”) e em seu Estatuto Social.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

De acordo com o Estatuto Social vigente nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, a política de destinação da Companhia é aquela prevista no Estatuto e aprovada na Assembleia Geral Ordinária onde a administração da Companhia solicita a aprovação da destinação dos resultados.

Para o ano de 2023, a Assembleia Geral Ordinária aprovou em 19 de abril de 2024 a destinação dos resultados da Companhia.

Para o ano de 2024, a Assembleia Geral Ordinária está prevista para ocorrer em 17 de abril de 2025 onde haverá deliberação da destinação dos resultados da Companhia.

Para o ano de 2025, a Assembleia Geral Ordinária está prevista para ocorrer em 17 de abril de 2026 onde haverá deliberação da destinação dos resultados da Companhia.

2.7 Destinação de resultados

As referidas assembleias podem ser consultadas no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.brq.com/investidores/>), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 – Brasil Bolsa Balcão (“B3”) (www.b3.com.br).

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia não detém arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Companhia não detém carteiras de recebíveis baixados, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não detém contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

iv. contratos de construção não terminada

A Companhia não detém contratos de construção não terminada, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não detém contratos de recebimentos futuros de financiamento, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens detidos pela Companhia que não sejam evidenciados nas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

O item não é aplicável a Companhia, devido à inexistência de itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

As projeções realizadas para os negócios até 2025, a Companhia fará investimentos em projetos de aquisição de empresas, investimentos em ativos tangíveis e intangíveis de tecnologia da informação e investimentos minoritários em start-ups. Para tanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia pretende continuar crescendo nos próximos anos organicamente e através de aquisições de outras empresas. Para fazer frente ao crescimento esperado, a Companhia continuará investindo principalmente em sistemas de controle e gestão e na prospecção de empresas a serem adquiridas. Não podemos prever, quais serão os valores nem as condições de pagamento das futuras aquisições, nem qual será o impacto de tais aquisições em suas demonstrações financeiras.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para investir nas estratégias mencionadas acima, a Companhia poderá utilizar diversas fontes de financiamento, incluindo: (i) a geração própria de recursos decorrente do desenvolvimento de suas atividades operacionais; (ii) a obtenção de recursos de terceiros, incluindo empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras; (iii) a obtenção de recursos próprios por meio da emissão de novas ações, seja por meio de subscrições privados ou de ofertas públicas de ações; e (iv) a alienação de ações em tesouraria de emissão da Companhia.

No caso da estratégia de crescimento por aquisições, a Companhia poderá recorrer também a financiamento dos sócios vendedores das empresas adquiridas (“seller financing”).

Adicionalmente, parte dos investimentos previstos pela Companhia poderá ser financiada por linhas de crédito voltadas ao incentivo à inovação tecnológica, incluindo operações com instituições de fomento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinadas ao financiamento de projetos de inovação, transformação digital e desenvolvimento tecnológico.

Tais recursos podem ser complementados por outras linhas de financiamento disponíveis no mercado, de acordo com as necessidades de capital da Companhia e as condições financeiras vigentes.

2.10 Planos de negócios

A Administração entende que a geração de caixa operacional, aliada ao acesso a fontes de financiamento disponíveis no mercado, é suficiente para suportar a execução de seu plano de investimentos e eventuais oportunidades de crescimento.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia não possui nenhum processo de aquisição de ativos em andamento. Estas podem ocorrer no curso normal dos negócios e para fazer frente ao crescimento esperado. Eventuais patentes poderão fazer parte de futuras aquisições da Companhia, mas não é possível seja previsto quais, quantas e qual valor serão adquiridas.

c. Novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui pesquisas em andamento divulgadas.

ii montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, os investimentos no desenvolvimento de software totalizaram R\$ 11.239 mil, R\$ 7.303 mil e R\$ 6.021 mil, respectivamente.

Esses investimentos concentraram-se principalmente no desenvolvimento de soluções internas voltadas à gestão e ao controle dos projetos da Companhia.

Os custos com pesquisa e desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesas administrativas no resultado, conforme as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

2.10 Planos de negócios

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia segue critérios que visam o desenvolvimento dos negócios através de ações ambientais, sociais e de governança.

A Companhia ciente da importância de sua contribuição para o desenvolvimento econômico dos locais onde atua e com o aumento da qualidade de vida de toda a sociedade, busca em todas as suas ações respeitar os direitos humanos e o meio ambiente.

Como empresa de tecnologia e Transformação Digital socialmente responsável, trabalhamos para criar soluções digitais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade e o bem-estar individual das pessoas, principal acelerador para transformação do mundo. Reconhecemos que essa abordagem é fundamental para ser um agente de transformação no mundo atual.

A Companhia, ciente da importância de sua contribuição para o desenvolvimento econômico dos locais onde atua e com o aumento da qualidade de vida de toda a sociedade, busca em todas as suas ações respeitar os direitos humanos e o meio ambiente. Temos um interesse genuíno na sustentação da ética e da moral em todas as nossas relações, e na construção de uma empresa de tecnologia humana, com atitudes conscientes e ações estratégicas voltadas para sustentabilidade.

Dessa forma, adotamos uma agenda estratégica de ESG baseada em nosso propósito e nossos valores. Para registrar os avanços dessa jornada, em busca de alinhar a nossa estratégia aos princípios universais da ONU e a contribuir com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com a Agenda 2030, lançamos nosso Book de ESG, disponível no nosso site brq.com. Assim, todos nossos stakeholders podem ter acesso e conhecer nossas ações proprietárias e incentivadas.

A **BRQ** investe na formação de talentos para o mercado de tecnologia há muitos anos. Mais do que capacitação em tech, a proposta é dar autonomia e empoderar os estudantes para transformarem suas vidas, suas famílias e a própria comunidade. Estudantes de baixa renda do ensino médio receberam bolsa de estudo, assistência médica, vale-refeição, ajuda de custo com internet e computador para se tornar um desenvolvedor Front-End e começar a projetar interfaces para páginas web como um programador.

Buscamos no futuro soluções para o presente e, para 2025, continuaremos valorizando o nosso time e investindo em iniciativas ESG e Inovação para desenvolver soluções que agregam ainda mais valor para o cliente em todos os desafios da Transformação Digital.

2.10 Planos de negócios

Acesse os documentos relacionados a nossas práticas de preservação do meio ambiente, responsabilidade com a sociedade e transparência empresarial através do Relatório com nosso Book de Sustentabilidade disponível em nosso site <https://digital.brq.com/esg>.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou evolução em seus resultados operacionais, refletindo a continuidade da execução de sua estratégia de crescimento e fortalecimento de suas capacidades em soluções digitais.

A receita líquida consolidada atingiu R\$ 593,7 milhões, representando crescimento de 2,0% em relação ao exercício anterior. O lucro bruto totalizou R\$ 217,4 milhões, com margem bruta de 36,6%, refletindo ganhos de eficiência operacional.

O lucro líquido do exercício alcançou R\$ 68,4 milhões, representando crescimento de 8,6% em relação ao exercício anterior, em ritmo superior ao crescimento da receita, evidenciando melhora na qualidade dos resultados da Companhia.

Durante o período, a Companhia manteve foco na expansão de suas capacidades em transformação digital, com destaque para a aquisição da weme, que amplia competências em design estratégico e desenvolvimento de produtos digitais, bem como para a captação de recursos junto ao BNDES destinada a iniciativas de pesquisa, desenvolvimento e inovação com foco em inteligência artificial, fortalecendo a capacidade de investimento em frentes estratégicas.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1 As projeções devem identificar:

a. objeto da projeção

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

Nos termos do art. 21 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa. Caso o emissor opte por divulgá-las, tais informações devem ser incluídas no Formulário de Referência e acompanhadas das premissas relevantes, parâmetros e metodologia adotados.

Dessa forma, considerando que a Companhia não divulgou projeções ou estimativas de qualquer natureza nos últimos três exercícios sociais, não há projeções a serem apresentadas no item 3.1 deste Formulário de Referência, incluindo projeções operacionais, financeiras ou relacionadas aos negócios e atividades da Companhia.

Na hipótese de a Companhia vir a divulgar projeções ou estimativas, este Formulário de Referência será atualizado, conforme aplicável, para refletir as informações exigidas pela regulamentação vigente.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**
- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**
- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não divulgou projeções sobre a evolução de indicadores da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

O investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia envolve exposição a riscos que podem impactar negativamente seus negócios, desempenho financeiro, reputação e o valor de mercado desses valores mobiliários. Antes de tomar qualquer decisão de investimento, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, incluindo as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, bem como os fatores de risco descritos a seguir.

Os riscos apresentados nesta seção são aqueles que a Companhia, na data deste Formulário de Referência, entende serem mais relevantes e com potencial efetivo de influenciar a decisão de investimento. Esses riscos são apresentados em ordem decrescente de relevância, considerando sua possível materialidade e impacto nos negócios da Companhia e de suas subsidiárias.

Cabe destacar que eventos adversos decorrentes de qualquer um desses fatores de risco pode afetar significativamente a situação financeira, os resultados operacionais, o fluxo de caixa, a liquidez, a reputação ou os negócios futuros da Companhia. Consequentemente, o preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá ser negativamente afetado, resultando em perdas substanciais ou até mesmo totais para os investidores.

Além dos fatores de risco identificados e descritos a seguir, existem riscos adicionais que, embora não sejam atualmente conhecidos ou considerados relevantes pela Companhia, também podem impactar negativamente suas operações e, portanto, afetar a decisão de investimento.

Para fins desta seção, expressões como “efeito adverso” ou “efeito negativo” referem-se à possibilidade de impacto relevante sobre as atividades da Companhia, incluindo sua posição financeira, resultados, liquidez e reputação, bem como sobre o valor de mercado de seus valores mobiliários. Ainda que os riscos estejam organizados por categorias, determinados fatores podem se enquadrar em mais de uma delas.

a. emissor

Riscos Relacionados à Execução de Contratos com Clientes

Os contratos firmados pela Companhia são, em sua maioria, sofisticados em sua redação e complexos em sua estrutura, exigindo um ciclo de vendas prolongado e altamente técnico. Durante esse ciclo, é essencial que haja um entendimento preciso das necessidades dos clientes, bem como uma definição clara e detalhada do escopo dos serviços a serem prestados. Falhas nesse processo — seja por interpretação inadequada das demandas, escopo mal definido, ou dificuldades na gestão de pessoas e recursos envolvidos — podem comprometer significativamente a rentabilidade do projeto. Esses riscos

4.1 Descrição dos fatores de risco

podem decorrer de fatores internos, condições específicas dos clientes ou mesmo do ambiente operacional.

Adicionalmente, a Companhia mantém contratos de longo prazo com determinados clientes, os quais preveem diferentes índices de correção e reajuste anual de preços. Em determinados casos, tais índices podem se mostrar insuficientes para cobrir aumentos nos custos efetivamente incorridos na execução dos serviços, especialmente em contextos de alta inflacionária ou escassez de mão de obra qualificada. Nesses cenários, a margem de lucratividade da Companhia poderá ser reduzida, impactando negativamente seus resultados operacionais, situação financeira e, consequentemente, o valor de seus valores mobiliários.

A prestação de serviços no setor de tecnologia também envolve riscos inerentes à operação, incluindo a possibilidade de ocorrência de eventos adversos que possam afetar o funcionamento das atividades dos clientes. Situações como falhas técnicas, indisponibilidades operacionais ou erros de execução podem gerar prejuízos significativos, com impactos reversíveis ou irreversíveis sobre os clientes, afetando diretamente a imagem e reputação da Companhia no mercado.

Tais eventos, se concretizados, além de comprometerem a relação comercial com o cliente, podem resultar em ações judiciais, pedidos de indenização e outras medidas legais que afetam adversamente os resultados da Companhia, sua condição financeira e o valor de mercado de seus valores mobiliários.

Risco Relacionado à Integração com Tecnologias de Terceiros

A Companhia depende da capacidade de integrar seus produtos e serviços a uma ampla variedade de sistemas operacionais, hardwares, softwares e plataformas de rede desenvolvidos ou mantidos por terceiros. Para manter a funcionalidade e competitividade de suas soluções, é necessário que a Companhia realize atualizações constantes, acompanhando as inovações, atualizações e alterações técnicas implementadas por esses terceiros.

Qualquer dificuldade na integração com essas tecnologias, ou falha em acompanhar sua evolução, pode comprometer a qualidade, a usabilidade e a atratividade comercial dos produtos e serviços da Companhia, tornando-os menos competitivos ou, em casos extremos, obsoletos.

Além disso, eventuais deteriorações no relacionamento com fornecedores estratégicos de tecnologia — como plataformas, ferramentas ou infraestruturas utilizadas — podem afetar negativamente a operacionalidade das soluções oferecidas. Esses terceiros podem, a qualquer momento, alterar funcionalidades, restringir o acesso a seus sistemas ou modificar os termos e condições de uso de forma desfavorável à Companhia.

Caso a Companhia não consiga assegurar a integração eficiente de suas soluções às tecnologias de terceiros, poderá enfrentar limitações na oferta de seus produtos, perda de competitividade, redução na

4.1 Descrição dos fatores de risco

adoção de sua plataforma por clientes, impacto negativo nos resultados operacionais e na sua condição financeira, o que poderá afetar, inclusive, o valor de mercado dos seus valores mobiliários.

Risco Relacionado à Capacidade de Inovação e Acompanhamento Tecnológico

A Companhia está inserida em um mercado altamente dinâmico e competitivo, caracterizado por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de hardware, desenvolvimento contínuo de softwares e infraestrutura de comunicações, além de necessidades crescentes e mais complexas por parte dos clientes. Nesse contexto, a capacidade de antecipar tendências, desenvolver novos produtos e serviços, integrar soluções adquiridas e aprimorar as soluções existentes é essencial para a manutenção da competitividade da Companhia.

Caso a Companhia não consiga, de forma tempestiva, acompanhar a evolução tecnológica, ajustar seus produtos e serviços às exigências do mercado ou posicioná-los de maneira adequada em termos de valor e funcionalidade, poderá enfrentar perda de relevância no setor, redução de sua base de clientes e queda na atratividade comercial de suas soluções.

Além disso, a impossibilidade de prever, implementar ou acompanhar inovações tecnológicas pode tornar os produtos e serviços da Companhia obsoletos em comparação com os ofertados por seus concorrentes, afetando diretamente sua participação de mercado e margem de lucratividade.

Essa perda de competitividade poderá ter efeitos adversos sobre os resultados operacionais, a situação financeira da Companhia e, por consequência, sobre o valor de mercado de seus valores mobiliários.

Risco Relacionado ao Uso de Inteligência Artificial, Automação e Novas Tecnologias

A Companhia atua em setor diretamente impactado pela evolução da inteligência artificial, automação, modelos generativos e agentes digitais. A adoção acelerada dessas tecnologias pode alterar a forma de contratação, precificação e execução de serviços de tecnologia, pressionar margens, reduzir a demanda por determinados serviços tradicionais ou exigir a rápida requalificação de profissionais e a adaptação de ofertas comerciais.

O uso de ferramentas de IA, próprias ou de terceiros, em projetos internos ou de clientes também pode gerar riscos operacionais, regulatórios, contratuais, reputacionais e de segurança da informação, incluindo respostas imprecisas ou enviesadas, uso indevido de dados, violação de confidencialidade, infração a direitos de propriedade intelectual, falhas de governança, ausência de rastreabilidade e decisões automatizadas sem supervisão adequada.

Caso a Companhia não consiga estabelecer controles apropriados, governança, políticas de uso, capacitação de equipes e modelos comerciais compatíveis com esse novo ambiente tecnológico, poderá sofrer perda de competitividade, redução de rentabilidade, aumento de custos de conformidade e impactos adversos em seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de mercado de seus valores mobiliários.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Riscos Relacionados à Capacidade Comercial, ao Repasse de Custos e à Retenção de Talentos

- ✓ **Capacidade de atrair e reter clientes:** A estratégia de crescimento da Companhia depende diretamente de sua capacidade de atrair novos clientes, reter sua base atual e ampliar a oferta de produtos e serviços junto aos clientes existentes. Para alcançar esses objetivos, é essencial demonstrar o valor agregado de suas soluções e garantir a eficácia de suas estratégias comerciais, de marketing, vendas e suporte pós-venda. Falhas nesses aspectos podem comprometer a expansão da base de clientes, a fidelização e a geração de novas receitas, o que pode afetar adversamente os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira e o valor dos valores mobiliários da Companhia.
- ✓ **Risco de não repasse de aumentos de custos:** Os custos operacionais da Companhia são influenciados por diversos fatores, como folha de pagamento, tributos, aluguéis, insumos, licenças de software e aquisição de equipamentos. Nem todos os contratos com clientes preveem ajustes automáticos ou proporcionais a esses custos. Caso a Companhia não consiga repassar integralmente esses aumentos aos seus clientes, poderá sofrer impactos em suas margens e rentabilidade, o que afetaria negativamente sua condição financeira e o valor de mercado de seus valores mobiliários.
- ✓ **Capacidade de atrair e reter profissionais qualificados:** A atuação da Companhia é intensiva em capital humano e seu desempenho depende significativamente da capacidade de contratar, treinar e reter profissionais qualificados, especialmente nas áreas técnica, comercial, de gestão e de desenvolvimento. A perda de membros-chave da alta administração ou de colaboradores estratégicos pode comprometer a continuidade dos negócios e o desenvolvimento de projetos. Além disso, a crescente concorrência por talentos qualificados no setor de tecnologia e as condições econômicas adversas podem dificultar o recrutamento e a retenção desses profissionais, elevando custos e reduzindo a eficiência operacional. A incapacidade de manter uma equipe capacitada e alinhada pode impactar diretamente a execução da estratégia da Companhia, seus resultados e a valorização de seus valores mobiliários.

Risco Relacionado ao Aumento de Custos com Mão de Obra

A Companhia possui uma estrutura de custos intensiva em capital humano, sendo que os salários e benefícios dos colaboradores representam parcela significativa de suas despesas operacionais. A elevação desses custos pode ocorrer por diversos fatores, incluindo mudanças legislativas, convenções coletivas, aumento da demanda por profissionais de tecnologia, crescimento econômico ou pressão competitiva do mercado por retenção de talentos qualificados.

A Companhia esteve historicamente exposta às alterações no regime de desoneração da folha de pagamento previsto na Lei nº 12.546/2011, que substituiu a contribuição previdenciária patronal sobre a folha pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) para determinados setores, incluindo o setor de tecnologia da informação. Com a edição da Lei nº 14.973/2024, foi estabelecido

4.1 Descrição dos fatores de risco

regime de transição para a reoneração gradual da folha de pagamento, com retomada progressiva da contribuição previdenciária patronal sobre a folha até 2028.

Nos termos da legislação vigente, a transição prevê a reintrodução gradual da alíquota sobre a folha de pagamento nos anos de 2025 a 2027, com retorno à alíquota integral de 20% em 2028. A depender da composição da folha, da evolução das receitas, da capacidade de renegociação contratual e das condições de mercado, essa alteração poderá elevar os custos com mão de obra e pressionar as margens da Companhia.

Se a Companhia não conseguir repassar integralmente esses aumentos de custos aos clientes por meio de reajustes, revisões de preço, ganhos de eficiência ou renegociação de contratos, seus resultados operacionais, sua situação financeira e o valor de mercado de seus valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

Risco Relacionado à Implementação da Estratégia de Negócios e Crescimento

A Companhia pode enfrentar dificuldades na execução integral de sua estratégia de negócios e crescimento. A implementação bem-sucedida dessa estratégia depende de diversos fatores, incluindo a capacidade de: (i) atrair novos clientes e reter a base atual; (ii) realizar aquisições estratégicas de empresas e/ou ativos no Brasil e no exterior; (iii) viabilizar financiamento para investimentos e expansão; (iv) estabelecer e manter parcerias relevantes; (v) contratar, desenvolver e reter profissionais qualificados; e (vi) ampliar sua atuação em mercados existentes, bem como acessar novos segmentos geográficos ou de atuação. A não realização, parcial ou total, de qualquer um desses fatores — seja por pressões competitivas, restrições de capital ou limitações operacionais — pode comprometer a execução da estratégia, impactando negativamente os resultados da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia pode não atingir as metas financeiras previstas ou tomar decisões inadequadas decorrentes de projeções imprecisas, mudanças de cenário ou falhas de planejamento. Tais erros podem gerar efeitos negativos sobre a gestão de equipes, refletindo em aumento da ociosidade, queda de produtividade e maior índice de rotatividade (turnover), com consequente impacto nos resultados operacionais.

Atualmente, uma parte menor dos contratos da Companhia é firmada sob regime de escopo fechado (preço fechado), o que pode representar riscos adicionais. Em casos em que ocorram imprevistos, decisões inadequadas ou alterações de cenário durante a execução dos projetos, os custos incorridos podem superar os valores inicialmente estimados, reduzindo as margens de lucratividade. Alternativamente, em situações onde os custos são menores do que o previsto, a Companhia pode experimentar atrasos no reconhecimento contábil da receita, uma vez que a metodologia de apuração está baseada na proporção de custos incorridos, o que pode afetar temporariamente seus resultados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Essas variáveis, se mal geridas, podem comprometer o desempenho da Companhia, afetar sua posição competitiva, resultados operacionais, situação financeira e, conseqüentemente, o valor de seus valores mobiliários.

Risco Relacionado à Estratégia de Crescimento por Aquisições

A estratégia de crescimento da Companhia inclui a realização de aquisições estratégicas no Brasil e no exterior, o que envolve riscos relevantes. A Companhia pode não conseguir identificar, avaliar ou negociar oportunidades de aquisição em condições favoráveis, o que pode limitar sua capacidade de expandir suas operações conforme planejado.

Mesmo quando realizadas, as aquisições podem impactar adversamente os resultados operacionais, o índice de alavancagem e as despesas de capital, especialmente se envolverem ativos com passivos ocultos, contingências ou integrações operacionais complexas. A depender da aquisição, pode haver falhas na identificação de riscos durante o processo de diligência (due diligence), o pagamento acima do valor justo, ou dificuldades na implementação de controles, procedimentos e políticas uniformes. Também podem surgir riscos relacionados à retenção de clientes, à propriedade intelectual, à integração de culturas organizacionais e à gestão de equipes geograficamente dispersas.

Entre os principais riscos envolvidos em aquisições, destacam-se:

- Incertezas sobre o retorno estratégico ou financeiro da aquisição;
- Dificuldades na integração de produtos, serviços, sistemas e equipes;
- Possíveis contingências legais, fiscais, trabalhistas ou regulatórias não identificadas;
- Aumento não previsto de despesas com suporte, desenvolvimento ou operação dos ativos adquiridos;
- Riscos concorrenciais em mercados nos quais a Companhia possui pouca ou nenhuma experiência;
- Eventual não obtenção de aprovações societárias, regulatórias ou de concorrência;
- Diluição da participação dos atuais acionistas em caso de emissão de ações para viabilizar aquisições.

Além disso, falhas na integração das operações adquiridas podem impedir a realização das sinergias esperadas e afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia. Os processos de due diligence e eventuais garantias contratuais dos vendedores podem não ser suficientes para mitigar os riscos envolvidos ou compensar perdas decorrentes de responsabilidades anteriores à aquisição.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O aumento da concorrência por ativos atrativos também pode dificultar a execução dessa estratégia de crescimento inorgânico. Caso a Companhia venha a adquirir empresas de maior porte ou realize múltiplas aquisições simultaneamente, os impactos negativos podem ser potencializados, afetando de forma relevante seus resultados, situação financeira, fluxos de caixa e o valor de seus valores mobiliários.

Risco Relacionado à Dependência das Receitas Provenientes de Produtos e Serviços Tecnológicos

As receitas da Companhia dependem substancialmente da contratação de seus produtos e serviços tecnológicos, bem como de serviços complementares prestados com base em tecnologias de terceiros. Essa dependência envolve tanto a oferta de soluções adaptáveis à estrutura de cada cliente quanto a disponibilidade de capital humano qualificado para operá-las e mantê-las.

Esse modelo de negócio, baseado na integração de sistemas e na atuação de consultores especializados, pode ser replicado por concorrentes, que eventualmente venham a contratar os mesmos profissionais ou utilizar tecnologias similares, aumentando a pressão competitiva.

Fatores como intensificação da concorrência, mudanças nas condições de mercado, redução da demanda por serviços e produtos tecnológicos, ou mesmo falhas ou indisponibilidade de infraestrutura e aplicações, podem impactar negativamente a geração de receita da Companhia. Reduções significativas nas contratações podem comprometer o fluxo de caixa, a liquidez e os resultados operacionais, afetando a situação financeira da Companhia e o valor de seus valores mobiliários.

Risco Relacionado à Concentração de Receita em Setores Específicos e Grandes Clientes

As receitas da Companhia estão significativamente concentradas nos setores financeiro e de telecomunicações. A consolidação desses segmentos, com a redução do número de participantes, pode intensificar a dependência da Companhia de um número reduzido de clientes, aumentando o risco de concentração. Qualquer adversidade que afete esses setores poderá impactar negativamente o volume de contratações e, consequentemente, os resultados da Companhia.

A receita é predominantemente derivada da prestação de serviços de tecnologia, com foco em desenvolvimento de aplicações e integrações. Caso a Companhia perca competitividade frente a seus principais clientes ou não consiga manter-se entre os fornecedores preferenciais, poderá haver impacto direto em seu faturamento e rentabilidade.

Adicionalmente, observa-se uma tendência de concentração da demanda por serviços de tecnologia da informação em poucos fornecedores de grande porte, especialmente entre empresas multinacionais com atuação regional ou global. A base de clientes da Companhia é composta, majoritariamente, por grandes instituições nacionais e internacionais. Caso a Companhia venha a ser excluída da base de fornecedores estratégicos de algum desses clientes, ou não consiga competir com players globais, seus resultados operacionais e a valorização de seus valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Risco Relacionado à Dependência do Crescimento do Uso de Tecnologia pelos Clientes

As operações da Companhia dependem, em parte, do crescimento contínuo do uso de tecnologias por parte de seus clientes, atuais e potenciais, no contexto de transformação digital de seus negócios. Em cenários econômicos adversos, os clientes podem postergar ou reduzir investimentos em novas soluções tecnológicas, priorizando outras demandas estratégicas ou operacionais, ou ainda optar por desenvolver internamente soluções que poderiam ser contratadas de terceiros, como a Companhia.

Adicionalmente, muitas organizações já realizaram investimentos significativos em suas infraestruturas tecnológicas, o que pode torná-las mais resistentes à adoção de novas soluções que impliquem mudanças em seus processos internos.

Caso a taxa de adoção de novas tecnologias por parte dos clientes desacelere, ou haja uma redução nos orçamentos destinados a esse tipo de serviço, ou ainda, se a Companhia não for capaz de demonstrar de forma eficaz o valor agregado de suas soluções, seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de seus valores mobiliários poderão ser negativamente impactados.

Risco Relacionado a Processos Judiciais, Arbitrais e Administrativos

A Companhia e suas controladas são, atualmente, partes em processos judiciais, arbitrais e administrativos envolvendo matérias cível, tributária, trabalhista, entre outras, e poderão ser incluídas em novos litígios no curso regular de suas atividades. Decisões desfavoráveis em tais procedimentos podem afetar adversamente seus negócios, sua reputação e imagem institucional.

Além disso, membros do conselho de administração, da diretoria e acionistas controladores da Companhia também podem ser ou se tornar partes em processos ou investigações nas esferas cível, ambiental, criminal, tributária ou por eventuais alegações de práticas ilícitas, como atos de corrupção. Tais situações podem comprometer a continuidade no exercício de suas funções e impactar negativamente a reputação, a governança e os resultados da Companhia.

A Companhia pode não constituir provisões para processos classificados como de risco “possível” ou “remoto”, e mesmo nos casos em que haja classificação de risco “provável”, as provisões constituídas com base em estimativas da administração e pareceres jurídicos podem se mostrar insuficientes. Decisões desfavoráveis em ações não provisionadas ou com valores subestimados podem gerar efeitos adversos relevantes sobre a situação financeira, os negócios e o valor de mercado dos valores mobiliários da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita a litígios de natureza tributária em âmbitos municipal (ISS) e federal (PIS, COFINS, INSS, IR, entre outros), cujos desfechos podem representar riscos financeiros e operacionais.

Para mais informações sobre os principais processos envolvendo a Companhia, consulte os itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Risco Relacionado à Necessidade de Captação de Recursos Adicionais e Possível Diluição da Participação dos Acionistas

A Companhia poderá necessitar de recursos adicionais no futuro para financiar suas operações, projetos de expansão, aquisições ou outras iniciativas estratégicas. Esses recursos poderão ser captados por meio de emissões públicas ou privadas de ações, ou de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de sua emissão.

A realização de novas emissões poderá resultar em diluição da participação acionária dos atuais acionistas, especialmente se estes não exercerem, total ou parcialmente, seu direito de preferência, quando aplicável. Além disso, tais operações podem acarretar alterações na quantidade de ações em circulação, no valor de mercado das ações e na estrutura de controle da Companhia.

É importante destacar que, conforme a legislação e regulamentação aplicável, a Companhia poderá realizar ofertas com exclusão do direito de preferência, o que pode ampliar ainda mais o potencial de diluição dos acionistas existentes.

Adicionalmente, a Companhia não pode garantir a disponibilidade de capital adicional em condições adequadas, nem assegurar que eventuais captações ocorrerão em termos favoráveis. A ausência de acesso a capital ou o aumento das taxas de juros pode limitar a capacidade de crescimento da Companhia, afetar adversamente suas atividades, situação financeira, resultados operacionais e o valor de mercado de seus valores mobiliários.

Risco Relacionado à Captação de Recursos e Financiamento do Plano de Negócios

A Companhia pode não ser capaz de captar recursos suficientes para financiar seu plano de negócios, viabilizar projetos estratégicos, renovar linhas de crédito existentes ou obter novos financiamentos em condições atrativas. Caso seu fluxo de caixa operacional não seja suficiente para suportar seus custos, investimentos e obrigações financeiras, a Companhia poderá depender da obtenção de crédito ou da emissão de valores mobiliários para atender suas necessidades de capital.

A instabilidade dos mercados de dívida e de capitais, tanto no Brasil quanto no exterior, somada a fatores político-econômicos e ao aumento do custo do crédito, pode dificultar o acesso da Companhia a novas fontes de financiamento. Credores podem adotar critérios mais rígidos, elevar taxas de juros ou restringir a oferta de crédito, tornando a captação de recursos mais onerosa ou inviável em condições satisfatórias.

Caso a Companhia enfrente limitações na obtenção de crédito ou na captação de recursos no mercado de capitais, poderá ter sua capacidade de investir, cumprir obrigações financeiras, aproveitar oportunidades de negócio ou executar projetos comprometida. Essas restrições podem impactar adversamente sua posição financeira, seus resultados operacionais e, conseqüentemente, o valor de mercado de seus valores mobiliários.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Risco Relacionado a Falhas na Infraestrutura Operacional

A Companhia pode ser impactada por falhas em sua infraestrutura física e tecnológica, incluindo instalações de escritórios, datacenters, sistemas de informação e centrais de atendimento. Tais falhas podem decorrer de eventos imprevisíveis, como erros humanos, interrupções no fornecimento de energia elétrica, acidentes, desastres naturais ou outras situações excepcionais.

A ocorrência de qualquer desses eventos pode comprometer a continuidade das operações, atrasar a entrega de serviços aos clientes e impactar negativamente a geração de receitas. Interrupções operacionais significativas também podem afetar a reputação da Companhia e, em consequência, ter efeitos adversos sobre seus resultados financeiros e sobre o valor de seus valores mobiliários.

Risco Relacionado à Segurança da Informação e Continuidade de Sistemas de TI

As medidas de segurança da informação adotadas pela Companhia podem ser insuficientes para prevenir violações, invasões ou falhas operacionais em seus sistemas de tecnologia. A Companhia está sujeita a riscos de ciberataques, vazamento de dados, acessos não autorizados e outras formas de comprometimento da integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações, inclusive por ações internas de colaboradores ou externas de agentes maliciosos.

Caso tais medidas não sejam eficazes para impedir ataques cibernéticos, vírus, falhas na infraestrutura ou invasões de rede, a Companhia poderá enfrentar a indisponibilidade de sistemas, perdas operacionais, interrupção de serviços e uso indevido de dados sensíveis, próprios ou de clientes. Essas situações podem comprometer a continuidade dos negócios, afetar a reputação institucional e gerar impactos financeiros significativos.

Adicionalmente, falhas na proteção e armazenamento de dados podem acarretar o descumprimento de obrigações legais, como aquelas previstas na Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), especialmente no que se refere à guarda de registros, além de dificultar a atuação da Companhia em investigações, defesas judiciais ou processos administrativos relacionados à prevenção de fraudes ou à recuperação de valores.

Em qualquer dessas hipóteses, os negócios da Companhia, seus resultados financeiros e o valor de mercado de seus valores mobiliários poderão ser adversamente impactados. A mitigação desses riscos poderá ainda demandar investimentos relevantes em infraestrutura e segurança cibernética.

Risco Relacionado à Divulgação Não Autorizada de Dados

A Companhia pode estar sujeita a eventuais divulgações não autorizadas de dados armazenados em seus sistemas, seja por falhas operacionais, erros humanos, ou por ataques cibernéticos intencionais. Embora adote mecanismos de segurança e controle, tais medidas podem não ser totalmente eficazes diante do constante avanço tecnológico, que possibilita o uso de métodos cada vez mais sofisticados de acesso indevido a informações, com finalidades ilícitas, como fraude e falsidade ideológica.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, falhas técnicas ou humanas também podem ocasionar vazamentos acidentais de dados próprios, de clientes ou de consumidores finais atendidos indiretamente por meio de seus clientes. Nessas hipóteses, a Companhia poderá ser responsabilizada civil, administrativa e judicialmente pela exposição ou uso indevido dessas informações, estando sujeita a sanções, especialmente no âmbito da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – LGPD).

A ocorrência de eventos dessa natureza pode gerar impactos relevantes à imagem e à reputação da Companhia, além de comprometer seus resultados operacionais, sua situação financeira e o valor de mercado de seus valores mobiliários.

Risco Relacionado ao Descumprimento de Obrigações Financeiras e Cláusulas Contratuais (Covenants)

A Companhia pode ser adversamente impactada caso não consiga honrar suas obrigações financeiras ou cumprir cláusulas contratuais restritivas previstas em seus instrumentos de dívida. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía R\$ 6.494 mil em financiamentos por arrendamento. Parte dessas obrigações está sujeita a compromissos financeiros e operacionais (covenants), que incluem, entre outros, a manutenção de determinados índices financeiros, restrições à constituição de ônus sobre ativos, distribuição de dividendos, realização de transações entre partes relacionadas, alienação de participações societárias, venda de ativos e reorganizações societárias.

O descumprimento de quaisquer dessas obrigações, ainda que não pecuniárias, poderá acarretar o vencimento antecipado da dívida correspondente e, potencialmente, o vencimento cruzado (cross-default ou cross-acceleration) de outras obrigações financeiras. Nessas situações, a Companhia poderá ser obrigada a liquidar antecipadamente seus passivos, mesmo que não disponha de caixa suficiente para tal, o que pode comprometer sua liquidez e continuidade operacional.

Não há garantia de que a Companhia conseguirá renegociar suas dívidas em condições favoráveis ou dentro dos prazos exigidos, caso ocorra descumprimento contratual. Além disso, limitações impostas por tais instrumentos podem restringir a capacidade da Companhia de captar novos recursos, realizar investimentos estratégicos ou financiar seu crescimento, afetando negativamente sua posição financeira, seus resultados operacionais e o valor de seus valores mobiliários.

Risco Relacionado à Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A Companhia pode não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio aos titulares de ações ordinárias de sua emissão. De acordo com seu Estatuto Social e com a Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”), a Companhia deve destinar, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício à distribuição de dividendos, salvo hipóteses previstas em lei.

No entanto, esse lucro poderá ser integral ou parcialmente capitalizado, retido ou utilizado para compensação de prejuízos acumulados, nos termos legais. Além disso, a própria Lei das S.A. autoriza

4.1 Descrição dos fatores de risco

a suspensão da distribuição obrigatória de dividendos caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia.

Nessas circunstâncias, os acionistas podem deixar de receber dividendos ou juros sobre capital próprio, ou receber apenas o dividendo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A.

Adicionalmente, o atual regime tributário aplicável à distribuição de resultados pode sofrer alterações. Hoje, os dividendos são isentos de Imposto de Renda e os juros sobre capital próprio são dedutíveis do lucro tributável da Companhia, mas sujeitos à retenção na fonte. Projetos legislativos em tramitação propõem a tributação de dividendos e a revogação da dedutibilidade dos juros sobre capital próprio para fins de IRPJ e CSLL. Caso essas mudanças sejam aprovadas, poderão reduzir o valor líquido recebido pelos acionistas, impactar a atratividade econômica da distribuição de lucros e afetar a capacidade da Companhia de realizar tais pagamentos.

Risco Relacionado à Governança, Compliance e Conformidade Legal

Os processos de governança corporativa, gestão de riscos e compliance da Companhia podem não ser suficientes para prevenir ou detectar, de forma tempestiva, violações à legislação aplicável, às regulamentações vigentes ou aos seus próprios padrões éticos e de conduta. Eventuais falhas nesses mecanismos podem gerar impactos materiais adversos à sua reputação, situação financeira, resultados operacionais e ao valor de mercado de seus valores mobiliários.

A Companhia está sujeita a um amplo conjunto de normas anticorrupção, incluindo o Código Penal, a Lei de Improbidade Administrativa, a Lei de Licitações, a Lei de Lavagem de Dinheiro, a Lei nº 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”) e o Decreto nº 8.420/2015, bem como tratados internacionais como a Convenção Anticorrupção da OCDE. Adicionalmente, por possuir subsidiária integral nos Estados Unidos, submete-se também à legislação estrangeira, como o Foreign Corrupt Practices Act (FCPA).

A Lei Anticorrupção prevê a responsabilização objetiva da pessoa jurídica, nas esferas cível e administrativa, por atos lesivos cometidos em seu interesse ou benefício. As sanções incluem multa, perda de bens, suspensão de atividades, proibição de contratar com o poder público e até a dissolução compulsória. Tais penalidades também podem ser estendidas em casos de reorganização societária ou sucessão, e a responsabilidade pode atingir empresas do mesmo grupo econômico.

A Companhia também está sujeita à Lei de Lavagem de Dinheiro, que impõe obrigações como identificação de clientes, manutenção de registros e comunicação de operações suspeitas, sujeitando-a a sanções que vão de advertências a multas de até R\$ 20 milhões, ou cassação de autorizações para o exercício de suas atividades.

Adicionalmente, a imagem e reputação da Companhia podem ser prejudicadas por condutas ilegais ou antiéticas praticadas por seus colaboradores, administradores, prestadores de serviço ou parceiros, bem

4.1 Descrição dos fatores de risco

como por falhas no relacionamento com clientes, práticas comerciais inadequadas, vazamentos de dados, concorrência desleal ou falhas em seus controles internos.

Apesar dos aprimoramentos recentes em sua estrutura de governança, incluindo a criação dos Comitês de Auditoria, Riscos e Ética e a contratação de auditoria interna terceirizada, a Companhia pode não ser capaz de impedir ou identificar violações à legislação anticorrupção ou a outras normas aplicáveis, nem condutas fraudulentas ou indevidas praticadas em seu nome ou benefício. Tais condutas podem ensejar investigações, sanções, responsabilizações solidárias e vencimento antecipado de obrigações contratuais.

A Companhia também poderá ser solidariamente responsabilizada por infrações praticadas por suas controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas. Qualquer dessas situações pode gerar perdas financeiras relevantes, comprometer sua reputação e impactar negativamente seus resultados operacionais, sua situação financeira e o valor de seus valores mobiliários.

Risco Relacionado a Controles Internos e Estrutura de Governança

Os mecanismos de identificação, mensuração, monitoramento e gerenciamento de riscos adotados pela Companhia podem ser insuficientes para antecipar ou mitigar violações regulatórias, operacionais ou estratégicas. Parte dos métodos utilizados baseia-se em dados históricos e modelos estatísticos, os quais podem não refletir adequadamente eventos futuros ou riscos desconhecidos, cujos efeitos podem ser significativamente mais severos do que os indicados por tais modelos.

Além disso, procedimentos de avaliação baseados em informações públicas, de mercado ou de clientes podem não ser precisos, atualizados ou completos, comprometendo a eficácia das decisões tomadas com base nesses dados.

Adicionalmente, a Companhia não dispõe, até a data deste Formulário de Referência, de um sistema automatizado de consolidação de balancetes das sociedades do grupo, o que aumenta a suscetibilidade a erros manuais no processo de consolidação e à geração de informações financeiras imprecisas, com potenciais reflexos negativos em sua confiabilidade e governança.

Essas limitações podem comprometer a integridade das informações gerenciais e financeiras, impactar adversamente a reputação da Companhia, dificultar a conformidade com normas regulatórias e prejudicar seus resultados operacionais e condição financeira.

Risco Relacionado à Propriedade Intelectual

A Companhia pode ser adversamente impactada caso não consiga proteger adequadamente seus direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral, ou ainda se seus parceiros ou fornecedores utilizarem, sem a devida autorização, ativos protegidos de terceiros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Apesar de adotar medidas para proteger seus ativos intangíveis, a Companhia não pode garantir que seus registros perante os órgãos competentes sejam sempre eficazes ou suficientes para evitar violações, cópias ou usos indevidos de suas marcas, produtos, soluções ou tecnologias. Em caso de infração, pode ser necessário adotar medidas administrativas ou judiciais para defender seus direitos, o que pode acarretar custos relevantes e desvio de recursos da gestão e de áreas técnicas.

Adicionalmente, a Companhia não tem controle absoluto sobre o uso de propriedade intelectual por parte de terceiros com os quais se relaciona, como parceiros, prestadores de serviço ou fornecedores. Caso esses agentes utilizem propriedade intelectual de terceiros sem autorização, ainda que sem o conhecimento da Companhia, esta poderá ser corresponsabilizada ou ter sua reputação afetada.

O uso não autorizado de ativos da Companhia, ou de terceiros por seus parceiros, bem como eventuais disputas judiciais ou administrativas sobre tais temas, podem gerar custos significativos, comprometer a imagem da Companhia e afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de seus valores mobiliários.

Risco Relacionado ao Uso de Propriedade Intelectual de Terceiros

O uso não autorizado ou irregular de direitos de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza pode impedir a Companhia de utilizar tecnologias essenciais para o desenvolvimento ou fornecimento de seus produtos e serviços, além de sujeitá-la a litígios e sanções relevantes.

A Companhia presta serviços com base em softwares de terceiros, que podem ser (i) contratados diretamente pelos clientes ou (ii) licenciados à Companhia e, posteriormente, sublicenciados. Em ambos os casos, há o risco de que tais tecnologias estejam sujeitas a restrições, disputas ou alegações de violação de direitos de propriedade intelectual.

O número crescente de registros de patentes, marcas e direitos autorais por empresas de tecnologia eleva a possibilidade de que produtos ou serviços da Companhia venham a colidir com direitos de terceiros. Concorrentes, outras empresas ou indivíduos podem deter — ou futuramente registrar — direitos sobre tecnologias semelhantes às utilizadas ou comercializadas pela Companhia.

A Companhia não pode garantir que possui pleno conhecimento de todos os direitos existentes ou que será bem-sucedida em eventuais disputas judiciais ou arbitrais que envolvam alegações de infração, incluindo aquelas relacionadas ao uso ou sublicenciamento de softwares de terceiros.

Caso seja determinado judicial ou arbitralmente que a Companhia viola direitos de terceiros e não haja possibilidade de obter licenças em termos razoáveis, poderá ser obrigada a descontinuar o uso da tecnologia, revisar seus produtos ou serviços, ou ainda arcar com indenizações, royalties ou custos significativos de licenciamento.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Tais situações podem resultar em interrupção de serviços, perda de receitas, danos à reputação, e impacto adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e o valor dos valores mobiliários da Companhia.

A Companhia pode não obter o retorno esperado sobre as receitas em relação às despesas e aos investimentos realizados, presentes ou futuros, em pesquisa e desenvolvimento de produtos, tecnologias e serviços.

O sucesso na criação de novas soluções tecnológicas depende de diversos fatores, incluindo a viabilidade técnica do desenvolvimento, a aceitação do mercado, a velocidade de adoção por parte dos clientes e a capacidade da Companhia de manter-se competitiva frente a inovações de terceiros. Mesmo que novos produtos e serviços sejam efetivamente desenvolvidos, não há garantia de que a demanda por essas soluções se materialize ou evolua no ritmo inicialmente projetado.

Dessa forma, a Companhia pode não conseguir recuperar os investimentos realizados em pesquisa e desenvolvimento, o que pode impactar negativamente seus negócios, seus resultados operacionais, sua situação financeira e, conseqüentemente, o valor de seus valores mobiliários.

A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em transações com partes relacionadas.

A Companhia possui receitas, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, inclusive com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Contratações com partes relacionadas representam potencial conflito de interesses entre as partes, as quais podem se revelar difíceis ou complexas para a análise da Companhia quanto a todos os potenciais conflitos de interesse envolvidos. A Companhia não pode assegurar que sua Política de Transações com Partes Relacionadas e/ou os mecanismos de governança existentes para lidar com estas situações sejam eficazes, o que pode impactar negativamente os negócios da Companhia e causar um impacto adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados, bem como no valor de seus valores mobiliários.

Participação acionária poderá ser diluída pelo exercício do Stock Option Plan.

A participação dos acionistas no capital social da Companhia poderá ser diluída em decorrência do exercício das opções de compra de ações pelos seus colaboradores, conforme previsto em seu Plano de Opção de Compra de Ações ("Stock Option Plan"). Neste contexto, os acionistas não terão direito de preferência sobre as ações emitidas em virtude da execução deste plano por executivos e colaboradores, o que poderá resultar na redução proporcional da participação de investidores no capital social.

Adicionalmente, a Receita Federal do Brasil tem adotado entendimento, em análises de planos similares de opções de compra de ações, de que o fato da Lei das Sociedades por Ações (Lei das S.A.) prever essa modalidade de remuneração não exclui tais pagamentos do conceito de salário de

4.1 Descrição dos fatores de risco

contribuição. Dessa forma, existe a possibilidade de que a Companhia venha a ser autuada, com questionamento acerca da natureza remuneratória do Stock Option Plan. Em caso de eventual autuação, a Companhia poderá ser obrigada ao recolhimento de impostos e contribuições previdenciárias não pagos, além de enfrentar penalidades aplicáveis. Tal cenário poderia acarretar efeitos adversos relevantes na condição financeira, nos resultados operacionais e na cotação dos valores mobiliários da Companhia.

Para informações adicionais sobre o Stock Option Plan da Companhia, consulte o item 8 deste Formulário de Referência.

Ausência de liquidez no mercado pode dificultar a venda das ações da Companhia

Não há garantia de que se desenvolverá um mercado líquido para as ações emitidas pela Companhia, podendo resultar em dificuldades para que os acionistas vendam suas ações pelo preço desejado e no momento pretendido. Embora as ações da Companhia estejam listadas no segmento Básico, não é possível assegurar que a negociação dessas ações ocorrerá de forma satisfatória ou se manterá assim no futuro. Nesse cenário, os acionistas podem enfrentar restrições ou dificuldades na negociação das ações ao preço e no momento desejados.

Risco Relacionado à Contratação com a Administração Pública

A Companhia mantém contratos com entidades da Administração Pública direta e indireta, incluindo empresas estatais, os quais estão sujeitos à legislação específica, como a Lei nº 8.666/1993 e a Lei nº 13.303/2016, além dos regulamentos próprios de contratação das estatais. Ainda que tais contratos representem uma parcela reduzida do portfólio da Companhia, seu descumprimento pode acarretar penalidades relevantes.

Nos contratos regidos pela Lei nº 8.666/1993, o descumprimento contratual ou das condições do edital pode resultar em sanções como: (i) advertência, (ii) multa, (iii) suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração por até dois anos, (iv) declaração de inidoneidade, e (v) demais sanções civis aplicáveis.

Além disso, contratações realizadas por inexigibilidade ou dispensa de licitação sem a devida formalização podem ensejar responsabilização criminal nos termos do artigo 337-E do Código Penal, cuja pena prevista é de detenção de 4 a 8 anos, além de multa, para os envolvidos que tenham se beneficiado da contratação irregular.

Em contratos com empresas estatais, a Lei nº 13.303/2016 prevê penalidades semelhantes, como advertência, multa e suspensão temporária, e aplica as mesmas consequências legais nos casos de dispensa ou inexigibilidade irregular de licitação.

A rescisão unilateral dos contratos também pode ocorrer, por exemplo, em caso de subcontratação indevida, cessão não autorizada do contrato ou alterações societárias que prejudiquem sua execução.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nos contratos com estatais, as hipóteses de extinção contratual são reguladas pelos respectivos regulamentos internos de contratação, que podem diferir da legislação geral.

A aplicação dessas penalidades, ou a extinção antecipada dos contratos com o poder público, pode gerar impactos adversos significativos à reputação, à situação financeira e aos resultados operacionais da Companhia, além de afetar o valor de seus valores mobiliários.

Existem riscos para os quais a Companhia não possui cobertura de seguros e suas apólices de seguros podem não ser adequadas para cobrir alguns danos, parcial ou integralmente.

A Companhia pode não ter seguros ou as apólices de seguros contratadas podem não ser suficientes para cobrir, parcial ou integralmente, danos extraordinários ou decorrentes do curso normal de atividades da Companhia. Danos não cobertos por seguros ou não cobertos adequadamente pelos seguros contratados poderão resultar em prejuízos adicionais para a Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de obter, no futuro, apólices de seguros nos mesmos termos que as apólices atuais ou com as mesmas condições financeiras, bem como as seguradoras podem aumentar significativamente o valor dos prêmios e/ou reduzir valores de cobertura dos seguros. Assim, a ocorrência de qualquer evento não coberto, inclusive nos termos das apólices ou a ocorrência de sinistro que ultrapasse o valor segurado, poderá gerar prejuízos significativos. Seguradoras podem reduzir significativamente ou questionar as coberturas de seguros da Companhia ou aumentar seus prêmios no caso de novos sinistros, ocasiões em que responsabilidade também aumentará consideravelmente.

Adicionalmente, a Companhia não contrata seguros para cobertura de prejuízos decorrentes da paralisação de suas atividades, nem mesmo para garantia de eventuais indenizações que seja compelida a pagar aos clientes e/ou a terceiros em virtude de erros e falhas em operações e descumprimento de obrigações de responsabilidade da Companhia. A Companhia não possui seguro de riscos de segurança cibernética contratado.

Na ocorrência de qualquer evento acima, a Companhia pode ser afetada adversamente em seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e no valor de seus valores mobiliários.

Risco Relacionado à Locação de Imóveis Comerciais

A Companhia não possui imóveis próprios e ocupa unidades físicas exclusivamente por meio de contratos de locação. Embora a maior parte de seus profissionais atue em regime de trabalho remoto (home office), a Companhia mantém espaços físicos para fins estratégicos e operacionais, como sedes administrativas, salas de reunião, apoio logístico ou atendimento a exigências contratuais específicas de clientes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Esses imóveis são alugados e, portanto, sujeitos a riscos decorrentes de (i) inadimplemento contratual, (ii) ausência de cláusula de vigência em caso de alienação dos imóveis, (iii) inexistência de cláusula de preferência registrada para aquisição, e (iv) impossibilidade de renovação compulsória da locação.

O descumprimento das obrigações locatícias, como o não pagamento de aluguel, encargos acessórios ou tributos (ex.: IPTU), pode resultar na rescisão contratual e em ações judiciais de despejo, gerando custos com multas, obras de desmobilização e eventuais perdas operacionais.

Além disso, caso os imóveis venham a ser alienados pelos proprietários e não haja cláusula de vigência registrada, os novos adquirentes poderão requerer a desocupação em prazo legal de 90 dias, o que poderá demandar a realocação de atividades em curto prazo. Como os contratos também não asseguram à Companhia o direito de preferência legal para aquisição nem renovação compulsória (salvo se atendidos requisitos da Lei nº 8.245/1991), a permanência nos imóveis dependerá de negociações com os respectivos locadores.

Alguns contratos possuem reajuste anual com base no IGP-M. Elevações significativas deste índice, sem que a Companhia consiga renegociar os valores ou obter decisão judicial favorável à revisão, podem impactar seus custos operacionais.

Em caso de desocupação voluntária ou fechamento antecipado de unidades antes do término do contrato, a Companhia pode estar sujeita ao pagamento de multa rescisória e à obrigação de desmobilizar estruturas físicas ou remover benfeitorias. Tais obrigações podem gerar efeitos financeiros relevantes, especialmente se ocorrerem em mais de uma unidade ou em contratos com valores elevados.

Embora a dependência física dos imóveis tenha diminuído com o modelo remoto, os riscos associados à locação ainda podem afetar adversamente as operações, os resultados financeiros e o valor dos valores mobiliários da Companhia.

A Companhia enfrenta riscos relativos a cadastros, autorizações, licenças e alvarás para o exercício de suas atividades nos imóveis que utiliza.

A Companhia depende de diversos cadastros perante órgãos da administração pública federal, estadual e municipal e também de licenças, certificados de conclusão de obras (Habite-se) das construções que ocupa, AVCBs (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) e alvarás para funcionamento. Os alvarás de funcionamento em diversas localidades possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Devido ao número de etapas necessárias para obter e renovar registros, licenças, permissões e autorizações (incluindo o tempo necessário para implementar planos de ação corretiva para cumprir as novas regulamentações e/ou solicitações das autoridades competentes e para realizar as ações relacionadas a obras) e em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos administrativos, a Companhia pode não conseguir obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma

4.1 Descrição dos fatores de risco

tempestiva. Além disso, a Companhia pode estar sujeita à regulação e ao controle de outras autoridades públicas, além daquelas que hoje a Companhia entende como sendo as competentes, não podendo garantir que tais autoridades não tenham entendimentos diversos quanto à necessidade de obtenção de outras, licenças, alvarás e autorizações. A não obtenção ou a não renovação de tais licenças pode resultar na impossibilidade da operação nos imóveis que a Companhia utiliza e até, conforme o caso, em interdição e fechamento de imóveis irregulares e aplicação de multas.

A Companhia pode ser afetada adversamente caso ocorra a impossibilidade da operação de negócios em decorrência da não obtenção ou não renovação de cadastros, alvarás e licenças exigidos nos imóveis que a Companhia utiliza, inclusive afetando resultados operacionais, situação financeira e o valor de valores mobiliários emitidos pela Companhia.

A Companhia está exposta a riscos relacionados à utilização de mão de obra terceirizada, incluindo eventual responsabilização de natureza trabalhista e previdenciária.

A utilização de mão de obra terceirizada pode implicar a assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária para a Companhia. A assunção de tais contingências, em muitos casos, é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída à Companhia, às controladas ou coligadas, na condição de tomadoras de serviços de terceiros, a responsabilidade pelo pagamento de débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços que a Companhia contrata, caso estas venham a deixar de arcar com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Caso eventuais contingências venham a se consumir, elas poderão afetar material e adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia, bem como impactar negativamente na sua reputação em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização.

A Companhia não pode garantir que as empresas prestadoras de serviços terceirizados não irão realizar qualquer outro tipo de prática irregular, o que também poderá vir a acarretar efeito adverso relevante nos resultados e na condição financeira da Companhia.

Além disso, a Companhia também pode ser responsabilizada por acidentes dentro de suas instalações por empregados de terceiros, o que pode afetar adversamente a sua reputação e seus negócios. Quaisquer infrações trabalhistas, danos ambientais e/ou a terceiros causados por determinados prestadores de serviços no exercício de atividades contratadas pela Companhia, principalmente dentro de suas dependências, expõem a Companhia à potencial responsabilidade solidária/subsidiária pela reparação e/ou indenização dos danos causados, incluindo a possibilidade de a Companhia ser incluída no polo passivo de processos judiciais objetivando a reparação e/ou indenização de danos causados aos trabalhadores, ao meio ambiente e/ou a terceiros, o que pode afetar adversamente a sua reputação e seus negócios, bem como o valor de seus valores mobiliários.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os interesses do acionista controlador podem conflitar com os interesses dos demais acionistas

Os acionistas controladores, por possuírem a maioria do capital social da Companhia, têm poderes significativos para decidir sobre diversas questões sujeitas à aprovação dos acionistas, tais como a eleição de administradores, distribuição e pagamento de dividendos e outras questões operacionais e administrativas, respeitadas as proteções garantidas aos minoritários pela Lei das S.A. Esse nível de controle pode gerar situações em que os interesses dos controladores conflitem com os dos demais acionistas, potencialmente impactando negativamente os negócios da Companhia.

Aprovação de determinadas matérias sujeita à concordância do BNDESPAR pode conflitar com interesses dos demais acionistas

A aprovação de algumas matérias pelo conselho de administração e pelos acionistas está condicionada à prévia concordância do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio da BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR"). O Acordo de Acionistas concede à BNDESPAR direito de veto sobre: (i) alterações nos atos constitutivos relacionadas ao objeto social, percentual mínimo de dividendos, competências das assembleias e conselhos, mudança da sede para outro país, e mecanismos de restrição de poder de voto; (ii) reorganizações societárias envolvendo a Companhia ou suas controladas ou coligadas, exceto operações exclusivamente internas; (iii) redução de capital, resgate ou recompra de ações, exceto operações internas específicas ou associadas ao plano de opção de ações para colaboradores; (iv) transformação societária da Companhia; (v) liquidação, dissolução ou procedimentos similares; (vi) autorização para pedido de falência ou recuperação judicial; e (vii) alterações na Política de Transações com Partes Relacionadas.

Caso o BNDESPAR exerça seu direito de veto, os acionistas controladores deverão votar contra a matéria vetada. Além disso, os controladores deverão eleger, mediante solicitação expressa do BNDESPAR, um membro indicado por este ao Conselho de Administração durante a vigência do acordo. Tais exigências e restrições podem influenciar significativamente a gestão da Companhia e gerar potenciais conflitos com os interesses dos demais investidores.

Venda significativa de ações pode reduzir o preço de mercado

A venda, ou mesmo a percepção pelo mercado de uma possível venda, de quantidades significativas das ações emitidas pela Companhia em um curto período pode resultar na diminuição do preço dessas ações, ainda que temporariamente. Adicionalmente, a emissão ou venda substancial de ações pela própria Companhia ou por acionistas com participações relevantes pode também levar à redução do valor das ações negociadas.

É importante destacar que o mercado brasileiro de valores mobiliários é significativamente menor, menos líquido, mais volátil e concentrado em comparação com mercados internacionais mais consolidados. Esses fatores podem limitar a capacidade dos investidores venderem suas ações pelo

4.1 Descrição dos fatores de risco

preço desejado e no momento oportuno, o que poderia afetar negativamente o preço de mercado das ações da Companhia.

c. suas controladas e coligadas

A Companhia pode enfrentar dificuldades em entregar os resultados esperados nos planos de negócios das empresas adquiridas ou que venham a ser adquiridas.

É possível que a Companhia não obtenha os resultados esperados de suas aquisições. O processo de integração de empresas adquiridas pode sujeitar a Companhia a riscos, como, por exemplo: **(i)** despesas não previstas; **(ii)** impossibilidade de integração das atividades no sentido de obter as economias de escala e os ganhos de eficiência previstos; **(iii)** possíveis atrasos relacionados à integração das operações das companhias; **(iv)** exposição a potenciais demandas judiciais; e **(v)** ações movidas contra a empresa adquirida desconhecidas no momento de sua aquisição. A Companhia pode não ser bem-sucedida ao lidar com estes ou outros riscos, ou problemas relacionados a qualquer outra operação futura, e em suas receitas e operações, podendo ser afetada negativamente pelas empresas adquiridas ou que venham a ser adquiridas.

Resultados negativos de controladas podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia.

A Companhia possui participação direta e indireta em algumas sociedades. Por conseguinte, uma parte de seu resultado deriva do resultado das sociedades em referência e, sendo assim, eventuais resultados insuficientes de investidas, controladas ou coligadas poderão afetar desfavoravelmente o resultado operacional da Companhia. Ainda, o resultado consolidado das operações da Companhia poderá ser afetado pela piora nas condições setoriais e mercadológicas nas operações desses negócios, o que poderá impactar no valor de seus valores mobiliários.

d. seus administradores

O desempenho e o sucesso da Companhia estão diretamente ligados à sua capacidade de atrair, desenvolver e reter profissionais qualificados, especialmente seus administradores e lideranças-chave. A experiência, o conhecimento técnico e a capacidade de gestão desses profissionais são essenciais para a condução eficiente dos negócios, definição estratégica, inovação e manutenção da competitividade da Companhia.

A perda de executivos estratégicos ou de membros da alta administração, seja por desligamento voluntário ou involuntário, pode impactar adversamente a execução do plano de negócios da Companhia, comprometer o relacionamento com clientes, parceiros e investidores, e gerar instabilidade interna.

Ainda que a Companhia adote práticas estruturadas de recrutamento, desenvolvimento e retenção de talentos, não é possível assegurar que conseguirá manter todos os seus profissionais estratégicos ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

atrair novos talentos com a mesma qualificação. Adicionalmente, a Companhia poderá incorrer em custos significativos para a contratação ou retenção desses profissionais, especialmente diante da alta concorrência por mão de obra qualificada no setor de tecnologia.

Dessa forma, qualquer dificuldade na gestão de capital humano ou na sucessão de cargos-chave pode gerar efeitos adversos relevantes sobre os negócios, os resultados operacionais e a reputação da Companhia.

e. seus fornecedores

Riscos associados à importação e fornecedores limitados de equipamentos e software

Determinados equipamentos, hardware e software utilizados pela Companhia estão sujeitos a restrições regulatórias e riscos relacionados à importação, ou são fornecidos por um número limitado ou exclusivo de fornecedores. As restrições governamentais quanto ao número de fabricantes autorizados para certos equipamentos, especialmente servidores e modems, e a dependência de fornecedores internacionais podem expor a Companhia a riscos como: (i) vulnerabilidade a flutuações cambiais nas importações pagas em moedas estrangeiras, como dólares ou euros; (ii) dificuldades na gestão do inventário pela imprevisibilidade na disponibilidade local dos produtos; (iii) dependência limitada ou exclusiva de fornecedores específicos; e (iv) burocracia adicional, como taxas alfandegárias ou outros encargos relacionados às importações.

A materialização de qualquer desses riscos pode prejudicar a capacidade da Companhia de fornecer produtos e serviços de maneira oportuna ou contínua, afetar os preços praticados, e impactar negativamente seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor dos seus valores mobiliários.

Riscos relacionados a irregularidades cometidas por parceiros comerciais

A Companhia pode ser associada a práticas irregulares realizadas por empresas com as quais mantém relações comerciais de revenda de produtos. Como a Companhia não possui controle direto sobre as operações dessas empresas, a ocorrência de irregularidades trabalhistas, previdenciárias ou ambientais envolvendo essas sociedades e seus respectivos contratados pode levar à interrupção do fornecimento de produtos e gerar a percepção de responsabilidade da Companhia. Tal cenário pode resultar em danos significativos à marca e à imagem corporativa, afetar a atratividade da Companhia junto aos seus clientes e provocar impactos negativos diretos sobre a receita líquida, resultados operacionais e a cotação dos valores mobiliários.

Adicionalmente, conforme previsto pela legislação brasileira, a Companhia pode ser responsabilizada solidariamente por descumprimentos legais tributários, trabalhistas, previdenciários e ambientais cometidos por fornecedores terceirizados, resultando em multas, penalidades e passivos ambientais relevantes. Da mesma maneira, caso empresas terceirizadas responsáveis por serviços essenciais, tais

4.1 Descrição dos fatores de risco

como transporte, segurança e limpeza, não cumpram adequadamente a legislação trabalhista, a Companhia poderá ser incluída em processos judiciais e, eventualmente, obrigada ao pagamento de condenações financeiras e outras penalidades, impactando negativamente seus resultados operacionais, situação financeira, negócios e valor dos seus valores mobiliários.

Riscos relacionados à utilização de softwares de terceiros pela Companhia

A Companhia utiliza softwares de terceiros que podem ser difíceis de substituir e, eventualmente, causar erros ou falhas em seus produtos e serviços. Esses softwares são comercializados diretamente pelos terceiros junto aos clientes ou licenciados para a Companhia, que por sua vez sublicencia aos clientes. Caso esses softwares deixem de estar disponíveis sob condições comerciais razoáveis ou se tornem indisponíveis, a Companhia pode enfrentar atrasos significativos na entrega de produtos e serviços até que alternativas tecnológicas sejam identificadas, obtidas e integradas. Além disso, erros ou defeitos nesses softwares ou suporte inadequado por parte dos fornecedores podem resultar em falhas operacionais, prejudicando o desempenho e aumentando os custos operacionais, afetando adversamente os resultados operacionais e o valor dos valores mobiliários da Companhia.

Riscos associados à dependência de licenças tecnológicas de terceiros

Alguns produtos e serviços da Companhia dependem de tecnologia licenciada por terceiros. A eventual interrupção dessas licenças pode atrasar lançamentos ou obrigar a Companhia a pagar taxas mais elevadas para manter o acesso às tecnologias necessárias. Caso essas licenças sejam terminadas ou suspensas, não há garantia de que a Companhia consiga substituir rapidamente as tecnologias utilizadas ou manter o desempenho dos produtos e serviços no mesmo nível atual.

Além disso, não há garantia de que licenças atualmente em uso não sejam rescindidas no futuro, nem que a Companhia possa manter seus sublicenciamentos vigentes. Mudanças nessas licenças podem aumentar significativamente os custos operacionais ou causar redução relevante na eficiência dos serviços, exigindo investimentos adicionais em pesquisa e desenvolvimento. Dificuldades na obtenção ou renovação dessas licenças tecnológicas podem comprometer os planos de expansão e prejudicar a continuidade dos negócios, impactando negativamente os resultados operacionais, a situação financeira e o valor dos valores mobiliários da Companhia.

A Companhia utiliza softwares Open Source para realizar as modificações e alterações de software para seus clientes. Esses softwares Open Source podem trazer restrições aos seus clientes e consequentemente impactar negativamente os negócios da Companhia.

A Companhia realiza atividades de transformação digital onde customiza/transforma/modifica softwares para clientes, de modo a atendê-los em demandas específicas. Considerando que essas customizações/transformações/modificações são de titularidade dos clientes, bem como a utilização de softwares Open Source pela Companhia como por exemplo Linux, node, Kafka, elasticsearch, kibana, apache, postman, mysql, mongodb, kubernetes, rancher, openshift, dentre outros, nessas

4.1 Descrição dos fatores de risco

customizações/transformações/modificações, os clientes da Companhia podem vir a sofrer restrições indesejadas em relação aos resultados dessas customizações/transformações/modificações, como por exemplo a obrigação de divulgar código fonte e/ou restrição de comercialização e distribuição. Essas restrições podem impactar negativamente os clientes, e consequentemente a Companhia, vez que, caso os clientes se sintam prejudicados, poderão ingressar com ações judiciais pleiteando eventuais direitos que julguem devidos, ou ressarcimento por danos causados.

A Companhia depende de tecnologias de terceiros, às quais poderá deixar de ter acesso ou ter acesso em condições não satisfatórias, o que poderá afetar adversamente o negócio, resultados operacionais e situação financeira.

A Companhia presta serviços a partir de softwares de terceiros que são (a) comercializados por tais terceiros diretamente junto aos clientes da Companhia ou (b) licenciados à Companhia e sublicenciados para seus clientes.

Portanto, para prestar seus serviços, a Companhia depende, em parte, da tecnologia que licencia, da assistência técnica e de treinamentos de terceiros de forma não exclusiva, como a SAS, Blueprism, IBM, entre outros. Em relação aos softwares licenciados à Companhia e por ela sublicenciados, as respectivas tecnologias podem ser revogadas ou não serem renovadas, e a Companhia pode não conseguir as licenças necessárias para o desenvolvimento de serviços no futuro. Além disso, pode não conseguir renegociar tais licenças em termos aceitáveis para refletir mudanças na estrutura de preços.

Mudanças ou perdas dessas licenças ou negociações desfavoráveis à Companhia podem aumentar os custos com licenças e levar à redução de desempenho dos serviços da Companhia. Além disso, a tecnologia licenciada de terceiros está sujeita a erros que prejudiquem a funcionalidade ou afetem o sucesso das atividades da Companhia. Consequentemente, a Companhia pode incorrer em custos adicionais para assegurar o desempenho dos seus serviços, ou sofrer atrasos na prestação de serviços até a reposição da tecnologia, caso possível. Esses possíveis erros, atrasos ou omissões que tiver em relação a tecnologia de terceiros podem afetar negativamente os negócios da Companhia, bem como prejudicar o relacionamento comercial com os clientes.

f. seus clientes

A Companhia está sujeita a riscos relacionados à inadimplência de seus clientes nas operações realizadas a prazo.

A concessão de prazos de pagamento é uma prática essencial para a competitividade da Companhia em seus mercados de atuação. No entanto, essa modalidade expõe a Companhia ao risco de crédito, especialmente em cenários de instabilidade econômica, aumento das taxas de juros ou deterioração da capacidade financeira dos clientes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso ocorra inadimplência, não há garantia de que a Companhia conseguirá recuperar integralmente os valores devidos, o que poderá impactar negativamente seu fluxo de caixa, seus resultados operacionais e sua posição financeira. Adicionalmente, eventuais descasamentos entre os prazos de recebimento de clientes e os vencimentos das obrigações financeiras da Companhia podem gerar desequilíbrios de liquidez, afetando adversamente seus resultados e o valor de seus valores mobiliários.

A possibilidade de rescisão imotivada dos contratos com clientes e fornecedores pode impactar negativamente os negócios da Companhia.

Os contratos comerciais firmados pela Companhia com seus principais clientes, especialmente aqueles relacionados à prestação de serviços técnicos na área de tecnologia da informação — como desenvolvimento e manutenção de sistemas, suporte técnico e gestão de software —, frequentemente preveem cláusulas de rescisão imotivada por ambas as partes, mediante aviso prévio. O mesmo ocorre com contratos relevantes firmados com fornecedores estratégicos, como aqueles responsáveis pela oferta de benefícios aos colaboradores.

Caso esses contratos sejam rescindidos de forma imotivada pelas contrapartes, especialmente de forma abrupta ou sem tempo hábil para substituição ou adaptação operacional, os negócios da Companhia podem ser adversamente afetados, com impacto negativo sobre seus resultados operacionais, fluxo de caixa e posição financeira.

A concentração de receita em poucos clientes relevantes representa um fator adicional de risco para os resultados da Companhia.

A Companhia possui parte significativa de sua receita concentrada em um número reduzido de clientes. Caso qualquer um desses clientes venha a enfrentar dificuldades financeiras, revise seus contratos ou opte por não renovar ou encerrar a relação comercial com a Companhia, isso poderá resultar em perda relevante de receita. Tal situação poderá impactar adversamente os resultados operacionais, a saúde financeira e o valor dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

Riscos relacionados à rápida evolução tecnológica e capacidade de adaptação

A rápida evolução tecnológica no setor de TI constitui um desafio constante para a Companhia, que pode não conseguir acompanhar ou adaptar-se eficazmente a essas mudanças. Não há garantia de que as escolhas tecnológicas feitas pela Companhia permitirão competir eficientemente no mercado, podendo demandar investimentos significativos para adaptação às novas tecnologias. A incapacidade de acompanhar a evolução tecnológica pode comprometer a manutenção e expansão de mercados, afetando negativamente os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

Riscos associados à intensificação da concorrência

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia atua em mercados altamente competitivos, especialmente no setor de software e serviços para empresas e instituições financeiras, onde enfrenta concorrência de empresas nacionais e internacionais com capacidades técnicas e financeiras robustas. O mercado brasileiro é particularmente fragmentado, com empresas menores focadas em nichos específicos e grandes fornecedores globais oferecendo uma ampla gama de produtos e serviços. A entrada de novos competidores globais pode agravar essa concorrência, e a Companhia pode enfrentar dificuldades significativas para manter sua participação de mercado e sua estratégia de preços. Empresas maiores possuem recursos superiores, podendo expandir suas ofertas de maneira mais eficiente, atraindo tanto clientes quanto funcionários. O aumento da competição pode afetar negativamente e de forma substancial os resultados operacionais e o valor dos valores mobiliários da Companhia.

Riscos relacionados à redução na demanda por serviços terceirizados de TI

A demanda por serviços terceirizados de TI nos setores financeiro e de telecomunicações é fundamental para os resultados da Companhia. Uma redução nos gastos com terceirização por parte dos clientes, seja devido à capacidade interna de execução dessas atividades ou por decisões estratégicas de não renovação dos contratos, pode afetar negativamente os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia. Além disso, clientes podem desenvolver internamente capacitações técnicas para substituir os serviços atualmente contratados, impactando negativamente a continuidade dos negócios.

Riscos relacionados à redução de investimentos em tecnologia da informação

O crescimento e a rentabilidade dos negócios da Companhia dependem diretamente da demanda por seus produtos e serviços. Condições econômicas adversas ou instabilidade financeira, incluindo mudanças nas taxas de juros, inflação, restrições de crédito e desemprego, podem reduzir o poder aquisitivo dos clientes e, conseqüentemente, a demanda por soluções tecnológicas oferecidas pela Companhia. Além disso, crises econômicas historicamente resultaram em cortes significativos em investimentos em TI e ciclos mais longos de faturamento. Uma eventual piora ou falta de recuperação significativa nas condições econômicas pode resultar na redução do uso de soluções tecnológicas por parte dos clientes e potenciais clientes, prejudicando a capacidade da Companhia de manter ou expandir seus negócios e afetando adversamente seus resultados operacionais, situação financeira e o valor dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

h. regulação dos setores em que o emissor atue

Alterações no regime de desoneração da folha e na tributação aplicável ao setor de tecnologia podem prejudicar os resultados da Companhia.

A Companhia está inserida no setor de tecnologia da informação, historicamente beneficiado por políticas públicas de incentivo fiscal, incluindo o regime de desoneração da folha de pagamento instituído pela Lei nº 12.546/2011. Tal regime substituiu, para determinados setores, a contribuição

4.1 Descrição dos fatores de risco

previdenciária patronal incidente sobre a folha pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).

A Lei nº 14.973/2024 estabeleceu a reoneração gradual da folha de pagamento, com transição entre 2025 e 2027 e retorno integral da contribuição previdenciária patronal sobre a folha em 2028. Durante esse período, a Companhia poderá estar sujeita a aumento progressivo de encargos sobre mão de obra e a maior complexidade na gestão de custos, precificação e renegociação contratual.

A Companhia vem avaliando medidas para reduzir os impactos da alteração legislativa, incluindo negociação contratual com clientes e fornecedores, revisão de preços, ganhos de eficiência e acompanhamento da evolução normativa. Caso tais medidas não sejam suficientes para compensar o aumento dos encargos, a Companhia poderá ser adversamente afetada em seus resultados operacionais, margens, fluxo de caixa e condição financeira.

Adicionalmente, a Emenda Constitucional nº 132/2023 instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, criando as bases para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), além do Imposto Seletivo. A Lei Complementar nº 214/2025 regulamentou aspectos relevantes do novo sistema, incluindo IBS, CBS e Imposto Seletivo, com implementação progressiva ao longo do período de transição.

Durante a transição, prevista de forma gradual até 2033, a Companhia poderá conviver com regras do sistema atual e do novo sistema, o que tende a aumentar a complexidade do compliance tributário, dos controles internos, da parametrização de sistemas, da emissão de documentos fiscais, da apuração de créditos e débitos e da revisão de contratos e preços.

Como prestadora de serviços de tecnologia, a Companhia poderá ser impactada por alterações na carga tributária efetiva, regras de creditamento, tratamento de operações interestaduais e municipais, obrigações acessórias e reflexos na precificação de seus contratos. Caso a Companhia não consiga adaptar tempestivamente seus processos, sistemas e modelos de precificação, seus custos, margens, resultados operacionais e situação financeira poderão ser adversamente afetados.

A Companhia também está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais.

Ainda, em relação aos processos em face da Companhia envolvendo matérias fiscais e tributárias, a Companhia não pode garantir que os seus provisionamentos serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira, bem como o valor de seus valores mobiliários.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, determinando, em síntese, que o tratamento deve ocorrer somente quando existir finalidade específica e base legal aplicável. A lei ainda elenca princípios, obrigações, responsabilidades e sanções administrativas.

Se houver descumprimento das obrigações previstas, a exemplo: ausência de requisição de consentimento informado de forma destacada aos titulares para coleta, uso e armazenamento de seus dados; coleta de dados além do necessário; desvio de finalidade para a qual os dados foram coletados; ausência de fundamento legal para tratamento; não adoção de medidas técnicas e administrativas para preservação da segurança física e lógica das informações; descumprimento de prazos para apresentação de documentos às autoridades competentes ou respostas aos titulares; incidentes envolvendo vazamento de dados; dentre outros, a Companhia poderá sofrer sanções administrativas dispostas na LGPD, quais sejam (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) multa de até 2% do faturamento (excluídos os tributos) da sociedade infratora, do seu grupo ou conglomerado no Brasil, conforme apurado no mais recente exercício social, limitada a R\$50.000 mil por violação; (iii) multa diária, limitada a R\$ 50.000 mil por violação; (iv) divulgação da violação; (v) bloqueio ou eliminação dos dados pessoais a que se refere a violação; (vi) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a violação por até seis meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pela sociedade infratora; (vii) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração por até seis meses, prorrogável por igual período; e (viii) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados. Também poderá ser imputado à Companhia o ônus financeiro dos esforços de reparação e remediação em relação a terceiros prejudicados.

A desconformidade em relação à LGPD pode acarretar, ainda, relevante risco reputacional, prejudicando a imagem da Companhia no mercado, especialmente perante clientes e investidores que, com a ascensão dos problemas e preocupações relacionados à privacidade, estão centralizando este tema em suas pautas.

Considerando o volume expressivo de dados pessoais tratados pela Companhia, esta pode estar particularmente vulnerável a incidentes envolvendo dados pessoais, o que, de acordo com a LGPD, constituiria uma violação às suas disposições, consequentemente, sujeitando a Companhia a sanções administrativas (financeiras ou não) previstas na LGPD e nas demais leis vigentes aplicáveis à Companhia, prejudicando os resultados da Companhia e a sua reputação, e, consequentemente, a cotação de seus valores mobiliários.

Mudanças na Lei do Bem podem resultar em aumentos em determinados tributos, o que poderia reduzir a rentabilidade da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia se beneficiou recentemente de incentivos fiscais às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (“PD&I”) tecnológica previstos na Lei 11.196/05 (“Lei do Bem”), regulamentada pelo Decreto 5.798/06, que possibilita a recuperação de pelo menos 20% dos dispêndios realizados em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Com o objetivo de obter aprovação para a utilização dos benefícios fiscais proporcionados pela Lei do Bem, anualmente submete informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (“MCTIC”) sobre os dispêndios efetuados no ano anterior em atividades de PD&I. Entretanto, não pode garantir que os pleitos serão aprovados ou que tais benefícios serão mantidos no futuro. Em setembro de 2015, a Câmara dos Deputados editou a Medida Provisória 694/15, que previa a suspensão da utilização do benefício fiscal e a apuração dos dispêndios previstos na Lei do Bem durante o ano de 2016. Contudo, em março de 2016, essa Medida Provisória teve seu prazo de vigência encerrado, perdendo a eficácia após alcançar o limite máximo sem votação pelo Senado Federal. O último período do benefício homologado pelo MCTIC à Companhia foi do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, sendo que os pleitos da Companhia referentes aos demais exercícios ainda estão em fase de avaliação pelo MCTIC. Assim, caso esses benefícios não sejam concedidos, forem encerrados ou reduzidos, os resultados da Companhia poderão ser adversamente afetados, bem como o valor de seus valores mobiliários.

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação das ações de emissão da Companhia.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investimentos. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições físicas e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

Diante de seguidos rebaixamentos de rating de crédito soberano do Brasil, os preços de negociação de valores mobiliários dos mercados de dívida e de ações brasileiro vão sendo afetados de maneira negativa. Um prolongamento na atual situação fiscal do Brasil poderia levar a novos rebaixamentos de ratings. Na data deste Formulário de Referência, o rating de crédito brasileiro era classificado como BB-estável, Ba2-estável e BB-negativo, pela Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch, respectivamente.

Como resultado, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, pode resultar em novos rebaixamentos. Qualquer novo rebaixamento das classificações de crédito soberano do Brasil pode aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A Companhia pode enfrentar restrições e multas nos termos do Código Brasileiro de Proteção ao Consumidor no futuro.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O Brasil possui uma série de leis e normas de proteção ao consumidor, conhecidas em conjunto como Código de Defesa do Consumidor, as quais incluem proteção contra publicidade falsa e enganosa, proteção contra práticas comerciais coercivas ou injustas e proteção na formação e interpretação de contratos, geralmente na forma de responsabilidades civis e penalidades administrativas por violações. Essas penalidades são frequentemente aplicadas pelas Agências de Proteção ao Consumidor (PROCON), que supervisionam os problemas dos consumidores de acordo com o distrito. As empresas que operam em todo o Brasil podem sofrer multas em face do PROCON, bem como da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON). As empresas podem resolver reclamações feitas pelos consumidores por meio do PROCON pagando uma indenização por violações diretamente aos consumidores e por meio de um mecanismo que permita ajustar sua conduta, denominada contrato de ajuste de conduta (Termo de Ajustamento de Conduta, ou TAC). Os promotores públicos brasileiros também podem iniciar investigações de supostas violações dos direitos do consumidor, e o mecanismo TAC também está disponível como uma sanção nesses processos. As empresas que violam TACs enfrentam possíveis multas automáticas. O Ministério Público brasileiro também pode ajuizar ações civis públicas contra empresas que violam os direitos do consumidor, buscando uma observação rigorosa das leis de proteção ao consumidor e compensação por quaisquer danos aos consumidores. Caso a Companhia enfrente restrições e multas nos termos do Código Brasileiro de Proteção ao Consumidor, sua reputação, negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de seus valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

Mudanças na regulamentação do setor financeiro poderão exigir adequação dos sistemas, o que poderá afetar a Companhia de forma adversa.

Caso venham a surgir novas regras e leis aplicáveis ao setor financeiro (como, por exemplo, a criação ou extinção de tributos, a alteração na estrutura dos produtos financeiros, etc.), os softwares comercializados pela Companhia ou utilizados na prestação de serviços precisarão ser substituídos ou atualizados de forma a adequar-se às novas normas, sendo necessários investimentos adicionais em treinamento e adaptação que podem acarretar em maiores custos para Companhia sem necessariamente serem repassados aos clientes, o que poderá afetar os negócios, situação financeira, bem como o valor das ações e valores mobiliários.

As operações, os negócios, a situação financeira, bem como o valor das ações da Companhia poderão ser afetados negativamente por novas leis e regulamentações editadas por autoridades governamentais, especialmente em relação às atividades de terceirização de processos de negócios.

A imposição de leis, proibindo ou restringindo as atividades de terceirização de processos de negócios e serviços, pode afetar adversamente as operações e receitas da Companhia. No Brasil, a terceirização de processos de negócios não é uma atividade regulada. A falta de regulamentação resultou em discussões trabalhistas sobre vínculo empregatício entre os empregados das empresas terceirizadas

4.1 Descrição dos fatores de risco

com os contratantes dos serviços. A Súmula nº 331 do TST consolidou o entendimento jurisprudencial para considerar válida a terceirização de atividades quando se trata de serviços especializados, ligados à atividade-meio da empresa tomadora, devendo a prestação dos serviços ocorrer sem a existência de pessoalidade e subordinação. Além disso, ainda que se trate de terceirização regular (de acordo com a Súmula nº 331, do TST), a empresa tomadora de serviços é considerada responsável subsidiária pelos débitos trabalhistas não quitados pela empresa prestadora com relação aos seus empregados. No entanto, com a advento da Lei 13.429/17 (“Lei de Terceirização”), a terceirização passou a ser regulamentada, prevendo inclusive a terceirização da atividade-fim, sem prejuízo da observância dos requisitos ensejadores da configuração de vínculo empregatício, previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (“CLT”). Nesse aspecto, se forem promulgadas novas leis que proíbam, restrinjam ou dificultem a terceirização de serviços por seus clientes, os negócios serão adversamente afetados.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

A Companhia possui atuação internacional por meio de sua subsidiária nos Estados Unidos, BRQ IT Services Inc., e de sua controlada ThinkInternational LLC, ambas sediadas naquele país, responsáveis por aproximadamente 10% da receita líquida consolidada. A operação está sujeita ao elevado nível de concorrência do mercado norte-americano de tecnologia, especialmente em razão da presença de empresas com modelos escaláveis, custos competitivos e ampla oferta de serviços especializados. Além disso, a Companhia auferir receitas provenientes de clientes localizados no Peru, Argentina, Chile, México e Honduras, com serviços prestados pela BRQ a partir do país sede, conforme demonstrado nas tabelas do item 1.7 deste Formulário de Referência.

A estratégia da Companhia nesse mercado está centrada na identificação de nichos específicos e na alocação de profissionais altamente qualificados para atendimento a essas demandas. A manutenção dessa vantagem competitiva depende diretamente da sua capacidade de mapear tendências, recrutar talentos especializados e responder com agilidade às necessidades dos clientes.

Caso a Companhia não consiga manter essa capacidade de diferenciação e posicionamento estratégico, poderá enfrentar dificuldades para sustentar sua presença e desempenho no mercado internacional, o que poderá impactar negativamente seus resultados operacionais e, por consequência, o valor de seus valores mobiliários.

j. questões sociais

A Companhia está sujeita a obrigações relativas ao respeito aos direitos humanos de todos os stakeholders, que podem fazer com que a Companhia incorra em custos adicionais, bem como em contingências significativas referentes a questões sociais.

A exposição a riscos sociais varia de acordo com as características específicas de cada companhia, do seu setor de atuação e de sua localização geográfica, de forma que cada empresa deverá considerar tais peculiaridade para definir os riscos sociais considerados materiais, segundo sua estratégia e modelo de

4.1 Descrição dos fatores de risco

negócios. De forma geral, os riscos sociais decorrem dos potenciais e efetivos impactos adversos de suas atividades empresariais nos direitos humanos de todos os stakeholders envolvidos em sua operação, incluindo seus próprios funcionários, consumidores, fornecedores, investidores e comunidade local onde a Companhia atua, sendo estes conectados direta ou indiretamente às suas atividades. Caso as providências adotadas pela Companhia para prevenir e administrar os riscos sociais não sejam suficientes para mitigá-los, ela consequentemente estará exposta a riscos legais, regulatórios, operacionais e reputacionais, os quais podem se materializar de diferentes maneiras.

A Companhia também deve garantir condições dignas de trabalho aos seus empregados, zelando por sua saúde, segurança e bem-estar e assegurando seu direito de associação e participação em entidades sindicais, em conformidade com leis e regulamentos locais, respeitando os direitos humanos. Um ambiente de trabalho identificado como hostil ou discriminatório pode resultar em contingências legais e inibir a capacidade da Companhia de atrair e reter talentos, negociar junto a entidades associativas e sindicais, prevenir incidentes de saúde e segurança do trabalho, e impulsionar a inovação. No mesmo sentido, se a Companhia não tomar iniciativas bem estruturadas e integradas ao planejamento de longo prazo para fomentar a diversidade, equidade e inclusão, tanto no seu quadro de funcionários quanto na composição dos órgãos estatutários e da liderança, poderá sofrer questionamentos, inclusive em sede judicial, acerca da ausência de metas claras e ações efetivas nesse âmbito. Não há nenhuma garantia de que a Companhia conseguirá realizar o gerenciamento adequado dos riscos sociais acima apontados atendendo a todos os parâmetros e diretrizes nacionais e internacionais o que, consequentemente, pode eventualmente prejudicar os resultados operacionais e a reputação da Companhia.

k. questões ambientais

Por atuar predominantemente na prestação de serviços em tecnologia da informação, sem envolvimento direto com atividades industriais, operacionais ou de produção que demandem uso intensivo de recursos naturais, a Companhia entende que suas operações implicam em baixo risco ambiental.

Ainda assim, a Companhia reconhece sua responsabilidade socioambiental e adota práticas sustentáveis, tais como políticas de redução de consumo de energia e papel, incentivo ao trabalho remoto, gestão adequada de resíduos eletrônicos e conscientização ambiental junto aos colaboradores. A Companhia segue atenta à legislação ambiental aplicável, bem como às melhores práticas de governança corporativa, mantendo seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e o respeito ao meio ambiente.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Mudanças climáticas, bem como eventuais medidas legais, regulatórias ou de mercado adotadas para mitigá-las, podem afetar negativamente os negócios e operações da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O aumento da preocupação global com os impactos ambientais causados pelas emissões de gases de efeito estufa — como o dióxido de carbono (CO₂) — tem gerado mudanças significativas nos padrões climáticos, incluindo elevação das temperaturas médias, alteração nas estações do ano e maior frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, como enchentes, secas e tempestades.

Nesse contexto, cresce a pressão por parte de reguladores, investidores e da sociedade para que empresas reduzam suas emissões e adotem práticas sustentáveis. Essa expectativa pode resultar em maior rigor regulatório, elevação nos custos relacionados a energia, transporte e cadeia de suprimentos, bem como exigir investimentos adicionais em infraestrutura, tecnologia e processos operacionais para adequação às novas exigências ambientais.

Embora a Companhia esteja inserida em um setor com exposição operacional direta limitada a impactos climáticos, os efeitos indiretos das mudanças climáticas e das medidas regulatórias associadas podem gerar riscos relevantes, inclusive financeiros e reputacionais. Caso tais fatores se intensifiquem, poderão causar efeitos adversos de médio e longo prazo sobre os negócios, a competitividade e os resultados operacionais da Companhia.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Não há outras informações relevantes com relação a este item 4.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

- 1) Riscos relacionados à execução de contratos com clientes;
- 2) Risco relacionado à implementação da estratégia de negócios e crescimento;
- 3) Risco relacionado ao aumento de custos com mão de obra e aos impactos de alterações legais, previdenciárias e tributárias sobre a rentabilidade da Companhia;
- 4) Riscos relacionados à capacidade comercial, ao repasse de custos e à retenção de talentos;
- 5) Risco relacionado à capacidade de inovação, adoção de Inteligência Artificial, automação e acompanhamento tecnológico.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos e instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado.

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacionais, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais.

Os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Risco da Taxa de Juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“CDI”) e de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) para suas operações de aplicações financeiras e empréstimos.

A Companhia e suas controladas poderão incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros indicadas acima que impactem seus fluxos de caixa e aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, que reduzam o ganho com suas aplicações financeiras ou que impactem a demanda por seus produtos.

A tabela, abaixo, demonstra os passivos financeiros não derivativos da Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, os valores de empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e debêntures não são conciliáveis com os valores divulgados no balanço patrimonial.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	Consolidado			
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025				
Fornecedores (nota 14)	4.559	-	-	4.559
Empréstimos (nota 15)	4.910	21.959	38.259	65.128
Passivos de arrendamento (nota 19)	3.998	1.215	1.579	6.792
	13.467	23.174	39.838	76.479

No período encerrado em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia estimou um cenário provável de variação das taxas de juros de seus passivos financeiros considerando a taxa CDI, com base em projeções divulgadas pelo departamento de pesquisas e estudo econômicos (“DEPEC”) do Bradesco. Sendo assim obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas as variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita e despesa financeira bruta” não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2025, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

a) Ativos Financeiros

b)

Operação	Saldo em 31/12/2025	Risco	Cenário provável I	Cenário provável II	Cenário provável III
Aplicações financeiras consolidadas (nota 5)	113.261	Redução CDI	14,50%	11,60%	9,67%
Receita financeira estimada			16.423	13.138	10.952

c) Passivos Financeiros

Operação	Saldo em 31/12/2025	Risco Aumento	Cenário provável I	Cenário provável II	Cenário provável III
		CDI	14,50%	18,13%	21,75%
Empréstimos (nota 15)	60.953		8.838	11.051	13.257
Despesa financeira estimada			8.838	11.051	13.257

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Risco Cambial

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A Companhia está exposta às oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos, para as operações de compra de software, valores a receber e investimentos em controladas no exterior. A Companhia não realiza a análise de sensibilidade para a sua exposição cambial.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

a. juízo

b. instância

c. data de instauração

d. partes no processo (Em relação aos processos judiciais sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, devem ser indicadas apenas as iniciais dos nomes das partes)

e. valores, bens ou direitos envolvidos

f. principais fatos

g. resumo das decisões de mérito proferidas

h. estágio do processo

i. se a chance de perda é:

i. provável

ii. possível

iii. remota

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante

k. análise do impacto em caso de perda do processo

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais decorrentes das atividades que exerce, dentro dos parâmetros esperados para o regular desenvolvimento de seus negócios. Tais processos dizem respeito, principalmente, a demandas de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória.

Atualmente, a Companhia figura como parte em 86 processos judiciais e administrativos classificados com risco de perda provável, possível e remota. Para a descrição dos processos relevantes a seguir, foram selecionados aqueles que, com base na análise e avaliação da Companhia, com suporte de seus assessores jurídicos e considerando o julgamento de seus administradores, possam potencialmente influenciar decisões de investimento.

Foram considerados relevantes os processos em razão do valor envolvido (acima de R\$ 1.000.0000,00) ou em razão dos riscos relacionados à matéria discutida (i.e., riscos reputacionais).

4.4 Processos não sigilosos relevantes

As provisões são realizadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 37 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nesse sentido, o valor reconhecido como provisão considera a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação em questão, na data das Demonstrações Financeiras. Para tanto, a Companhia considera o resultado histórico de suas ações judiciais (êxitos e perdas) bem como a evolução jurisprudencial, de forma a se municiar de elementos que indicam o valor a ser provisionado, conforme o caso, observadas a legislação e a regulamentação aplicáveis.

Quando a Companhia toma ciência da existência de um processo, de qualquer natureza, seja judicial ou administrativo, ela inicialmente faz uma primeira avaliação e apuração do montante, os riscos e as chances de perda relacionadas à demanda. Posteriormente, o processo é encaminhado para os assessores legais da Companhia, que irão fornecer auxílio para a Companhia não só na condução da ação, mas também na tomada de decisão sobre eventual provisionamento e o seu valor.

Adicionalmente, em relação aos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, a Companhia apresentou provisões para ações de natureza trabalhista, cível e tributária vinculadas a processos judiciais em curso. Nesse contexto, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, o valor total das provisões relativas a processos classificados com probabilidade de perda provável correspondia a R\$ 9.020 mil, R\$ 10.179 mil e R\$ 10.323 mil, respectivamente.

Contingências Trabalhistas

Em 30 de abril de 2026, a Companhia figurava como parte em 54 (cinquenta e quatro) reclamações trabalhistas, o que equivale índice de 1,8% do total do número de funcionários com contratos vigentes no mesmo período.

Referidas ações trabalhistas, em sua maioria, envolvem pleitos relacionados ao pagamento de horas extras, adicional noturno, diferenças salariais decorrentes da incorporação de PPR, indenizações por danos morais, diferenças de verbas rescisórias, reconhecimento de vínculo empregatício com empresas tomadoras dos serviços prestados pela Companhia, entre outros pedidos correlatos.

Os casos avaliados como “prováveis” são contingenciados pelo valor total estimado para a condenação ou expectativa de perda, com base em cálculos internos da Companhia, bem como em estimativas constantes dos próprios processos judiciais, considerando o valor potencialmente devido em caso de condenação.

Os casos trabalhistas mais relevantes em que a Companhia e/ou suas controladas são parte estão citados abaixo, tendo como data-base 30 de abril de 2026:

4.4 Processos não sigilosos relevantes

1) Processo nº 0002722-11.2015.5.02.0063	
a. Juízo:	63º VT/SP
b. Instância:	3ª
c. Data de Instauração:	10/12/2015
d. Partes no Processo	AUTOR: L. M. O RÉ: Companhia e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 600.000,00
f. Principais fatos:	Trata-se de ação trabalhista que pretende o reconhecimento de vínculo empregatício, direitos inerentes a categoria, diferenças salariais, férias, PLR, horas extras. Em instância superior, a condenação foi revertida a favor das Reclamadas. Contudo, no momento, aguarda-se julgamento do recurso do Reclamante no TST.
g. Chance de Perda é:	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Além do impacto financeiro, a decisão desse projeto pode influenciar em outros processos com pedidos semelhantes.
2) Processo nº 1000616-71.2017.5.02.0004	
a. Juízo:	04º VT/SP
b. Instância:	3ª
c. Data de Instauração:	12.04.2017
d. Partes no Processo	AUTOR: S. C. S. RÉ: Companhia e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 1.719.637,00
f. Principais fatos:	Trata-se de ação trabalhista que pretende o reconhecimento de vínculo empregatício, direitos inerentes a categoria, diferenças salariais, férias, PLR, horas extras. Os pedidos pleiteados pelo Reclamante foram reconhecidos parcialmente como procedentes. Atualmente, o processo encontra-se na 3ª instância, aguardando julgamento de Agravo Interno.
g. Chance de Perda é:	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Além do impacto financeiro, a decisão desse projeto pode influenciar em outros processos com pedidos semelhantes.
3) Processo nº 0101625-29.2017.5.01.0002	
a. Juízo:	02º VT/RJ
b. Instância:	Execução definitiva
c. Data de Instauração:	06.10.2017

4.4 Processos não sigilosos relevantes

d. Partes no Processo	AUTOR: R. B. N RÉ: Companhia e outro
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 1.496.306,99
f. Principais fatos:	Trata-se de ação trabalhista na qual são pleiteados o reconhecimento de vínculo empregatício, direitos inerentes à categoria profissional, diferenças salariais e horas extras. O processo encontra-se em fase de execução definitiva, aguardando julgamento de Recurso de Revista interposto em Agravo de Petição. Paralelamente, tramita Ação Rescisória relacionada ao feito, atualmente pendente de julgamento de Embargos de Declaração.
g. Chance de Perda é:	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Além do impacto financeiro, a decisão desse projeto pode influenciar em outros processos com pedidos semelhantes.
4) Processo nº 1001682-11.2017.5.02.0708	
a. Juízo:	08º VT/SP
b. Instância:	3ª
c. Data de Instauração:	03.10.2017
d. Partes no Processo	AUTOR: L. H. R. N. RÉ: Companhia e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 1.045.300,00
f. Principais fatos:	Trata-se de ação trabalhista que pretende o reconhecimento de vínculo empregatício, direitos inerentes a categoria, diferenças salariais, férias, PLR, horas extras. Os pedidos pleiteados pelo Reclamante foram reconhecidos parcialmente como procedentes. Atualmente, o processo encontra-se em execução definitiva, aguardando homologação dos cálculos periciais.
g. Chance de Perda é:	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Além do impacto financeiro, a decisão desse projeto pode influenciar em outros processos com pedidos semelhantes.
5) Processo nº 1001682-11.2017.5.02.0708	
a. Juízo:	33º VT/RJ
b. Instância:	3ª
c. Data de Instauração:	02.09.2016
d. Partes no Processo	AUTOR: E. J. N. S. RÉ: Companhia e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 1.259.720,00

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. Principais fatos:	Trata-se de ação trabalhista que pretende o reconhecimento de vínculo empregatício, direitos inerentes a categoria, diferenças salariais, férias, PLR, horas extras. Os pedidos pleiteados pelo Reclamante foram reconhecidos parcialmente como procedentes. Atualmente, o processo encontra-se na 3ª instância, aguardando julgamento dos recursos das partes.
g. Chance de Perda é:	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Além do impacto financeiro, a decisão desse projeto pode influenciar em outros processos com pedidos semelhantes.

Contingências Tributárias e Cíveis

A Companhia, na data-base de 30 de abril de 2026, figura como parte em 32 (trinta e dois) processos judiciais e administrativos envolvendo matérias tributárias e cíveis, dos quais 18 (dezoito) na condição de autora e 14 (quatorze) na condição de ré.

Os casos tributários e cíveis mais relevantes estão descritos a seguir:

1) Processo nº 5004576-63.2023.4.03.6130	
a. Juízo:	Vara Federal de Osasco
b. Instância:	2ª
c. Data de Instauração:	14.07.2023
d. Partes no Processo	AUTORA: Companhia RÉ: União/Fazenda Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 1.815.554,28
f. Principais fatos:	Mandado de Segurança. Direito à restituição da parcela remanescente do saldo negativo de IRPJ e CSLL apurado no ano calendário 2017 a partir da transmissão de Declaração de Compensação (30/07/2018), via sistema PERDCOMP-WEB ou via formulário físico em papel. Aguardando julgamento do Recurso de Apelação da Companhia.
g. Chance de Perda é:	Possível.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro
2) Processo nº 04/354.437/2015	
a. Juízo:	Secretaria Municipal de Fazenda do RJ / ISS
b. Instância:	Fase Administrativa
c. Data de Instauração:	28.08.2015

4.4 Processos não sigilosos relevantes

d. Partes no Processo	AUTUADA/ IMPUGNANTE: Companhia AUTORA: Secretaria Municipal de Fazenda do RJ
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 115.001.224,59
f. Principais fatos:	Trata-se de Processo Administrativo Municipal relacionado ao Auto de Infração de ISS nº 300.785, para cobrança de supostas diferenças de ISS decorrentes de alegado enquadramento incorreto de serviços, recolhimentos em atraso, faturamento por estabelecimentos fora do Município do Rio de Janeiro e incidência de ISS sobre licenciamento de software, acrescidos de juros e multas. O valor histórico da autuação corresponde a R\$ 15.401.717,07, em agosto de 2015, e o valor em discussão totaliza R\$ 115.001.224,59, em março de 2026. O processo encontra-se na esfera administrativa, tendo sido apresentada impugnação, proferida nova decisão desfavorável em 1ª instância e aguardando protocolo de Recurso Voluntário.
g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro
3) Processo nº 1017917-05.2018.4.01.3400	
a. Juízo:	6ª VF/SJDF
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	31.08.2018
d. Partes no Processo	AUTORA: Consórcio BRQ/CAST RÉ: CEF
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 2.069.789,34
f. Principais fatos:	Trata-se de ação declaratória de nulidade de ato administrativo, na qual se visa desconstituir penalidade aplicada pela Caixa Econômica Federal ao argumento de falha na prestação de serviço (ofícios n. 170156/2018 e 170157/2018). O Consórcio composto pela Companhia, CAST Informática S.A. e BSI Tecnologia Ltda. foi vencedor do certame licitatório da CEF em 14.12.2012 e a entrega de serviços de maneira inadequada (duplicidade de transações financeiras, DOC, cobrança, TED, GRU, etc), segundo a Caixa, gerou a aplicação de duas penalidades previstas contratualmente. Segundo a CEF, as falhas imputadas ao Consórcio lhe geraram um prejuízo de R\$ 49.016,50 e outro de R\$ 2.009.773,34. O Consórcio pretende a declaração de nulidade dos procedimentos administrativos instaurados pela CEF para

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	apuração das infrações e, ainda, concessão de tutela de urgência para que a CEF se abstenha de fazer a compensação do valor da indenização com os créditos detidos pelo Consórcio ou execute o seguro garantido apresentado pelo Consórcio no âmbito do contrato administrativo firmado com a CEF. A tutela de urgência foi deferida. A CEF interpôs agravo de instrumento contra a referida decisão, o qual foi autuado sob o nº 103331-58.2018.4.01.0000. O Consórcio requereu a produção de prova pericial de informática e contábil. Aguarda-se o início da produção da prova pericial.
g. Chance de Perda é:	Remoto
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro e reputacional caso a perícia identifique a inadequação da prestação do serviço à CEF pelo Consórcio.
4) Processo nº 1007434-76.2019.4.01.3400	
a. Juízo:	6ª VF/SJDF
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	22.03.2019
d. Partes no Processo	AUTORA: Consórcio BRQ/CAST RÉ: CEF
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 2.166.532,98
f. Principais fatos:	Trata-se de ação declaratória de nulidade de ato administrativo, na qual se visa desconstituir penalidade aplicada pela Caixa Econômica Federal ao argumento de falha na prestação de serviço (ofícios 16-00117/2018/GILOG/BR e 16-0136/2019/GILOG/BR). O Consórcio é composto pela BRQ Soluções em Informática S.A., CAST Informática S.A. e BSI Tecnologia Ltda. foi vencedor do certame licitatório da CEF em 14.12.2012 e a entrega de serviços de maneira inadequada (duplicidade de transações financeiras, DOC, cobrança, TED, GRU, etc), segundo a Caixa, gerou a aplicação de duas penalidades. Segundo a CEF, a falha na prestação do serviço lhe gerou um prejuízo de R\$2.166.532,98. O Consórcio pretende a extensão da tutela de urgência deferida no âmbito do processo nº processo nº 1017917-05.2018.4.01.3400 para essa ação e, assim, a CEF não possa realizar a compensação com os valores devidos ao Consórcio. A distribuição por conexão foi reconhecida e a tutela de urgência foi deferida. A CEF interpôs agravo de instrumento contra a decisão que deferiu a extensão da tutela de urgência, o qual foi distribuído sob o nº 1014198-

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	93.2019.4.01.0000. Em 14.09.2020 foi determinada suspensão do processo até a conclusão da instrução do processo nº 1017917-05.2018.4.01.3400.
g. Chance de Perda é:	Remoto
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro e reputacional caso a perícia identifique a inadequação da prestação do serviço à CEF pelo Consórcio
5) Processo nº 1022786-40.2020.4.01.3400	
a. Juízo:	21ª VF/SJDF
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	16/04/2020
d. Partes no Processo	AUTORA: C.E.F. RÉ: Consórcio BRQ/CAST
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 986.089,19
f. Principais fatos:	Trata-se de ação de cobrança movida pela CEF contra o Consórcio, na qual a CEF alega ter sofrido o prejuízo de R\$986.089,17 em decorrência de falha na prestação do serviço do Consórcio. Aguarda-se julgamento do Recurso de Apelação da Companhia.
g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro e reputacional caso a perícia identifique a inadequação da prestação do serviço à CEF pelo Consórcio.
6) Processo nº 10735.901685/2012-14	
a. Juízo:	Receita Federal do Brasil
b. Instância:	2ª
d. Partes no Processo	AUTORA: Receita Federal do Brasil IMPUGNANTE: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 1.303.229,70
f. Principais fatos:	Trata-se de processo administrativo referente a Pedido de Compensação (DCOMP) de saldo negativo de CSLL relativo ao ano-calendário de 2008 (exercício de 2009), utilizado para compensação com débitos de estimativa mensal de IRPJ e CSLL de maio de 2010, objeto da PER/DCOMP nº 19408.78506.040112.1.7.03-5344. A Manifestação de Inconformidade apresentada pela Companhia foi julgada improcedente, motivo pelo qual foi interposto Recurso Voluntário ao CARF. Foi dado parcial provimento ao recurso da BRQ, determinando a retificação

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	do direito creditório equivocadamente informado na primeira DCOMP, para adequação ao valor constante da DIPJ do período, com consequente retorno dos autos à Delegacia da Receita Federal para reanálise da segunda DCOMP. Atualmente, aguarda-se a reanálise do pedido compensatório pela Receita Federal.
g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

O valor provisionado decorre dos casos avaliados com probabilidade de perda “provável” e corresponde à importância de R\$ 9.020 mil, R\$ 10.179 mil e R\$ 10.323 mil, em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Até a presente data não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

Não há outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores desta seção 4.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui Política de Gestão de Riscos formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 13 de outubro de 2021.

A gestão de riscos da Companhia é conduzida por meio de estrutura composta pela Administração, pela área de Controles Internos, pelo Comitê de Auditoria e Riscos e pelo Conselho de Administração, observadas as respectivas atribuições e responsabilidades. Essa estrutura tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e mitigar os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, incluindo riscos estratégicos, operacionais, financeiros, regulatórios, tecnológicos, de segurança da informação, compliance, privacidade e demais riscos relacionados às suas atividades.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo estabelecer diretrizes para a identificação, avaliação, monitoramento, tratamento e reporte dos riscos que possam impactar os negócios, a estratégia, a situação financeira, os resultados operacionais, a reputação e a continuidade das operações da Companhia.

A Companhia busca proteção em relação aos principais riscos descritos nos itens 4.1 e 4.3 deste Formulário de Referência, incluindo, entre outros, riscos relacionados à execução de contratos com clientes, implementação da estratégia de negócios, aumento de custos com mão de obra, repasse de custos, retenção de talentos, inovação tecnológica, inteligência artificial, segurança da informação, proteção de dados pessoais, compliance, regulação, liquidez, crédito, taxa de juros e câmbio.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia utiliza diferentes instrumentos para identificação, avaliação, monitoramento e tratamento dos riscos aos quais está exposta, buscando mantê-los em níveis compatíveis com sua estratégia, apetite a risco e objetivos de negócio.

Entre os principais instrumentos utilizados, destaca-se a Matriz de Riscos e Controles que é objeto de monitoramento periódico, com o objetivo de acompanhar riscos identificados, controles existentes, eventuais deficiências, planos de ação e medidas de mitigação.

Além disso, a Companhia adota políticas internas, normativos corporativos, procedimentos de controles internos, treinamentos, ações de comunicação, testes de conformidade, auditoria interna, monitoramento de planos de ação, Canal de Ética e demais mecanismos voltados à prevenção, detecção e tratamento de riscos, não conformidades e eventuais desvios de conduta.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia realiza o monitoramento de riscos por meio de estrutura multidisciplinar, envolvendo a Administração, a área de Controles Internos, o Comitê de Auditoria e Riscos e o Conselho de Administração.

A área de Controles Internos é responsável por apoiar a identificação, avaliação, monitoramento e reporte dos riscos, bem como por acompanhar a implementação de controles e planos de ação. Essa área se reporta à alta administração e submete periodicamente temas relevantes, políticas, riscos identificados e ações planejadas à apreciação do Comitê de Auditoria e Riscos e, quando aplicável, ao Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria e Riscos atua no acompanhamento dos principais riscos, controles internos, auditoria, compliance e demais temas sob sua competência, contribuindo para o assessoramento do Conselho de Administração na supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional e seus controles internos são compatíveis com o porte, a natureza e a complexidade de suas atividades, permitindo o monitoramento e a avaliação periódica dos principais riscos relacionados aos seus negócios.

A efetividade da Política de Gestão de Riscos é acompanhada por meio da atualização da Matriz de Riscos e Controles, da realização de testes de controles, do acompanhamento de planos de ação, da atuação da auditoria interna e do reporte periódico ao Comitê de Auditoria e Riscos e ao Conselho de Administração.

Sem prejuízo, a Companhia reconhece que sua estrutura de gerenciamento de riscos e controles internos está sujeita a aprimoramentos contínuos, especialmente diante da evolução de seus negócios, do ambiente regulatório, das exigências de governança, dos riscos tecnológicos e da complexidade operacional de suas atividades.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia realiza uma análise abrangente de riscos com o objetivo de identificar os processos mais críticos para suas operações. Esse processo envolve o mapeamento e entendimento detalhado dos fluxos operacionais, a elaboração de narrativas descritivas, a atualização contínua da biblioteca corporativa de riscos e a definição de um plano de ação anual, com base no mapa de calor gerado a partir dos riscos identificados.

Como desdobramento dessa análise, são elaboradas ou atualizadas matrizes de risco específicas para os processos considerados prioritários. Essas matrizes possibilitam uma avaliação estruturada dos riscos e a identificação dos controles internos responsáveis por sua mitigação. Com base nos resultados, são conduzidos testes anuais para avaliar a efetividade desses controles, garantindo que os riscos estejam adequadamente mitigados e sob constante monitoramento.

A área de gestão de controles internos tem como principal responsabilidade manter a Matriz Geral de Riscos e Controles (MRC) sempre atualizada, incluindo a classificação dos controles com base na criticidade dos riscos. Essa estrutura apoia as áreas de negócio na revisão de processos e na implementação de controles, assegurando a conformidade com leis, normas, regulamentos e políticas internas, bem como a precisão das informações financeiras.

A estrutura de governança da Companhia está baseada no modelo das três linhas de defesa, que assegura uma atuação coordenada entre as áreas operacionais, a gestão de riscos e a auditoria interna, conforme suas respectivas atribuições.

A auditoria interna atua de forma independente, avaliando a conformidade dos processos, dos controles internos relacionados à elaboração das demonstrações financeiras e dos controles de segurança da informação, em conformidade com a legislação aplicável e os normativos internos.

O plano anual de auditoria é definido com base na avaliação de riscos da Companhia e tem como objetivo fornecer uma visão independente sobre os principais riscos, o ambiente de controle e eventuais deficiências que possam impactar os processos e as demonstrações financeiras. A execução do plano é acompanhada pelo Comitê de Auditoria e Riscos.

A Companhia adota práticas alinhadas aos padrões reconhecidos de controles internos, condizentes com a complexidade de suas operações, e mantém o compromisso com a governança corporativa, a integridade das informações e a conformidade regulatória. Com base na avaliação realizada, a Administração concluiu que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, os controles internos

5.2 Descrição dos controles internos

relacionados aos relatórios financeiros eram adequados, não havendo identificação de deficiências significativas.

Adicionalmente, após o encerramento do exercício social, a Companhia avançou no aprimoramento de sua estrutura sistêmica e de controles internos, com destaque para a migração para o SAP S/4HANA, cujo go-live ocorreu em janeiro de 2026. A evolução da plataforma contribui para o fortalecimento dos controles internos relacionados aos principais processos que suportam a elaboração das demonstrações financeiras, ampliando a integração, a rastreabilidade e a confiabilidade das informações utilizadas pela Companhia.

A Administração reafirma que a estrutura de governança e o sistema de controles internos da Companhia são compatíveis com seu porte, complexidade e natureza dos negócios.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A alta administração, representada pelo Diretor de Relações com Investidores, é o principal responsável pelo gerenciamento dos controles internos da Companhia. Essa atividade é conduzida com o suporte da área de Controles Internos, que atua na elaboração e na implementação de práticas alinhadas às boas práticas de governança e às normas contábeis aplicáveis. A área de auditoria interna, por sua vez, reporta-se diretamente ao Comitê de Auditoria e Riscos.

A Companhia conta com o apoio de empresa especializada para a execução dos trabalhos de auditoria interna, contratada conforme critérios técnicos e de governança. Até o encerramento do contrato vigente, tais serviços vinham sendo prestados pela Baker Tilly, sendo que a Administração avalia periodicamente a continuidade ou eventual substituição do prestador, considerando aspectos técnicos, estratégicos e de independência.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração da Companhia, com apoio da área de Controles Internos, Riscos e Compliance, sob acompanhamento do Diretor de Relações com Investidores, do Comitê de Auditoria e Riscos e do Conselho de Administração.

O plano de auditoria interna é recomendado pelo Comitê de Auditoria e Riscos e aprovado pelo Conselho de Administração. Os resultados das auditorias, eventuais deficiências identificadas e a evolução dos planos de ação são apresentados periodicamente à Administração e ao Comitê, permitindo o acompanhamento da efetividade dos controles e das medidas corretivas adotadas.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

5.2 Descrição dos controles internos

Como parte dos procedimentos de auditoria das demonstrações financeiras, os Auditores Independentes elaboram relatório com suas observações sobre os controles internos da Companhia. Esse relatório tem como objetivo auxiliar na identificação e avaliação de riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras, contribuindo para o planejamento dos procedimentos de auditoria, sem, contudo, constituir uma opinião formal sobre a eficácia dos controles internos.

No último exercício social, conforme relatório encaminhado pelos Auditores Independentes, não foram identificadas deficiências consideradas significativas nos controles internos relacionados à elaboração das demonstrações financeiras, nem apontados impactos relevantes decorrentes de falhas de controle.

A Companhia adota postura proativa na análise das oportunidades de melhoria indicadas pelos Auditores Independentes por meio da carta de recomendações, avaliando a pertinência de cada sugestão e estabelecendo planos de ação para sua implementação, quando aplicável. A execução desses planos é monitorada pelo Comitê de Auditoria e Riscos, assegurando o aprimoramento contínuo do ambiente de controle interno.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração concorda com as observações constantes do relatório dos Auditores Independentes sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Considerando que não foram identificadas deficiências ou recomendações significativas, não houve necessidade de adoção de medidas corretivas específicas. A Companhia, contudo, mantém o acompanhamento contínuo de oportunidades de melhoria no ambiente de controles internos.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia adota uma abordagem estruturada e permanente para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos, especialmente aqueles que possam ser praticados contra a administração pública. Para tanto, dispõe de um Código de Conduta, uma Política de Integridade, um Canal de Denúncias e uma Linha de Ética.

É política da Companhia conduzir todas as suas atividades com colaboradores, clientes, concorrentes, parceiros, fornecedores, governo e demais partes interessadas de acordo com os mais elevados padrões de honestidade, integridade, respeito e conformidade legal. Para promover o conhecimento contínuo dessas diretrizes, conteúdos relacionados ao Código de Conduta são periodicamente divulgados aos colaboradores por meio da rede interna da empresa.

A política de Código de Conduta da Companhia tem como objetivo estabelecer os princípios éticos que norteiam as ações e os compromissos de conduta esperados tanto da organização quanto de seus colaboradores, alinhando-se à sua missão institucional. Espera-se que todos os envolvidos nas atividades da Companhia atuem em conformidade com os valores estabelecidos nesse Código, que representa um compromisso público da organização e um referencial para suas práticas e relações cotidianas.

A Companhia acredita que a observância ao Código de Conduta fortalece a cultura empresarial desejada, sustentada por responsabilidade social e ambiental, e cujos resultados positivos decorrem do engajamento e da participação coletiva.

A política de Código de Conduta da Companhia está disponível integralmente em seu site de Relações com Investidores (<https://www.brq.com/investidores>).

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são a Política de Código de Conduta, a Política de Integridade e o Canal de Denúncias.

O Código de Conduta estabelece princípios e diretrizes relacionados à integridade, transparência, honestidade, respeito, prevenção à corrupção, conflitos de interesse, relacionamento com terceiros, proteção de informações e cumprimento das normas internas e da legislação aplicável.

5.3 Programa de integridade

A Política de Integridade, por sua vez, que tem como principal objetivo estabelecer o conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidade, tendo como foco medidas anticorrupção, aplicando efetivamente os códigos de ética e de conduta, política e diretrizes, com a finalidade de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos. Esse instrumento foi elaborado em consonância com as medidas de anticorrupção previstas na Lei nº 12.846/2013 e em sua regulamentação vigente, atualmente prevista no Decreto nº 11.129/2022.

Os mecanismos adotados são compatíveis com o perfil de atuação da Companhia, considerando sua atividade no setor de tecnologia, seu relacionamento com clientes, fornecedores, parceiros comerciais, prestadores de serviços e demais partes interessadas. As práticas de integridade buscam prevenir, detectar e tratar riscos relacionados a corrupção, fraude, conflito de interesses, condutas antiéticas, descumprimento de políticas internas e atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos de integridade é realizado pela Administração, com apoio do Comitê de Ética, instituído e regido por Regimento Interno próprio. O Comitê de Ética é responsável por acompanhar a aplicação do Código de Conduta e da Política de Integridade, avaliar relatos recebidos pelo Canal de Ética, recomendar medidas de apuração e acompanhar a adoção de providências corretivas, quando aplicável.

As matérias relevantes podem ser reportadas à Administração e, quando aplicável, ao Comitê de Auditoria e Riscos e ao Conselho de Administração, observadas as regras de confidencialidade, segregação de funções e tratamento de conflitos de interesse.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A política de Código de Conduta da BRQ foi criado em 2008 e teve sua primeira versão aprovada formalmente pelo Conselho de Administração em 13.08.2019. Este documento é o resultado da pesquisa realizada internamente, assim como da análise de documentos sobre o tema, tornados públicos por grandes e respeitadas empresas nacionais, que serviram de balizamento para a elaboração final do Código de Conduta, que é composto dos princípios éticos e de conduta.

Buscou-se retratar no documento as práticas usuais de relacionamento da BRQ com o meio interno e externo, que traduzem o seu compromisso com os valores éticos adotados como norteadores de sua ação. O Código de Conduta da Companhia teve sua nona edição formalmente aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2026. O principal objetivo do Código de

5.3 Programa de integridade

Conduta é formalizar normas de conduta ética para os integrantes da estrutura organizacional e de pessoal da empresa; visando o bem comum, a honra e a qualidade dos serviços.

· se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Conduta aplica-se a todos os diretores, conselheiros de administração e empregados e abrange também a terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados. Cada um deve cumprir e promover o cumprimento, em todas as ações da cadeia produtiva da empresa e nas relações com todas as partes interessadas. Todos os colaboradores, representantes legais e empresas contratadas da BRQ tomam conhecimento formal deste Código, que é amplamente divulgado, por meio impresso e eletrônico, sendo a sua leitura, obrigatória no ato da contratação do colaborador.

O Código de Conduta é submetido a revisões periódicas, com transparência e participação das partes interessadas e será atualizado, sempre que necessário. Através da observância do Código é possível garantir a integridade do grupo e o bem-estar dos indivíduos que o constituem. A finalidade é que seu conteúdo sirva como uma orientação durante as preocupações do dia a dia, permitindo um crescimento pessoal e profissional orientado para a consciente tomada de decisões.

· as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

A Companhia considera falta grave qualquer descumprimento dos princípios e compromissos expressos no Código de Conduta. O descumprimento do Código implicará penalidades de acordo com a gravidade do fato, podendo ser aplicada advertência, suspensão, rescisão contratual e exclusão dos programas oferecidos pela Companhia.

· órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta da BRQ foi criado em 2008 e está em sua nona edição (aprovada 26 de fevereiro de 2026). O documento está disponível através da Intranet (AtmosFera) da Companhia aos seus colaboradores e ao público em geral através da página oficial da BRQ.

Edições Anteriores: 8ª edição em 12/12/2024, 7ª edição em 28/09/2023, 6ª edição em 23/06/2022, 5ª edição em 13/10/2021, 4ª edição em 22/06/2021, 3ª edição em 22/06/2020, 2ª edição em 13/08/2019, 1ª edição em 25/06/2019.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

5.3 Programa de integridade

O canal de denúncias da Companhia é de gestão interna e está sob a responsabilidade dos membros do Comitê de Ética, instituído e regido conforme seu Regimento Interno. A estrutura foi concebida para assegurar a independência, a confidencialidade e a imparcialidade no tratamento das denúncias recebidas.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal está disponível tanto para colaboradores da Companhia quanto para terceiros, reafirmando o compromisso da organização com a ética, a transparência e o cumprimento do Código de Conduta em todas as suas relações institucionais.

O Canal de Ética da BRQ pode ser acessado por meio do link: <https://novo-portal.brq.com/canal-de-etica>.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

A Companhia assegura mecanismos de anonimato e proteção aos denunciantes que agirem de boa-fé. As denúncias podem ser realizadas de forma anônima, sem a necessidade de identificação do denunciante, garantindo, assim, sua confidencialidade. A Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra os profissionais que apresentarem denúncias fundamentadas, tampouco realiza qualquer tipo de reconhecimento ou benefício por sua realização. O objetivo é assegurar um ambiente seguro e ético, onde condutas irregulares possam ser reportadas com confiança.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.**

Qualquer pessoa que tenha conhecimento de práticas ou atos em desacordo com o Código de Conduta, políticas internas ou legislação aplicável pode reportar a ocorrência por meio do Canal de Ética. As denúncias recebidas são analisadas pelo Comitê de Ética, observados os princípios de confidencialidade, imparcialidade, ausência de conflito de interesses e proteção ao denunciante de boa-fé.

Quando constatada uma violação ao Código de Conduta, o caso é encaminhado à Diretoria para definição das medidas cabíveis, incluindo a aplicação de sanções disciplinares, a apuração de responsabilidades e, se for o caso, o ressarcimento de eventuais danos ou multas causadas por empregados, com base na legislação vigente.

Todas as denúncias recebidas são analisadas com imparcialidade pelo Comitê de Ética, garantindo-se o sigilo absoluto, a ausência de conflitos de interesse e o tratamento adequado de cada situação.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

5.3 Programa de integridade

Nos últimos 3 exercícios sociais, não foram confirmados casos de desvios, fraudes, irregularidades ou atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, envolvendo a Companhia. Dessa forma, não houve necessidade de adoção de medidas corretivas específicas relacionadas a esse tipo de ocorrência.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas à prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, conforme descrito nos itens anteriores.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

A Companhia realiza avaliação contínua dos riscos aos quais está exposta, com o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e mitigar fatores que possam afetar adversamente seus negócios, sua situação financeira, seus resultados operacionais, sua reputação e a continuidade de suas operações. Essa avaliação considera, entre outros aspectos, mudanças no ambiente macroeconômico, regulatório, tecnológico, setorial e competitivo que possam impactar a Companhia e suas controladas.

No último exercício social, a Companhia não identificou alterações significativas em sua Política de Gestão de Riscos, permanecendo vigente a estrutura de gerenciamento de riscos anteriormente adotada, com acompanhamento pela Administração, pela área de Controles Internos, pelo Comitê de Auditoria e Riscos e pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, após o encerramento do exercício social, a Companhia avançou no aprimoramento de sua estrutura de sistemas e controles internos, com destaque para a migração para o SAP S/4HANA, cujo go-live ocorreu em janeiro de 2026. A evolução dessa plataforma contribui para o fortalecimento dos controles internos relacionados aos principais processos que suportam a elaboração das demonstrações financeiras, ampliando a confiabilidade, a rastreabilidade e a integração das informações utilizadas pela Companhia, bem como reforçando o ambiente de controles internos de forma geral.

Com relação aos principais riscos aos quais a Companhia está exposta, embora não tenham sido identificadas alterações que modificassem substancialmente o perfil geral de riscos da Companhia, determinados temas passaram a demandar acompanhamento mais próximo, especialmente aqueles relacionados à evolução tecnológica e ao uso de Inteligência Artificial, segurança da informação e proteção de dados, aumento de custos com mão de obra, retenção de talentos, Reforma Tributária, reoneração gradual da folha de pagamentos, ambiente competitivo e capacidade de repasse de custos aos clientes.

A Companhia entende que sua exposição a tais riscos poderá permanecer relevante ou aumentar, a depender da evolução do mercado de tecnologia, das condições macroeconômicas, do ambiente regulatório e da capacidade de adaptação da Companhia às novas exigências operacionais, comerciais e tecnológicas. Por essa razão, a Companhia segue comprometida com o aprimoramento contínuo de seus processos de gestão de riscos, controles internos e governança, bem como com o monitoramento periódico dos riscos identificados e dos respectivos planos de mitigação.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes, além das divulgadas nos itens anteriores.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ANDREA RIBEIRO QUADROS						
839.196.357-87	Brasil	Sim	Sim	29/11/2021		
Não						
12.350.153	9,273	0	0,000	12.350.153	8,915	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ANTONIO EDUARDO PIMENTEL RODRIGUES						
994.033.157-68	Brasil	Sim	Sim	29/11/2021		
Não						
24.700.307	18,546	0	0,000	24.700.307	17,830	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
BENJAMIN RIBEIRO QUADROS						
916.346.607-49	Brasil	Sim	Sim	29/11/2021		
Não						
49.400.613	37,091	0	0,000	49.400.613	35,660	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR						
00.383.281/0001-09	Brasil	Sim	Não	29/11/2021		
Não						
29.870.100	22,427	0	0,000	29.870.100	21,562	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MÔNICA DE ARAUJO PEREIRA						
013.924.297-06	Brasil	Sim	Sim	29/11/2021		
Não						
12.350.153	9,273	0	0,000	12.350.153	8,915	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
2.075.432	1,558	250.000	4,677	2.325.432	1,679	
OUTROS						
2.439.325	1,832	5.095.652	95,323	7.534.977	5,439	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
133.186.083	100,000	5.345.652	100,000	138.531.735	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR				00.383.281/0001-09		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
29.870.100	100,000	0	0,000	29.870.100	100,000	
TOTAL						
29.870.100	100,000	0	0,000	29.870.100	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	24/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	25
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

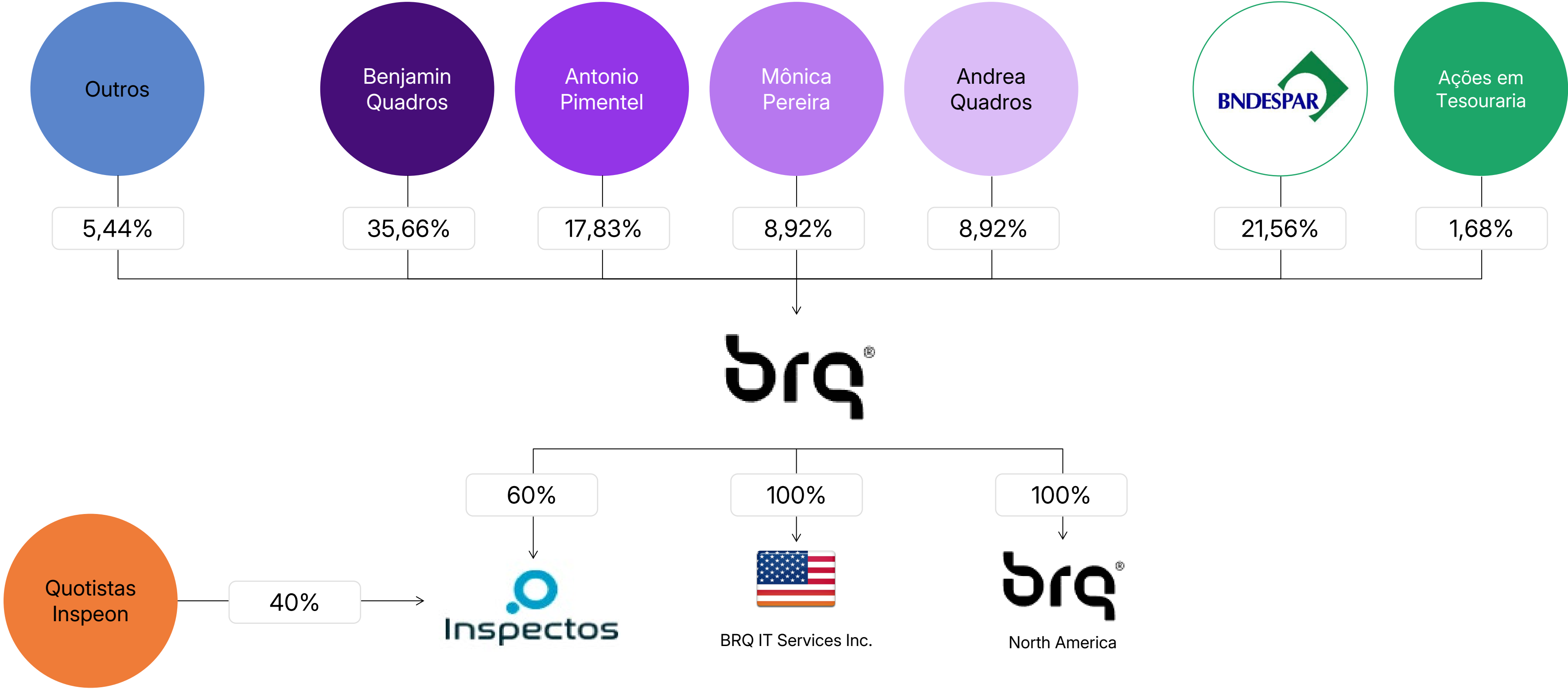
6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
BRQ IT SERVICES, INC.	00.000.000/0000-00	100
Inspeon Soluções Digitais Ltda.	35.836.076/0001-36	60
THINKINTERNATIONAL LLC (CONTROLADA INDIRETA)	00.000.000/0000-00	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



Estrutura acionária - BRQ



6.6 Outras informações relevantes

6.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia considera que não existem outras informações relevantes além das apresentadas nos itens anteriores.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A política tem como objetivo determinar os critérios para composição do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento e da Diretoria da Companhia, prezando as melhores práticas de governança corporativa.

A indicação dos membros do Conselho de Administração, e de seus Comitês de Assessoramento e a Diretoria da Companhia observa o disposto na Política, no Estatuto Social da Companhia, nos regimentos internos do Conselho de Administração e de seus Comitês, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 (“Regulamento do Novo Mercado”), na Lei das S.A., bem como nas demais legislações e regulamentações aplicáveis.

Deverão ser indicados para compor o Conselho de Administração, seus Comitês e a Diretoria, profissionais altamente qualificados, com comprovada experiência técnica, profissional ou acadêmica, e alinhados aos valores e à cultura da Companhia.

A indicação para composição do Conselho de Administração, seus Comitês e da Diretoria deverá considerar critérios como complementaridade de experiências, formação acadêmica e disponibilidade de tempo para o desempenho da função e diversidade.

Adicionalmente, em linha com a Medida ASG 2 do Anexo ASG da B3, a Companhia informa que sua Política de Indicação considera critérios relacionados à complementaridade de experiências, formação acadêmica, qualificação profissional, disponibilidade de tempo e diversidade na composição do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento e da Diretoria.

A Companhia reconhece a relevância de critérios ASG nos processos de indicação e sucessão de seus administradores, incluindo aspectos relacionados à diversidade de gênero, orientação sexual, cor ou raça, faixa etária e inclusão de pessoas com deficiência. Nesse sentido, avalia continuamente oportunidades de aprimoramento de sua Política de Indicação, de forma a refletir de maneira cada vez mais objetiva tais critérios, observadas as necessidades estratégicas da Companhia, a qualificação técnica dos candidatos, a complementaridade de competências e as melhores práticas de governança corporativa.

A Política de Indicação da Companhia poderá ser alterada por deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

A Política de Indicação da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em 12.08.2021 e está disponível para consulta no site da Companhia no link <https://www.brq.com/investidores/>

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

b. Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

- i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência**
- ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações**
- iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

Nos últimos dois exercícios sociais, a Companhia não realizou processo formal de avaliação de desempenho estruturado para seus administradores, membros de comitês ou demais órgãos de governança.

Apesar disso, a Companhia acompanha o desempenho de seus executivos e áreas de gestão por meio de rotinas internas de acompanhamento de resultados, reuniões gerenciais, análise de metas operacionais e financeiras, bem como pelo monitoramento contínuo da execução das estratégias e planos de ação definidos pela administração.

Dessa forma, embora existam práticas internas de acompanhamento de performance e resultados, não houve, no período informado, a aplicação de mecanismo formal, periódico e documentado de avaliação de desempenho nos moldes usualmente adotados para fins de governança corporativa.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

As regras e procedimentos a serem observados pelos acionistas diante de situações com potencial conflito de interesses com os da Companhia constam: (i) na Lei das S.A.; (ii) no Código de Ética e Conduta da Companhia; e (iii) na Política de Transação com Partes Relacionadas aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2021.

Quanto à identificação de uma matéria em que o acionista seja parte relacionada ou possa de alguma forma ter um potencial conflito de interesses, tem-se que: (i) o acionista envolvido deve imediatamente manifestar essa situação ao Comitê de Auditoria e Riscos ou Departamento Jurídico da Companhia explicando seu envolvimento e fornecendo detalhes acerca da situação; (ii) e, caso permaneça omissa, qualquer outro acionista que tenha conhecimento do fato, deverá fazê-lo, ou ainda terceiro, por meio do Canal de Ética da Companhia.

Quanto aos procedimentos para administração da situação, tem-se que:

- o acionista com conflito e interesses deverá se abster de votar em deliberações sobre a matéria, podendo, contudo, participar da discussão, visando proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas;
- o acionista que não se manifestar voluntariamente será investigado pelo Comitê de Auditoria e Riscos, que reportará a sua avaliação e recomendação ao Conselho de Administração acerca do tratamento a ser dado àquele que incorreu na infração;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- a deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável e o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido.

d. Por órgão

Preenchimento direto ENET

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia possui um Book de Diversidade e Inclusão que se aplica a todos os colaboradores da Companhia, incluindo os membros de seus órgãos de administração.

Este Book de Diversidade foi feito para todas as pessoas que estão em constante desenvolvimento e que querem tornar o mundo um lugar cada vez melhor.

No Programa de Diversidade da BRQ, temos o principal objetivo de promover e zelar por uma cultura inclusiva e diversa, humanizando as relações. E este *book* foi criado para apoiar neste processo, para nortear e instruir todos os Feras a reduzir o uso inadequado ou preconceituoso de terminologias que afetam a cidadania e a dignidade de seus colegas de trabalho, seus familiares, amigos, vizinhos e tantas outras pessoas em seu convívio.

Criamos uma ferramenta capaz de auxiliar o conhecimento de todos com relação às temáticas de Diversidade e Inclusão, ampliando o respeito e as atitudes de compreensão em relação às expressivas fatias da população. Além disso, queremos reforçar os papéis assumidos por cada cidadão para a construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária. E que o investimento em formação seja, cada vez mais, nossa forma de combate às injustiças sociais.

Sabemos que ainda existe um longo caminho a ser percorrido, mas pouco a pouco estamos construindo algo muito maior do que imaginamos e é necessário tomar medidas conscientes que sejam ao mesmo tempo deliberadas e verdadeiramente praticadas.

Os Grupos de Afinidade Roar são as vozes dos nossos Feras, que promovem discussões para a evolução do tema e de ações de diversidade na BRQ.



Grupo de Afinidade da
Comunidade LGBTQIA+



Grupo de Afinidade Mulheres



Grupo de Afinidade Pessoas
Pretas

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Na data-base deste Formulário de Referência, a Companhia conta com 2 mulheres entre os 6 membros efetivos do Conselho de Administração e 3 mulheres entre os 8 membros da Diretoria Estatutária, o que evidencia a presença feminina nos órgãos de administração da Companhia. Dessa forma, a Companhia entende atender parcialmente à Medida ASG 1 prevista no Anexo ASG da B3, no que se refere à eleição de mulheres para seus órgãos de administração.

No entanto, nesta data, a Companhia não possui, entre os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária, pessoa que se enquadre como membro de comunidade sub-representada, conforme definição prevista no Anexo ASG da B3. A Companhia reconhece a relevância do tema e considera critérios de diversidade em seus processos de indicação, observada a qualificação técnica, experiência profissional, complementaridade de competências, disponibilidade de tempo e aderência à cultura e aos valores da Companhia.

A Companhia seguirá avaliando oportunidades de aprimoramento da diversidade na composição de seus órgãos de administração, respeitados os processos de indicação, eleição e sucessão aplicáveis.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A BRQ, como empresa de tecnologia e Transformação Digital socialmente responsável, trabalha para criar soluções digitais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade e o bem-estar individual das pessoas, principal acelerador para transformação do mundo.

Reconhecemos que essa abordagem é fundamental para ser um agente de transformação no mundo atual, ao combinar inovação disruptiva com a inteligência humana, acreditamos que temos o potencial de impulsionar mudanças positivas em escala global, promovendo um futuro mais sustentável e próspero para todos.

A Alta Direção da Companhia trata com muita responsabilidade o tema sobre sustentabilidade incentivando a cultura de desperdício zero, reciclagem e uso sustentável dos recursos.

Demos passos importantes e alcançamos reduções significativas de nossas emissões de gases poluentes decorrente da adoção do trabalho no Modelo Anywhere Office (escritório de qualquer lugar).

Hoje, mais de 95% dos colaboradores da Companhia trabalham desta forma, evitando o deslocamento até os escritórios da empresa e reduzindo drasticamente a emissão desses gases que favorecem o efeito estufa e o aquecimento global.

Também adotamos boas práticas de TI Verde: economia de energia e água para melhor gestão de recursos, até o fim de sua vida útil, incluindo a melhor forma de descarte e reciclagem. Com essas ações, alcançamos grande redução do consumo com energia e água nos últimos anos.

Estamos sempre realizando campanhas para o uso sustentável dos recursos disponíveis promovendo o equilíbrio das relações e com a natureza. Nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável de

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

orientar nossos colaboradores através de um conjunto de ações ordenadas e práticas com o propósito de preservar o meio ambiente e garantir o desenvolvimento sustentável do planeta, abordando tópicos como:

- Utilizar água e energia de forma consciente, com gerenciamento, adotando tecnologias, atualização e melhorias para melhor aproveitamento dos recursos;
- Utilização sustentável dos recursos naturais, em especial da água;
- Aplicar os conceitos de reduzir, reutilizar e reciclar os resíduos;
- Prevenção da poluição e ações de proteção ao meio ambiente, priorizando a utilização de energia limpa e renovável;
- Manter e apoiar atividades de conscientização de colaboradores sobre a importância da redução do desperdício, da gestão de resíduos, da reciclagem e da economia de água e energia.
- Melhoria contínua do desempenho Ambiental.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	2	7	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	2	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 15	4	11	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	9	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	6	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 15	0	15	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	9	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	6	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 15	0	15	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Nos termos do Estatuto Social vigente, aprovado na assembleia geral extraordinária realizada em 24 de abril de 2026, a administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, detalhados abaixo.

Conforme artigo 23º do Estatuto Social da Companhia compete ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da COMPANHIA;
- (ii) eleger e destituir os diretores e fixar-lhes as atribuições que não estejam especificamente previstas no Estatuto Social da COMPANHIA ou em lei;
- (iii) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da COMPANHIA, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração pela COMPANHIA, e quaisquer outros atos;
- (iv) estabelecer critérios para o rateio da remuneração de cada administrador, respeitado o montante global fixado pela Assembleia Geral;
- (v) convocar a Assembleia Geral;
- (vi) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- (vii) escolher e destituir os auditores independentes;
- (viii) autorizar a aquisição e alienação de bens do ativo não circulante, em valor superior a R\$ 5.000.000,00 milhões, exceto quando contemplado no orçamento anual da COMPANHIA;
- (ix) oneração de bens do ativo não circulante, bem como a prestação de garantias a terceiros, exceto quando contemplado no orçamento anual da COMPANHIA;
- (x) autorizar a assunção de dívida ou de outros compromissos financeiros perante instituições financeiras, em valor superior a R\$ 5.000.000,00, exceto quando contemplado no orçamento anual da COMPANHIA;
- (xi) decidir sobre casos omissos neste estatuto;
- (xii) deliberar, dentro do limite de capital autorizado, sobre a emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, inclusive bônus de subscrição, com ou sem a exclusão do direito de preferência dos acionistas, fixando as condições da emissão e colocação das ações ou bônus de subscrição;

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

- (xiii) deliberar sobre a emissão de valores mobiliários não conversíveis em ações, fixando as condições de emissão e colocação;
- (xiv) autorizar a compra de ações da COMPANHIA, para sua permanência em tesouraria, posterior alienação ou cancelamento, nos termos da lei e das disposições regulamentares em vigor;
- (xv) aprovar o orçamento anual e planos financeiros e de negócios, a partir de proposta da Diretoria, bem como suas respectivas alterações ou modificações;
- (xvi) aprovar e acompanhar despesas gerais e administrativas (G&A) não previstas no orçamento anual da COMPANHIA, cujo valor, isoladamente ou agregado, seja acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por mês;
- (xvii) definir lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para elaboração de laudo de avaliação das ações da COMPANHIA, nos casos previstos na legislação aplicável ou neste Estatuto Social.
- (xviii) aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração;
- (xix) fixar o quadro de pessoal e o plano de cargos e salários da COMPANHIA;
- (xx) estabelecer o valor de participação nos lucros dos empregados da COMPANHIA, podendo decidir por não lhes atribuir qualquer participação;
- (xxi) decidir sobre a concessão de avais, fianças ou a outorga de qualquer outra garantia em favor de qualquer terceiro, exceto quando tais avais, fianças ou garantias forem outorgadas sobre obrigações assumidas pelas controladas da COMPANHIA, ou quando estiverem contemplados no orçamento anual da COMPANHIA, ou concessão de garantias necessárias à manutenção do giro normal das atividades mercantis da COMPANHIA;
- (xxii) decidir sobre a cessão ou transferência, por qualquer meio, a qualquer terceiro, de qualquer marca, patente, direito autoral, know how, software, ou qualquer outro direito de propriedade industrial, intelectual ou bem intangível pertencente à COMPANHIA e/ou a qualquer de suas controladas, exceto no curso normal dos negócios;
- (xxiii) decidir sobre a celebração, alteração ou rescisão de qualquer contrato ou acordo, verbal ou escrito, entre a COMPANHIA e qualquer acionista, administrador ou empregado da COMPANHIA (exceto contratos de trabalho), ou entre a COMPANHIA e qualquer controlada de tais administradores, acionistas ou empregados;
- (xxiv) decidir sobre qualquer aquisição de controle de outra sociedade, ou de parte substancial dos ativos ou negócios de outra sociedade;

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

(xxv) decidir sobre a proposição de qualquer medida, em âmbito administrativo ou judicial, que envolva valores iguais ou superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); e

(xxvi) decidir sobre a instalação de agências, sucursais, filiais ou escritórios da COMPANHIA no Brasil ou no exterior, à vista de proposta da Diretoria.

O Estatuto Social está disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.brq.com/investidores/>), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho de Administração realiza trimestralmente reuniões onde são examinadas e discutidas as informações contábeis do período, acompanhadas do relatório de revisão emitido pelos Auditores Independentes.

Não há uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

Com o objetivo de reforçar seu compromisso com a ética, a integridade e as boas práticas de governança, a Companhia disponibiliza um canal de comunicação confidencial destinado ao recebimento de denúncias e relatos relacionados a descumprimentos do Código de Conduta, políticas internas, legislações e regulamentações aplicáveis, inclusive no que se refere a temas ambientais, sociais, de governança (ASG) e de conformidade.

O canal, acessível de forma anônima ou identificada, está disponível tanto para colaboradores quanto para terceiros, e pode ser acessado pelo link: <https://www.brq.com/quem-somos/canal-de-etica/>.

Todas as manifestações recebidas são direcionadas automaticamente ao Comitê de Ética e Ouvidoria, que é responsável por avaliar a veracidade das ocorrências e conduzir os processos de apuração com total sigilo e imparcialidade. Este Comitê possui caráter consultivo e está subordinado ao Comitê de Auditoria e Riscos, o qual, por sua vez, reporta ao Conselho de Administração. Dessa forma, temas críticos, inclusive os relacionados a ASG e conformidade, podem ser devidamente encaminhados à instância máxima de governança da Companhia.

A BRQ reforça seu compromisso com a não retaliação, assegurando proteção integral a todos que, de boa-fé, utilizarem o canal para relatar suspeitas ou violações. Não são admitidos atos de retaliação, tais como ameaças, represálias, penalidades, demissões ou quaisquer outras formas de intimidação decorrentes do uso legítimo do canal.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome	ANTONIO EDUARDO PIMENTEL RODRIGUES	CPF:	994.033.157-68	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Administrador	Data de Nascimento:	16/10/1967
------	------------------------------------	------	----------------	-------------	--	----------------	--------	-------------	---------------	---------------------	------------

Experiência Profissional: Formado em Ciências da Computação pela Universidade Federal Fluminense e realizou o Programa de Gestão para Presidentes (Owner/President Management Program – OPM) pela Harvard Business School. Iniciou na BRQ em 1997 e atualmente exerce a função de Diretor de RI, além de ser Vice-Presidente do Conselho de Administração. Atualmente é responsável pela gestão das seguintes áreas de negócio da empresa: RI, onde faz a comunicação com acionistas, investidores e analistas de mercado; Corporate Venture Capital da BRQ onde lidera investimentos em soluções de negócio pela BRQ e M&A.

Das empresas em que o Sr. Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	09/04/2026	12/05/2029	Diretor de Relações com Investidores		12/05/2026		03/05/2021
Conselho de Administração	17/04/2025	30/04/2027	Vice Presidente Cons. de Administração		01/05/2025	Sim	29/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome BENJAMIN RIBEIRO
QUADROS

CPF: 916.346.607-49

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Empresário

Data de Nascimento: 02/12/1967

Experiência Profissional:

É bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Federal Fluminense, formado em 1986, e concluiu o Owner/President Management Program (OPM) na Harvard Business School. Em 1993, aos 24 anos, fundou a BRQ e atuou como CEO da companhia por 30 anos. Atualmente, Benjamin Quadros é Presidente do Conselho e Diretor Vice-Presidente Estatutário da BRQ, Conselheiro da BRASSCOM (Associação Brasileira das Empresas de TIC). Iniciou sua carreira como analista de sistemas e trabalhou em diversas empresas, como a Exxon e a IBM.

Das empresas em que o Sr. Benjamin Ribeiro Quadros atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Benjamin Ribeiro Quadros declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Benjamin Ribeiro Quadros declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Benjamin Ribeiro Quadros declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	30/04/2027	Presidente do Conselho de Administração		01/05/2025	Sim	06/06/2008
Diretoria	09/04/2026	12/05/2029	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		12/05/2026		23/06/2014

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome DANIEL LUIZ GLEIZER CPF: 628.724.277-91 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis Economista são: Data de Nascimento: 23/02/1960

Experiência Profissional: Formado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1984, obteve o seu MA em economia pela University of Illinois – Urbana Champaign - em 1985 e seu PhD em Economia pela University of California – Berkeley, em 1990. Obteve o certificado do curso de Risk Management in Banking no Insead, 2002 e do curso de Investment Decisions and Behavioral Finance, Harvard University, 2016. Com 30 anos de experiência profissional, dirigiu diversas instituições financeiras, públicas e privadas, no Brasil e no exterior. Iniciou sua carreira como Economista no Fundo Monetário Internacional em 1991, onde permaneceu por 5 anos. Posteriormente foi convidado a atuar como economista no Banco de Investimento Garantia, onde tornou-se Economista Chefe. Posteriormente, no Banco Credit Suisse Garantia foi promovido a Managing Director responsável pela a área de pesquisa macroeconômicas para a America Latina (exceto México), antes de ser convidado para a compor a diretoria colegiada do Banco Central do Brasil. No Banco Central foi Diretor da Área Internacional, de 1999 a 2002. Foi Diretor de Global Markets no Deutsche Bank, Vice Presidente do Unibanco e, posteriormente do Banco Itaú-Unibanco, onde liderou as áreas de Gestão de Risco e, posteriormente, as Tesourarias destas instituições. Foi Chief Investment Officer da BW Gestão de Investimentos Ltda. onde definia e implementava estratégias de investimentos nos diversos segmentos dos mercados financeiro nacional e internacional, além de participar de seus comitês de Investimentos, de Riscos e de Compliance. Foi também Diretor da ANDIMA (2007-2008), Membro do Foreign Exchange Committee do Federal Reserve Bank of New York (2012-2015) e membro do Conselho de Administração da BMFBOVESPA (2014-2015). Foi Visiting Scholar na Columbia University nos anos 2019 e 2020. É membro fundador do CDPP (Centro de Debate de Políticas Públicas) e membro do Advisory Committe do Bretton Woods Committee. Desde 08/2024, membro do Comitê de Empreendedorismo e Inovação, do Conselho de Administração do Hospital Israelita Albert Einstein. Em 2021 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração.

Das empresas em que o Sr. Daniel Luiz Gleizer atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Daniel Luiz Gleizer declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Daniel Luiz Gleizer declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Daniel Luiz Gleizer declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	30/04/2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		01/05/2025	Sim	03/05/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome LUIZ ALVES PAES DE BARROS **CPF:** 272.014.578-53 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 22/09/1947

Experiência Profissional: Formado em Economia pela Universidade de São Paulo USP (Turma 1971) É sócio fundador e CIO da Alaska Investimentos, participo da empresa do terceiro setor Associação Barreiros em Ilhabela, além de membro de diversos Conselhos de Administração em companhias de capital aberto (Alfa Holding S.A., Consórcio Alfa de Administração S.A, Financeira Alfa S.A. e do Banco Alfa de Investimentos S.A., General Waters SA e da Alisnce Sonae Shopping Center). Mais de 50 anos de experiência no mercado financeiro e um dos maiores e mais renomados investidores no mercado de renda variável brasileiro. Em 2021 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração.

Das empresas em que o Sr. Luiz Alves Paes de Barros atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Luiz Alves Paes de Barros declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Luiz Alves Paes de Barros declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Luiz Alves Paes de Barros declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	30/04/2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		01/05/2025	Sim	03/05/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MAURÍCIO LEITE DE CAMPOS BUENO

CPF: 224.501.278-01

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Empresário

Data de Nascimento: 02/06/1982

Experiência Profissional:

Formado em Propaganda e Marketing pela Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação, com Pós-Graduação em Administração e Economia pela Unicamp e Mestrado em Gestão pela Fundação Dom Cabral. Especialista em Design Estratégico pela Stanford University e em Inovação pela Singularity University. Possui vinte anos de experiência em design estratégico, produto, experiências digitais e gestão. Cofundador da weme, uma das principais consultorias de produto e design da América Latina. Reconhecido como Empreendedor do Ano pela EY, TEDx Speaker e LinkedIn Top Voice, dedica-se a conectar tecnologia, design e gestão como alavancas para gerar progresso nos negócios e na sociedade.

Atualmente exerce a função de Diretor na Companhia. Das empresas em que o Sr. Maurício Leite de Campos Bueno atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Maurício Leite de Campos Bueno declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Maurício Leite de Campos Bueno declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	09/04/2026	12/05/2029	Outros Diretores	Diretor Estatutário	12/05/2026		01/09/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MONICA ANDREA JAMBEIRO PEDREIRA **CPF:** 960.255.815-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** CFO **Data de Nascimento:** 13/02/1979

Experiência Profissional: Brasileira, formada em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Bahia e em Ciências Contábeis pela FABAC, possui MBA em Controladoria – UNIFACS. Ingressou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. em 2015 ocupando o cargo de Controller da Companhia, atualmente ocupa o cargo de CFO e em Maio/2021 foi eleita Diretora. Profissional com mais de 19 anos de experiência em Companhias registradas na CVM, nos segmentos de concessões de energia elétrica e rodovias, infraestrutura e tecnologia da informação, atuando em cargo gerencial, nas áreas de controladoria, contabilidade/fiscal e controles internos. Ampla experiência em Reports para usuários internos e externos: Relatórios de desempenho, Demonstrações Financeiras (BR-GAAP e IFRS) e Reports para o Conselho de Administração/Acionistas. Responsável pela implantação do SAP em concessionárias de energia elétrica e de rodovias. Experiência de quatro anos na área contábil/financeira em Big Four, atuando como auditor e consultor em empresas nos segmentos de energia elétrica, engenharia e construção, químico e petroquímico e investimentos e infraestrutura. Das empresas em que a Sra. Monica Andrea Jambeiro Pedreira atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. A Sra. Monica Andrea Jambeiro Pedreira declarou que não participa em entidades do terceiro setor. A Sra. Monica Andrea Jambeiro Pedreira declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Monica Andrea Jambeiro Pedreira declara que não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	09/04/2026	12/05/2029	Outros Diretores	Diretora Financeira Estatutária	12/05/2026		03/05/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MÔNICA DE ARAUJO PEREIRA **CPF:** 013.924.297-06 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administradora **Data de Nascimento:** 25/04/1968

Experiência Profissional: Formada em Informática pela Universidade Federal Fluminense, com MBA em Gestão de Negócios pelo IBMEC e realizou o Programa de Gestão para Key Executives pela Harvard Business School e Columbia Senior Executive Program pela Columbia University. Em 1993 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. Atualmente exerce o cargo de diretora estatutária e Membro Titular do Conselho de Administração.

Das empresas em que a Sra. Mônica de Araujo Pereira atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. A Sra. Mônica de Araujo Pereira declarou que não participa em entidades do terceiro setor. A Sra. Mônica de Araujo Pereira declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Mônica de Araujo Pereira declara que não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	09/04/2026	12/05/2029	Outros Diretores	Diretora Estatutária	12/05/2026		03/05/2021
Conselho de Administração	17/04/2025	30/04/2027	Conselho de Administração (Efetivo)		01/05/2025	Sim	01/05/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA **CPF:** 425.005.407-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Doutora em Sociologia **Data de Nascimento:** 17/01/1958

Experiência Profissional: Brasileira, Doutora em Sociologia (1997), mestre em Ciência Política (1989), pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj - atual Iesp), e graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 1980). Ministra de Estado da Saúde - de 01 de janeiro de 2023 a 10 de março de 2025, foi a primeira mulher a ocupar o cargo na história do Ministério. Presidente da Fiocruz desde 2017 - Primeira mulher a comandar a Fundação Oswaldo Cruz em 120 anos de história da instituição, assumiu a direção da instituição em 4 de janeiro de 2017, tendo sido a mais votada na eleição interna. Durante seu mandato, esteve comprometida com a expansão do papel da Fiocruz na comunidade global de saúde. Diretora da Casa de Oswaldo Cruz - unidade da Fiocruz voltada para pesquisa e memória em ciências sociais, história e saúde, entre 1998 e 2005. Participou da elaboração do Museu da Vida, museu de ciência da Fiocruz. Atuou na implementação da Rede SciELO Livros. Foi vice-presidente de Ensino, Informação e Comunicação da Fiocruz. Foi presidente do Conselho de Administração do Instituto de Biologia Molecular do Paraná (2017-2022), empresa privada sem fins lucrativos voltada a produção de soluções biotecnológicas para a melhoria das condições de saúde e bem-estar social. Em setembro de 2021 tornou-se membro independente do Conselho da Coalizão de Inovações em Preparação para Epidemias (CEPI) e membro-fundadora do Conselho Global sobre desigualdades, HIV e pandemias / Unids (2023). É autora de dezenas de artigos, livros e capítulos com reflexões sobre os dilemas da sociedade nacional, sobretudo as cisões entre os "Brasis urbano e rural, moderno e atrasado". Toda a atuação de Nísia Trindade Lima como gestora e intelectual está baseada na promoção do valor social da ciência no Brasil e na realização de ações que aproximem a ciência da sociedade. Em 11/2023 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração.

Das empresas em que a Sra. Nísia Trindade Lima atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. A Sra. Nísia Trindade Lima declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Nísia Trindade Lima declara que é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	30/04/2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		01/05/2025	Sim	16/11/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RODRIGO FRIZZI SOUSA

CPF: 266.581.018-25

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador

Data de Nascimento: 30/09/1977

Experiência Profissional:

Formado em Ciências da Computação pela Faculdades Associadas de São Paulo e MBA InformationTechnology pela FIA.Mais de vinte anos de experiência em desenvolvimento de canais digitais e liderança de equipes de alta performance nos mercados Financeiro, de Telecomunicações e de Seguros, apoiando empresas e startups em suas estratégias e jornadas de transformação digital, criando uma experiência encantadora para os clientes finais e um impacto real nos negócios, com foco na diferenciação, na excelência e na lucratividade. Entusiasta e praticante da filosofia Lean, um sistema de gestão que parte do princípio de que toda iniciativa deve ter como foco o cliente final. Por isso, sempre me dediquei ao desenvolvimento e à gestão estratégica das pessoas que trabalham no meu time.Atua na BRQ desde 2001, e foi eleito como Diretor Estatutário em maio de 2021, responsável por posicionar a BRQ como parceira estratégica das maiores empresas do país nos desafios da Transformação Digital. Das empresas em que o Sr. Rodrigo Frizzi Sousa atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.O Sr. Rodrigo Frizzi Sousa declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Rodrigo Frizzi Sousa declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Rodrigo Frizzi Sousa declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	09/04/2026	12/05/2029	Diretor Presidente / Superintendente		12/05/2026		03/05/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome WAGNER PASCHOAL FOSCHINI JUNIOR

CPF: 325.098.138-97

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Empresário

Data de Nascimento: 03/01/1984

Experiência Profissional:

Formado em Administração pela Faculdade de Campinas e Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, com Mestrado em Gestão pela Fundação Dom Cabral. Especialista em Gestão, Estratégia e Cultura pelo Insead e Stanford University e em Ecossistemas de Inovação pela Babson College. Possui vinte anos de experiência em estratégia e gestão de empresas de tecnologia. Cofundador da weme, uma das principais consultorias de produto e design da América Latina. Reconhecido como Empreendedor do Ano pela EY, dedica-se a planejar e executar o melhor das organizações conectando performance e saúde em um círculo virtuoso para pessoas e negócios. Atualmente exerce a função de Diretor na Companhia. Das empresas em que o Sr. Wagner Paschoal Foschini Junior atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Wagner Paschoal Foschini Junior declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Wagner Paschoal Foschini Junior declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	09/04/2026	12/05/2029	Outros Diretores	Diretor Estatutário	12/05/2026		01/09/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome WELLINGTON DE LEMOS **CPF:** 339.698.958-98 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Analista de Sistemas **Data de Nascimento:** 30/01/1986

Experiência Profissional: Graduado em Tecnologia da Informação pela Universidade Nove de Julho, especialista em tecnologia com foco em CRM. Possui mais de 22 anos de experiência nas áreas de CRM, estratégia de negócios, vendas e marketing. É cofundador da TOP Information, empresa pioneira no mercado brasileiro e reconhecida como uma das principais parceiras da Salesforce em âmbito global. Atualmente exerce a função de Diretor na Companhia.

Das empresas em que o Sr. Wellington de Lemos atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Wellington de Lemos declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Wellington de Lemos declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/08/2026	12/05/2029	Outros Diretores	Diretor Estatutário	03/08/2026		03/08/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome WESLEY DE LEMOS **CPF:** 332.092.568-70 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Analista de Sistemas **Data de Nascimento:** 30/01/1986

Experiência Profissional: Analista de Sistemas com mais de 20 anos de experiência em tecnologia, com sólida atuação em CRM, transformação digital e experiência do consumidor. Cofundador da Topi, consultoria Platinum da Salesforce e uma das principais empresas do ecossistema Salesforce na América do Sul, com forte atuação na estratégia, implementação e evolução de soluções voltadas à geração de valor para o negócio e seus clientes. Atualmente exerce a função de Diretor na Companhia.

Das empresas em que o Sr. Wesley de Lemos atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Wesley de Lemos declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Wesley de Lemos declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/08/2026	12/05/2029	Outros Diretores	Diretor Estatutário	03/08/2026		03/08/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Nome: JAMILLE SOUZA E SANTOS

CPF: 025.526.095-46

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Coordenadora Jurídica

Data de Nascimento: 22/10/1987

Experiência Profissional:

Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz (Ilhéus - Bahia 2004-2008) e pós-graduada em Direito do Trabalho pela Fundação Getúlio Vargas (2018-2019), possui experiência em consultoria jurídica empresarial, contratos, societário, governança corporativa, compliance e suporte estratégico a operações corporativas. Atua na BRQ Soluções em Informática desde 2019, onde exerce funções de liderança jurídica e assessoramento executivo, com atuação na negociação e revisão de contratos, operações societárias, análise de riscos, temas regulatórios e suporte a demandas corporativas nacionais e internacionais.

Possui experiência na elaboração, revisão e negociação de instrumentos contratuais, análise de riscos jurídicos, suporte a operações de M&A, governança corporativa, proteção de dados, relações trabalhistas estratégicas e estruturação de políticas internas, além de acompanhamento de auditorias e temas regulatórios relevantes.

Das empresas em que a Sra. Jamille Souza atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. A Sra. Jamille Souza declarou que não participa de entidades do terceiro setor. A Sra. Jamille Souza declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial. A Sra. Jamille Souza declara, ainda, que não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	13/05/2025	12/05/2027			13/05/2025	11/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome:
PRISCILA RUSCH
DALTRO CAMBRA

CPF:
797.251.555-72

Passaporte:

Nacionalidade:
Brasil

Profissão:
Advogada
e
Contadora

Data de Nascimento:
21/04/1980

Experiência Profissional:

Pós Graduada em Gestão Tributária pela Universidade Federal da Bahia , Salvador - BA (2008 / 2009), Certified Financial Planner - CFP - Rice University, Houston, TX-USA - 2006, Graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador-2017 (OAB-56.912), Ciências Contábeis - Faculdade Jorge Amado, Salvador/BA- 2005 (CRC- BA 027021/0-8) e Administração de Empresas - UNIFACS, Salvador/BA- 2002.Possui experiência na revisão, aprovação e acompanhamento de Balanço Patrimonial, planejamento estratégico, gestão prudente dos investimentos e da exposição ao risco; monitoramento dos trabalhos de auditoria, discussão sobre assuntos contábeis relevantes e acompanhamento dos pontos levantados na carta de recomendação. Atuando na BRQ Soluções em Informática Como Gerente Executivo desde 2022.Das empresas em que a Sra. Priscila Rusch Daltro Cambra atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. A Sra. Priscila Rusch Daltro Cambra declarou que não participa em entidades do terceiro setor. A Sra. Priscila Rusch Daltro Cambra declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Priscila Rusch Daltro Cambra declara que não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	13/05/2025	12/05/2027			13/05/2025	09/03/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome:ROBERTO STROHSCHOEN DE LACERDA

CPF:596.297.467-00

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Administrador

Data de Nascimento:29/08/1958

Experiência Profissional:

Brasileiro, casado, graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis com MBA em Controladoria pela USP. Em 2017 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração.Possui mais de 35 anos de experiência em auditoria externa e consultoria empresarial, neste período foi sócio de consultoria empresarial da Arthur Andersen (15 anos no escritório do Rio de Janeiro e 8 anos em São Paulo), Terco Grant Thornton (3 anos), e Ernst & Young Terco (3 anos), onde atuou como responsável pela divisão de consultoria com foco no segmento de empresas de rápido crescimento e Middle Market.Nos últimos anos tem atuado como consultor independente para empresas familiares, também com participação em conselhos de administração, familiares, e de sócios.É especialista em custos, tendo desenvolvido e implantado mais de 300 projetos, sendo mais de 100, de custos por Atividade (ABC). Co-autor de três livros sobre ABC e ABM, os quais foram publicados no Brasil, EUA, Espanha e Japão e mentor/palestrante da Endeavor sobre temas de gestão e organização, custos, e preparação para o crescimento. Das empresas em que o Sr. Roberto Strohschoen de Lacerda atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.O Sr. Roberto Strohschoen de Lacerda declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Roberto Strohschoen de Lacerda declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Roberto Strohschoen de Lacerda declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Outros	13/05/2025	12/05/2027		Coordenador	13/05/2025	14/05/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) os administradores da Companhia; (b) os administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) os controladores diretos ou indiretos da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas; ou (d) os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores da Companhia.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:

A Companhia possui para os seus administradores uma Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O), com cobertura para: (i) responsabilização por danos causados a Terceiros, em consequência de atos (ilícitos) culposos praticados pelos administradores no exercício das funções para as quais tenham sido nomeados, eleitos e/ou contratados, o reembolso das indenizações que forem obrigados a pagar, a título de reparação, por sentença judicial transitada em julgado, ou em decorrência de juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, com a anuência da Seguradora.

A apólice de seguro contratada junto à empresa Zurick Seguros S/A possui vigência de 01 de outubro de 2025 a 01 de outubro de 2026 e o limite líquido de indenização é de R\$ 30.000 milhões, com pagamento de prêmio no montante de R\$ 41.990,05.

A Companhia informa, ainda, que não possui previsão estatutária sobre a indenidade e nem contratos firmados com seus administradores ou ex-administradores visando mantê-los indenidos de eventuais prejuízos decorrentes de atos realizados por força do exercício de suas funções na Companhia.

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos 3 (três) anos, (i) resumo das principais matérias aprovadas, (ii) data de sua realização, e (iii) quórum de instalação:

Evento	Resumo das Matérias	Data	Quórum de Instalação
AGO	(i) Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) Proposta da Administração para destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (iii) Deliberar sobre a remuneração global dos membros da Administração para o exercício social de 2024.	19.04.2024	Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia
AGO	(i) Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) Proposta da Administração para destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) Deliberar sobre a remuneração global dos membros da Administração para o exercício social de 2025; e (iv) Eleição e Reeleição dos Membros do Conselho de Administração da Companhia.	17.04.2025	Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia
AGE	(i) Aprovar, nos termos do art. 256 da Lei das S.A. e do art. 16, (v), do Estatuto Social da Companhia, a aquisição, pela Companhia, de quotas da WEME LTDA. (CNPJ/ME: 08.285.034/0001-81) (“WEME”), representativas de 100% (cem por cento) do capital social da WEME, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças datado de 10.07.2025; (ii) Ratificação da contratação da Ártica Participações e Assessoria Financeira Ltda. como empresa especializada para avaliar a WEME, nos termos do art. 8º c/c art. 256, §1º da Lei das S.A., a qual, previamente avisada, encontrava-se presente à Assembleia; (iii) Aprovar, depois de lido e	29.08.2025	Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia

7.8 Outras informações relevantes

	examinado, o Laudo de Avaliação (Anexo I), elaborado pela Ártica Participações e Assessoria Financeira Ltda.; (iv) Autorizar e ratificar a prática, pelos administradores da Companhia, de todos os atos necessários à implementação das deliberações ora tomadas, incluindo, mas não se limitando, a celebração do contrato referente à aquisição da WEME, e a realização do fechamento.		
AGE	(i) Aprovar a criação da classe única de ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia; (ii) Aprovar a inclusão do parágrafo único ao art. 5º do Estatuto Social da Companhia, bem como a alteração do §2º do art. 6º; (iii) Aprovar a criação do “Plano de Concessão de Ações Restritas” da Companhia; e (iv) Autorizar o Conselho de Administração e a Diretoria a tomar as providências necessárias à implementação das deliberações aprovadas na presente Assembleia.	17.10.2025	Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia
AGE	(i) Proposta da Administração para destinação parcial da “Reserva de Retenção de Lucros” e declaração de dividendos intermediários.	19.12.2025	Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia
AGE	(i) Aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação da WEME LTDA., pela BRQ Soluções em Informática S.A. contendo os termos e condições referente à incorporação, pela Companhia, da WEME LTDA, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Baronesa Geraldo de Rezende, nº 773, Sala 06, Bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora, CEP 13075-270, inscrita no CNPJ/ME sob nº 08.285.034/0001-81; (ii) Ratificar a contratação da Apsis como empresa especializada responsável pela avaliação do patrimônio líquido da WEME, na forma do artigo 227, § 1º, da Lei das S.A.; (iii) Aprovar o Laudo de Avaliação da WEME; (iv) Aprovar a incorporação da WEME pela Companhia, com a extinção da incorporada e sua sucessão pela Companhia nos exatos termos do Protocolo e Justificação, sem aumento do capital social	02.01.2026	Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia

7.8 Outras informações relevantes

	da Companhia; e (v) Aprovar e ratificar a prática, pelos administradores da Companhia, de todos os atos necessários à implementação das deliberações ora tomadas, incluindo, mas não se limitando, celebração de contrato referente à efetivação da incorporação da WEME pela Companhia.		
AGOE	(i) Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (ii) Proposta de destinação do lucro líquido remanescente referente ao período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2025; (iii) Orçamento de Capital para os fins previstos no artigo 196 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”); (iv) A remuneração global dos membros da Administração para o exercício social de 2026; e (v) Reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia.	24.04.2026	Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A prática de remuneração da Companhia tem por objetivo estabelecer os critérios e procedimentos para definição da remuneração e dos benefícios concedidos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, aos Diretores Estatutários ou não Estatutários, e membros dos Comitês instituídos pela Companhia, definidos aqui em conjunto por “Executivos”. Essa Prática possui como principais objetivos:

- ✓ Atrair, recompensar, reter e incentivar os Executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados;
- ✓ Alinhar os interesses dos Executivos com os interesses da Companhia e seus acionistas;
- ✓ Proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e
- ✓ Assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Executivos.

Essa prática de remuneração segue as diretrizes que contam na Política de Remuneração, cujo documento foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 13.05.2021.

b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da prática de remuneração do emissor

A proposta de remuneração da Diretores estatutários e não Estatutários deve ser encaminhada através de seu Diretor Presidente, para aprovação do Conselho de Administração e deverá ser formulada de forma que:

- ✓ Esteja vinculada a resultados, com metas de curto e longo prazo relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a organização;

8.1 Política ou prática de remuneração

- ✓ Evite a criação de desafios inatingíveis ou inconsistentes, que induzam a diretoria a expor a organização a riscos extremos ou desnecessários;
- ✓ Seja justa e compatível com as funções e os riscos inerentes a cada cargo e devidamente contabilizada;
- ✓ Não estimule ações que induzam os diretores executivos a adotar medidas de curto prazo sem sustentação ou que prejudiquem a organização no longo prazo;
- ✓ Tenha uma estrutura de incentivos que deve incluir um sistema de freios e contrapesos, que indique os limites de atuação dos envolvidos e evite que uma mesma pessoa controle o processo decisório e a sua respectiva fiscalização; e
- ✓ Evite o caráter imediatista das metas relacionadas à remuneração variável.

A definição da remuneração individual dos administradores da Companhia é realizada utilizando critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das suas diferentes estruturas funcionais, assegurando a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

Os critérios são fixados de acordo com o padrão de mercado das empresas de atuação no seu segmento e através da realização de pesquisas de mercado, coordenada pela área de recursos humanos, comparando suas práticas às de outras empresas de referência no mercado do mesmo porte da Companhia. Os valores de remuneração pagos aos seus diretores e conselheiros são reajustados por acordos coletivos e convenções coletivas de trabalho.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Diretoria:

Os Diretores Estatutários e não Estatutários da Companhia recebem uma remuneração fixa mensal, na forma de um salário ou pró-labore, conforme o cargo, definidos de acordo com as responsabilidades individuais de cada um, com o objetivo de reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos seus membros, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do seu negócio. Além disso, a remuneração fixa é orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais.

Os diretores não estatutários da Companhia poderão receber, ainda, remuneração variável, seja a título de (i) Participação nos Lucros e Resultados (“PLR”) da Companhia, nos limites estabelecidos anualmente no acordo de PLR, observada a elegibilidade de tais diretores e o atingimento das metas estabelecidas; e/ou (ii) bonificações vinculadas ao atingimento de metas individuais, corporativas e, quando aplicável, indicadores ligados a temas ASG, com o objetivo de premiar o alcance das metas pré-estabelecidas pela Companhia, alinhadas ao desempenho, à sustentabilidade e à estratégia de

8.1 Política ou prática de remuneração

crescimento do negócio em cada exercício social. Os valores e as metas do acordo de PLR são negociados nos respectivos instrumentos e definidos com base em critérios de meritocracia.

Os Diretores Estatutários e não Estatutários da Companhia poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios, além dos benefícios previstos nas normas coletivas aplicáveis: (a) plano de saúde; (b) plano odontológico; (c) vale alimentação; (d) vale refeição; (e) seguro de vida; (f) previdência privada; e outros a serem aprovados pelo Conselho de Administração e/ou que venham a ser estabelecidos nas normas coletivas aplicáveis aos empregados da Companhia para os diretores empregados.

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração recebem uma remuneração fixa mensal, na forma de pró-labore, definido de acordo com regras estratégias e condições gerais previamente estabelecidas e fixadas pela Assembleia Geral e pela Administração da Companhia, com o objetivo de compensá-los pela sua participação nas reuniões do Conselho de Administração e outras atividades desenvolvidas no âmbito de suas atribuições.

Os Conselheiros Independentes da Companhia não serão elegíveis ao recebimento de PLR e benefícios (seguros e vale refeição e vale alimentação), uma vez que não são empregados da Companhia.

Conselho Fiscal:

A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.

Membros de Comitê:

Os membros dos comitês que sejam funcionários da Companhia não receberão remuneração específica, entretanto, membros independentes poderão receber pró-labore para tanto, se assim deliberado pelo Conselho de Administração.

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

No curto prazo, a prática de remuneração busca alinhar administradores e executivos aos objetivos econômico-financeiros, operacionais e estratégicos da Companhia, por meio de metas previamente definidas, incluindo, quando aplicável, indicadores ligados a temas ASG. No médio e longo prazo, a remuneração baseada em ações, quando aplicável, contribui para o alinhamento de interesses entre administradores, executivos, acionistas e a Companhia, incentivando a retenção de talentos, a geração de valor sustentável e a continuidade do negócio.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais.

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

8.1 Política ou prática de remuneração

Conselho de Administração	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2023
Remuneração Fixa	100,00%	100,00%	100,00%
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Benefícios	0,00%	0,00%	0,00%

Diretoria	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2023
Remuneração Fixa	80,00%	80,00%	83,22%
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	16,51%
Benefícios	20,00%	20,00%	0,27%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

O valor e o reajuste da remuneração são propostos pela Administração e deliberados nas Assembleias, que têm como atribuição fixar o montante global da remuneração dos administradores. A proposta da Administração leva em consideração o valor da remuneração de praticados em companhias abertas brasileiras e a capacidade financeira da Companhia.

A Companhia, realiza periodicamente pesquisas de mercado, coordenada pela área de recursos humanos, comparando suas práticas às de outras empresas de referência no mercado do mesmo porte da Companhia.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG.

Os principais indicadores de desempenho considerados na remuneração variável, quando aplicável, contemplam métricas econômico-financeiras e não financeiras. Entre os indicadores econômico-financeiros, destacam-se fluxo de caixa e EBITDA, que representam, em média, 60% das metas. Os demais 40% são compostos por indicadores relacionados a processos, satisfação de clientes, pessoas e temas ASG relevantes para a Companhia.

No âmbito dos indicadores ligados a temas ASG, a Companhia considera, conforme aplicável, metas e iniciativas relacionadas à gestão de pessoas, desenvolvimento e retenção de talentos, clima e engajamento, diversidade e inclusão, satisfação de clientes, governança, integridade, compliance e fortalecimento dos controles internos. A definição e a ponderação dos indicadores podem variar anualmente, de acordo com a estratégia, o orçamento aprovado, as prioridades de gestão e as metas estabelecidas para cada exercício social.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada função e tem como parâmetro os resultados positivos da Companhia no respectivo ano de exercício, que busca o alinhamento de interesses entre acionistas e administradores.

8.1 Política ou prática de remuneração

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Sim, com exceção dos Membros Independentes do Conselho, os demais membros do Conselho de Administração renunciaram à remuneração.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	8,00		14,00
Nº de membros remunerados	3,00	8,00		11,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	752.352,48	10.828.496,36		11.580.848,84
Benefícios direto e indireto	0,00	2.189.874,00		2.189.874,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	7.699.624,24		7.699.624,24
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	752.352,48	20.717.994,60		21.470.347,08

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	9,00		15,00
Nº de membros remunerados	3,00	9,00		12,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	683.956,80	5.436.216,99		6.120.173,79
Benefícios direto e indireto	0,00	1.355.480,76		1.355.480,76
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	2.514.250,29		2.514.250,29
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	683.956,80	9.305.948,04		9.989.904,84

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	6,00		12,00
Nº de membros remunerados	3,00	6,00		9,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	683.956,80	5.061.374,04		5.745.330,84
Benefícios direto e indireto	0,00	1.112.070,24		1.112.070,24
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	1.481.409,12		1.481.409,12
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	683.956,80	7.654.853,40		8.338.810,20

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	7,00		13,00
Nº de membros remunerados	3,00	7,00		10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	636.459,80	5.932.438,20		6.568.898,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.176.759,09		1.176.759,09
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	19.530,00		19.530,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	636.459,80	7.128.727,29		7.765.187,09

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,00	8,00		14,00
N° de membros remunerados	3,00	8,00		11,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	7699624,24		7.699.624,24
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,00	9,00		15,00
N° de membros remunerados	3,00	9,00		12,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2514250,29		2.514.250,29
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	8379051,70		8.379.051,70

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,00	6,00		12,00
N° de membros remunerados	3,00	6,00		9,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1481409,12		1.481.409,12
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1422366,46		1.422.366,46

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	7,00		13,00
Nº de membros remunerados	3,00	7,00		10,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1753479,40		1.753.479,40
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	19530,00		19.530,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

Observado o Programa a ser aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, a concessão das Ações Restritas poderá ser realizada em lotes, com relação aos quais poderão ser estabelecidas condições para que o Beneficiário faça jus ao recebimento das Ações Restritas, incluindo o (a) cumprimento de condições individuais ou coletivas; e (b) manutenção do Beneficiário em seu cargo por um prazo de carência mínimo, dentre outros.

O Conselho de Administração poderá determinar a antecipação dos prazos de carência mínimos de determinados lotes de Ações Restritas, mediante a ocorrência de Eventos de Liquidez da Companhia, a serem definidos pelo Conselho de Administração, observados os termos e condições aqui estabelecidos.

Observado o Programa a ser aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, a outorga de Opções no âmbito deste Plano será realizada a título não oneroso, mediante celebração de Contrato de Concessão de Ações Restritas entre a Companhia e o respectivo Beneficiário (“Contrato”), o qual estabelecerá todos os termos e condições da concessão e recebimento das Ações Restritas, incluindo, necessariamente:

- (i) a quantidade de Ações Restritas concedidas ao Beneficiário, bem como sua divisão em lotes e demais requisitos estabelecidos pelo Conselho de Administração ou previstos neste Plano;
- (ii) as condições para o recebimento das Ações Restritas, incluindo o prazo carência durante o qual as Ações Restritas concedidas não serão entregues e eventuais metas individuais ou coletivas relacionadas ao desempenho do Beneficiário e/ou da Companhia;
- (iii) o direito de preferência da Companhia para aquisição das Ações de titularidade do Beneficiário recebidas em decorrência de sua participação neste Plano;
- (iv) o direito de venda conjunta (tag along) do Beneficiário, bem como o direito de venda forçada (drag along) dos Acionistas em face do Beneficiário, nos termos e condições estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- (v) eventuais restrições adicionais à Transferência e/ou à oneração das Ações Restritas recebidas; e
- (vi) outros termos e condições estabelecidos que não estejam em desacordo com esse Plano.

A celebração do Contrato de Concessão constituirá mero direito expectativo dos Beneficiários, que podem vir a receber as Ações Restritas mediante a verificação de todos os requisitos, condições e procedimentos estabelecidos neste Plano, nos respectivos Programas e Contratos. Até que sejam

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

satisfeitos tais requisitos, condições e procedimentos, não haverá qualquer obrigação da Companhia de transferir as Ações Restritas ao Beneficiário.

Nenhuma disposição deste Plano, dos Programas ou do respectivo Contrato conferirá a qualquer Beneficiário direito de permanência como administrador ou executivo da Companhia ou de suas Controladas, e não interferirá, de qualquer modo, no direito da Companhia ou de suas Controladas de interromper, a qualquer tempo, o mandato do administrador ou contrato de trabalho do executivo.

Este Plano tem como objetivo definir os termos e condições pelos quais a Companhia poderá outorgar conceder, aos Beneficiários (conforme abaixo definido) eleitos pelo Conselho de Administração, o direito de receber Ações Restritas de sua emissão, com vistas a:

- (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais e das metas da Companhia e de suas Controladas, mediante alinhamento dos interesses entre colaboradores e executivos com os interesses da Companhia, de suas Controladas e de seus acionistas;
- (ii) reforçar a capacidade da Companhia de atrair e manter colaboradores e executivos de alto nível, bem como incentivar um comprometimento de longo prazo dos Beneficiários com a Companhia; e
- (iii) compartilhar da criação de valor e dos riscos inerentes ao negócio.

b. Data de aprovação e órgão responsável

Data: 17 de outubro de 2025

Órgão responsável: Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas

c. Número máximo de ações abrangidas

As ações de emissão da Companhia sujeitas a este Plano serão ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal, as quais possuirão as restrições e vantagens previstas neste Plano.

As ações preferenciais (a) não terão direito a voto; (b) terão prioridade no reembolso do capital, por ocasião da liquidação da Companhia, o qual será pago com base no preço de emissão da ação, e, depois de reembolsadas as ações ordinárias, participarão de maneira igualitária no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar; e (c) poderão ser convertidas em ações ordinárias, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, à razão de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial.

No âmbito deste Plano, o Conselho de Administração poderá conceder até **8.489.384** (oito milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, trezentos e oitenta e quatro) ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal, representativas, nesta data, de aproximadamente 6,37% (seis inteiros e trinta e sete décimos por cento) do capital social total da Companhia.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

A quantidade de Ações Restritas abrangidas pelo Plano deverá ser ajustada, por determinação do Conselho de Administração, para mais ou para menos, para refletir grupamentos ou desdobramentos de ações, bem como nas hipóteses de aumento de capital social da Companhia mediante capitalização de lucros ou reservas (bonificação de ações) com emissão de novas ações.

As Ações Restritas concedidas, mas não efetivamente entregues, não serão computadas para efeitos do limite previsto acima e, portanto, ficarão novamente disponíveis para futura concessão.

Com o propósito de satisfazer as obrigações da Companhia de conceder as Ações Restritas nos termos deste Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (i) emitir novas ações através de aumento do capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado; e/ou (ii) utilizar ações existentes mantidas em tesouraria, observadas as regras previstas na legislação aplicável.

Os acionistas da Companhia não terão direito de preferência na aquisição de Ações Restritas em tesouraria, no âmbito do Plano, conforme o disposto no art. 171, § 3º, da Lei das S.A.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

O Conselho de Administração poderá conceder até 8.489.384 (oito milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, trezentos e oitenta e quatro) ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal, representativas, nesta data, de aproximadamente 6,37% (seis inteiros e trinta e sete décimos por cento) do capital social total da Companhia.

e. Condições de aquisição de ações

Uma vez cumpridos todos os termos, metas e condições do Plano, do respectivo Programa e do Contrato, caberá à administração da Companhia tomar as providências necessárias para implementar a concessão das Ações Restritas objeto dos respectivos Contratos de Concessão aos Beneficiários.

Ainda que verificadas as condições e metas para transferência das Ações Restritas, o Conselho de Administração poderá determinar a suspensão da sua entrega, sempre que verificar situações que, nos termos da lei ou da regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a aquisição ou alienação de ações por parte da Companhia ou a aquisição de ações pelos Beneficiários.

Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá, a despeito do cumprimento das condições e metas para transferência das Ações Restritas, decidir pelo o cancelamento de sua entrega e o Beneficiário perderá todo e qualquer direito relacionado às Ações Restritas, caso, antes da transferência ou subscrição das Ações Restritas, pratique ato ilícito que em violação à legislação anticorrupção ou de lavagem de dinheiro ou cause prejuízo à Companhia ou às suas Controladas, bem como caso realize qualquer declaração oral ou escrita sobre a Companhia ou suas Controladas, por qualquer meio de comunicação, que seja depreciativa à imagem, reputação ou interesses da Companhia ou que implique na divulgação de informações confidenciais sobre seus negócios.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O Beneficiário não terá quaisquer direitos e privilégios de acionista da Companhia em relação às Ações Restritas que ainda não lhe tenham sido efetivamente entregues, em especial o direito de voto e o direito ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A outorga de Opções no âmbito deste Plano será realizada **a título não oneroso**, mediante celebração de Contrato de Concessão de Ações Restritas entre a Companhia e o respectivo Beneficiário (“Contrato”), o qual estabelecerá todos os termos e condições da concessão e recebimento das Ações Restritas, incluindo, necessariamente:

g. Critério para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Observado o Programa a ser aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, a concessão das Ações Restritas poderá ser realizada em lotes, com relação aos quais poderão ser estabelecidas condições para que o Beneficiário faça jus ao recebimento das Ações Restritas, incluindo o (a) cumprimento de condições individuais ou coletivas; e (b) manutenção do Beneficiário em seu cargo por um prazo de carência mínimo, dentre outros.

Conselho de Administração poderá determinar a antecipação dos prazos de carência mínimos de determinados lotes de Ações Restritas, mediante a ocorrência de Eventos de Liquidez da Companhia, a serem definidos pelo Conselho de Administração, observados os termos e condições aqui estabelecidos.

h. Forma de liquidação

Na hipótese de falência, dissolução ou liquidação da Companhia, este Plano, os Programas e os respectivos Contratos serão extintos de pleno direito, caducando o direito ao recebimento de todas as Ações Restritas que tenham sido concedidas, mas ainda não entregues, bem como os direitos do Beneficiário.

i. Restrições à transferência das ações

As Ações Restritas concedidas aos Beneficiários no âmbito deste Plano estarão gravadas com restrição à Alienação a terceiros desde a data de recebimento até a ocorrência de um Evento de Liquidez da Companhia.

Durante o período de restrição, as Ações Restritas somente poderão ser Alienadas, seja em caráter gratuito ou oneroso, (i) à própria Companhia em razão do exercício da Opção de Compra prevista abaixo; (ii) aos herdeiros e sucessores do Beneficiário, nos termos previstos no Contrato de Concessão.

O Contrato de Concessão estabelecerá a outorga, pelo Beneficiário, de uma opção de compra das Ações Restritas concedidas no âmbito deste Plano para a Companhia, exercível na ocorrência de um Evento de Vacância do Beneficiário (“Opção de Compra”).

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

As Ações Restritas recebidas pelo Beneficiário em decorrência de sua participação neste Plano não poderão ser objeto de qualquer forma de ônus, gravame (inclusive por meio de usufruto), encargo ou garantia pelos Beneficiários, no todo ou em parte.

Sem prejuízo ao disposto acima, os Beneficiários deverão respeitar as restrições para negociação de valores mobiliários, de acordo com as normas regulatórias e de listagem às quais a Companhia, os Beneficiários, seus administradores, empregados ou prestadores de serviços estejam sujeitos, bem como as demais restrições eventualmente estabelecidas nos respectivos Contratos de Concessão, Estatuto Social, Política de Negociação de Valores Mobiliários e demais documentos societários da Companhia.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Se o número de ações existentes na Companhia for aumentado ou diminuído ou se as ações forem trocadas por espécies ou classes diferentes, como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão então feitos ajustamentos apropriados no número de Ações em relação às quais as opções tenham sido concedidas e ainda não exercidas. Quaisquer ajustamentos nas opções serão feitos sem mudança no valor de compra do total aplicável à parcela não exercida da opção, mas com ajustamento correspondente ao preço de exercício por cada ação ou qualquer unidade de ação abrangida pela opção.

Se a Companhia for capitalizada, a qualquer momento, os Beneficiários, quando do exercício das opções de compra, terão sido proporcionalmente diluídos.

O Conselho de Administração estabelecerá as regras aplicáveis aos Beneficiários para os casos de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização societária da Companhia.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Caberá ao Conselho de Administração detalhar e definir as regras e procedimentos aplicáveis aos casos de desligamento voluntário ou não (com ou sem justa causa) de Beneficiários da Companhia, em virtude do término do contrato de trabalho ou do mandato, destituição, renúncia, aposentadoria, acordo mútuo, incapacidade permanente ou falecimento de Beneficiários, ou qualquer outro evento que implique no término da relação de trabalho ou serviços, com ou sem vínculo, do Beneficiário com a Companhia (“Evento de Vacância”).

Em qualquer hipótese de desligamento do Beneficiário, as restrições previstas neste Plano e nos respectivos Contratos permanecerão em vigor.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)**Exercício Social: 31/12/2026**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		8,00		8,00
Nº de membros remunerados		2,00		2,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		6,000000		6,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		2,08		2,08

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		9,00		9,00
Nº de membros remunerados		2,00		2,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		6,000000		6,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		2,08		2,08

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		6,00		6,00
Nº de membros remunerados		6,00		6,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		0,700000		0,70
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		5,26		5,26
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		7,00		7,00
Nº de membros remunerados		7,00		7,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		0,700000		0,70
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		4,33		4,33
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		0,00		0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. data de outorga**
- e. quantidade de opções outorgadas**
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis**
- g. prazo máximo para exercício das opções**
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções**
- i. valor justo das opções na data de cada outorga;**
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga**

Não aplicável. Não houve outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

8.7 Opções em aberto

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. em relação às opções ainda não exercíveis**
 - i. quantidade**
 - ii. data em que se tornarão exercíveis**
 - iii. prazo máximo para exercício das opções**
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações**
 - v. preço médio ponderado de exercício**
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social**
- e. em relação às opções exercíveis**
 - i. quantidade**
 - ii. prazo máximo para exercício das opções**
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações**
 - iv. preço médio ponderado de exercício**
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social**
- f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social**

Não aplicável. Os membros do conselho de administração e a diretoria estatutária da Companhia não possuem, atualmente, opções em aberto.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. número de ações

e. preço médio ponderado de exercício

f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não aplicável. Não há opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

8.10 Outorga de ações

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. data de outorga

e. quantidade de ações outorgadas

f. prazo máximo para entrega das ações

g. prazo de restrição à transferência das ações

h. valor justo das ações na data da outorga

i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Não aplicável. A Companhia não outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros		8,00	
N° de membros remunerados		2,00	
N° de ações		0	
Preço médio ponderado de aquisição		0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros		9,00	
N° de membros remunerados		2,00	
N° de ações		2.445.652	
Preço médio ponderado de aquisição		0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		2,08	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		-5.086.956,16	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros		6,00	
N° de membros remunerados		6,00	
N° de ações		0	
Preço médio ponderado de aquisição		0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros		7,00	
N° de membros remunerados		7,00	
N° de ações		0	
Preço médio ponderado de aquisição		0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	
Esclarecimento			

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

Como a Companhia não possui ações negociadas em mercado, a Administração realizou uma estimativa de valor justo utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

- ✓ **Preço das ações:** O valor da ação foi de R\$ 2,08.
- ✓ **Preço de exercício:** R\$ 0,001
- ✓ **Volatilidade esperada:** O prêmio de risco utilizado foi de 7,0%
- ✓ **Prazo de vida da opção:** N/A
- ✓ **Dividendos esperados:** distribuição de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei nº 6.404/76, a título de dividendos obrigatórios, observado o disposto no artigo 197 da referida lei;
- ✓ **Taxa de juros livre de risco:** Foi utilizado para a taxa livre de risco as taxas dos EUA acrescidos do prêmio de Risco Brasil, conforme demonstrado abaixo:

Taxa Livre de Risco	
Taxa Livre de Risco dos EUA (10 anos)	4,2%
Prêmio de Risco Brasil	3,7%
Taxa Ajustada	7,9%

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

N/A

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A determinação da volatilidade esperada foi realizada por uma proxy de volatilidade de empresas similares do mercado acionário americano. O prêmio de risco de mercado é calculado com base no retorno histórico da bolsa americana (S&P 500) sobre a remuneração T-Bond de longo prazo (10 anos). O prêmio de risco do mercado utilizado foi de 7,0%, referente a média do período histórico entre 1928 a 2024. (Fonte: Aswath Damodaran).

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu Valor Justo

N/A.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Na tabela abaixo apresentamos a quantidade de ações da BRQ detidas pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

Órgão	Sociedade Emissora dos Valores Mobiliários	12.2024	12.2025
Conselho de Administração	BRQ Soluções em Informática S.A.	86.451.073	86.451.073
Diretoria Estatutária	BRQ Soluções em Informática S.A.	13.564.066	3.659.565
Conselho Fiscal	BRQ Soluções em Informática S.A.	-	-

8.14 Planos de previdência

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. nome do plano

e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

f. condições para se aposentar antecipadamente

g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não aplicável, uma vez que a Companhia não contribui com planos de previdência de titularidade dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	9,00	6,00	7,00	6,00	6,00	6.00
Nº de membros remunerados	9,00	6,00	7,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	1.046.479,92	998.835,48	1.082.175,84	227.985,60	227.985,60	227.985,60
Valor da menor remuneraçãoReal	780.000,00	562.731,48	777.216,48	227.985,60	227.985,60	227.985,60
Valor médio da remuneraçãoReal	805.735,65	829.002,34	847.491,17	227.985,60	227.985,60	227.985,60

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Os contratos para exercício da função societária dos diretores estatutários têm previsão de indenização em casos de destituição, a pedido do diretor ou por iniciativa da Companhia, a qual está atrelada também ao exercício da obrigação de não competição pelo prazo de 6 (seis) meses. Dessa forma, após o desligamento, é devido o *pró-labore*, bem como demais benefícios inerentes ao contrato, pelo prazo de 6 (seis) meses.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

EXERCÍCIO 2023			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. percentual da remuneração total	0%	100%	N/A
EXERCÍCIO 2024			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. percentual da remuneração total	0%	100%	N/A
EXERCÍCIO 2025			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. percentual da remuneração total	0%	100%	N/A
EXERCÍCIO 2026 (PREVISÃO)			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. percentual da remuneração total	0%	100%	N/A

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Exercício Social	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
2026				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2025				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2024				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2023				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

31/12/2026

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2025

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2024

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2023

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004189		
Razão Social		Tipo Auditor	CPF/CNPJ
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA		Juridica	57.755.217/0001-29
Data de contratação do serviço		Data de início da prestação de serviço	
10/04/2024		01/01/2024	
Descrição dos serviços prestados			
Execução de serviços de auditoria, com a finalidade de emitir relatório de auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, contemplando o balanço patrimonial individual e consolidado e as correspondentes demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A. ("Empresa") ou ("BRQ".) para os exercícios a findar-se em 31 de dezembro de 2024 e 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Examinaremos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referente aos exercícios a findar-se em 31 de dezembro de 2024 e 2025, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira às companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS emitidas pelo IASB que não requerem a apresentação da DVA.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
O montante total de remuneração dos auditores independentes no exercício social de 2025 foi de R\$ 606.035,84 (seiscentos e seis mil, trinta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) relativos a serviços de auditoria. Importante informar que não foi contratado nenhum outro serviço além da auditoria.			
Justificativa da substituição			
Não se aplica			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não se aplica			

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social		Tipo Auditor	CPF/CNPJ
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S Ltda		Juridica	61.366.936/0001-25
Data de contratação do serviço		Data de início da prestação de serviço	
29/01/2026		01/01/2026	
Descrição dos serviços prestados			
Realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRQ Soluções em Informática S.A. (a "Companhia") para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2026, 2027 e 2028. A EY Brasil também foi contratada para fazer a revisão e emitir um relatório sobre as informações financeiras intermediárias não auditadas da Companhia de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2026, 2027 e 2028.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Não se aplica			
Justificativa da substituição			
Em função do cumprimento do prazo de 5 exercícios sociais consecutivos para a prestação de serviços pela KPMG, nos termos do artigo 31 da ICVM 308.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			

Não se aplica

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Com o objetivo de preservar a independência, a imparcialidade e a objetividade dos auditores independentes, a Companhia adota como política não contratar, junto a esses profissionais ou firmas de auditoria, serviços que não estejam diretamente relacionados à auditoria externa.

Essa diretriz visa evitar situações que possam caracterizar conflito de interesses, comprometer a autonomia técnica dos auditores ou afetar a qualidade e a confiabilidade dos trabalhos realizados.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Conforme informado no Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 04 de fevereiro de 2026, a **Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. (“EY”)** iniciará suas atividades a partir da **revisão das Informações Trimestrais (ITR) relativas ao primeiro trimestre de 2026**, as quais constituem o **primeiro conjunto de informações financeiras** a ser objeto de revisão no âmbito dos trabalhos da nova auditoria independente.

A **KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”)** prestou serviços à Companhia e suas controladas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	52	87	0	0	0
Não-liderança	472	1531	2	0	0
TOTAL = 2.144	524	1618	2	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	5	111	6	17	0	0	0
Não-liderança	67	1313	145	468	5	7	0
TOTAL = 2.144	72	1424	151	485	5	7	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	5	109	25
Não-liderança	554	1224	227
TOTAL = 2.144	559	1333	252

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	0	139	0
Não-liderança	9	1996	0
TOTAL = 2.144	9	2135	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	2	1	114	18	4
Não-liderança	0	149	84	1564	204	4
TOTAL = 2.144	0	151	85	1678	222	8

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	22	129	0	0	0
Centro-Oeste	11	74	0	0	0
Sudeste	441	1235	2	0	0
Sul	49	173	0	0	0
Exterior	1	7	0	0	0
TOTAL = 2.144	524	1618	2	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indigena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	63	20	68	0	0	0
Centro-Oeste	1	49	6	29	0	0	0
Sudeste	64	1128	115	360	5	6	0
Sul	7	179	10	25	0	1	0
Exterior	0	5	0	3	0	0	0
TOTAL = 2.144	72	1424	151	485	5	7	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	50	94	7
Centro-Oeste	33	51	1
Sudeste	428	1025	225
Sul	47	158	17
Exterior	1	5	2
TOTAL = 2.144	559	1333	252

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contava com **15 prestadores de serviços**, sendo **13 profissionais contratados por meio de pessoa jurídica**, dedicados a atividades de Tecnologia da Informação (TI), e **2 prestadores terceirizados**, dedicados a atividades de limpeza e manutenção.

Os profissionais contratados por meio de pessoa jurídica são alocados conforme as necessidades específicas da Companhia, especialmente em atividades técnicas relacionadas à prestação de serviços de tecnologia. Já os prestadores terceirizados atuam em atividades de suporte operacional.

Todos os referidos prestadores desempenham suas atividades em território nacional, no Estado de São Paulo.

c. índice de rotatividade

	Base 12/2025
Rotatividade	38,93%

O indicador é acompanhado pela Administração como parte da gestão de pessoas, sendo influenciado pela dinâmica do setor de tecnologia, caracterizado por elevada competitividade na atração e retenção de profissionais qualificados. A Companhia mantém iniciativas voltadas à retenção, desenvolvimento e engajamento de seus colaboradores, incluindo programas de capacitação, benefícios, acompanhamento de clima organizacional e ações de fortalecimento da cultura corporativa.

10.2 Alterações relevantes

10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Não houve nenhuma alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item acima.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

Os cargos da Companhia, para fins de remuneração, são classificados em diretores estatutários, diretores não estatutários, executivos e demais colaboradores. Para cada grupo, são estabelecidas faixas salariais com base em pesquisas de mercado, considerando responsabilidades, complexidade das funções, senioridade e práticas do setor.

Os executivos, incluindo diretores estatutários, diretores não estatutários e gerentes, fazem jus a remuneração fixa, seja salarial ou pró-labore, e podem receber incentivo de curto prazo, a título de prêmio ou PLR, vinculado ao atingimento de metas individuais e corporativas. Quando aplicável, também podem participar de programas de incentivo de longo prazo, inclusive planos baseados em ações.

Os demais profissionais e colaboradores fazem jus a remuneração fixa definida de forma a manter a Companhia competitiva na atração e retenção de talentos. Essa remuneração é revisada periodicamente, considerando práticas de mercado, reposições previstas em acordos ou convenções coletivas e eventuais determinações legais ou governamentais.

A remuneração variável dos colaboradores é composta pelo Programa de Participação nos Lucros e Resultados, definido e aprovado anualmente por comissão paritária formada por empregados e pelo Sindicato da categoria. O programa está vinculado ao atingimento de metas individuais e corporativas, buscando alinhar desempenho, sustentabilidade e estratégia de crescimento da Companhia.

b. política de benefícios

A Companhia oferece aos seus profissionais pacote de benefícios flexíveis, considerando as diferentes necessidades dos colaboradores e as regras aplicáveis a cada categoria. Na data da contratação, cada profissional recebe um pacote pré-definido, podendo ajustá-lo conforme suas necessidades, observado o teto de valor da respectiva categoria e as regras previstas na Convenção Coletiva de Trabalho.

O pacote de benefícios contempla, como itens básicos, plano de saúde, seguro de vida e auxílio refeição ou alimentação. Também podem ser oferecidos plano odontológico, multibenefícios, incluindo mobilidade, home office, educação e cultura, previdência privada e possibilidade de inclusão de dependentes nos planos de saúde e odontológico.

A Administração entende que o pacote de benefícios está alinhado às práticas de mercado e contribui para oferecer aos colaboradores uma compensação total adequada, compatível com a estratégia de atração, retenção e engajamento de profissionais.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

i. grupos de beneficiários

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

O plano de concessão de ações restritas aprovado em 17 de outubro de 2025 ("Plano de RSU") é destinado a colaboradores e empregados da Companhia e de suas subsidiárias que ocupem posições consideradas estratégicas, conforme critérios definidos pelo Conselho de Administração. O plano tem como objetivo alinhar interesses, incentivar a retenção de talentos e permitir a participação dos beneficiários no crescimento e na geração de valor da Companhia.

As ações sujeitas ao Plano de RSU serão ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal, observadas as restrições, condições e vantagens previstas no respectivo instrumento. No âmbito do plano, o Conselho de Administração poderá conceder até 8.489.384 ações preferenciais, representativas, na data de aprovação do plano, de aproximadamente 6,37% do capital social total da Companhia.

ii. condições para exercício

Por se tratar de plano de ações restritas, não há exercício de opções pelo beneficiário. A concessão será realizada a título não oneroso, mediante celebração de Contrato de Concessão de Ações Restritas entre a Companhia e o respectivo beneficiário, no qual serão estabelecidos os termos, condições, metas, prazos de carência e demais regras aplicáveis à concessão e ao recebimento das ações.

Após o cumprimento dos termos, metas e condições previstos no Plano de RSU, no respectivo Programa e no Contrato de Concessão, caberá à Administração adotar as providências necessárias para a entrega ou transferência das ações aos beneficiários. O Conselho de Administração poderá suspender ou cancelar a entrega das ações nas hipóteses previstas no plano, inclusive em caso de restrições legais ou regulatórias, prática de ato ilícito, violação à legislação anticorrupção ou de lavagem de dinheiro, prejuízo à Companhia ou divulgação de informações confidenciais. Até a efetiva entrega das ações, o beneficiário não terá direitos de acionista em relação às ações restritas.

iii. preços de exercício

Não aplicável. A concessão das ações restritas será realizada a título não oneroso, não havendo preço de exercício.

iv. prazos de exercício

Não aplicável, por se tratar de plano de ações restritas. A concessão das ações poderá ser realizada em lotes, conforme Programa aprovado pelo Conselho de Administração, podendo estar sujeita ao cumprimento de condições individuais ou coletivas e à permanência do beneficiário na Companhia por prazo mínimo de carência. O Conselho de Administração poderá antecipar prazos de carência em caso de eventos de liquidez, conforme previsto no Plano de RSU e no respectivo Programa.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

No âmbito do Plano de RSU, o Conselho de Administração poderá conceder até 8.489.384 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal, representativas, na data de aprovação do plano, de aproximadamente 6,37% do capital social total da Companhia.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
90.694,93	10.067,00	9,01
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia cumpre as diretrizes determinadas pela CLT, Convenção Coletiva de Trabalho e a Reforma Trabalhista onde são fielmente seguidas pela Companhia.

Os colaboradores são representados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo (“SINDPD-SP”).

Não houve a ocorrência de paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais.

10.5 Outras informações relevantes

10.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia possui uma **Política de Transações com Partes Relacionadas** que estabelece regras para assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da **BRQ Soluções em Informática S.A.** (Companhia) e de seus acionistas.

O objetivo da Política é:

- (i) fornecer orientações aos conselheiros, diretores e colaboradores da Companhia e maior transparência aos acionistas e ao mercado em geral no que se refere a Transações com Partes Relacionadas; e
- (ii) monitorar as Transações com Partes Relacionadas para que sejam realizadas sempre no melhor interesse da Companhia, observando Condições de Mercado, boas práticas de governança, conduta, ética e transparência e sem Conflitos de Interesses.

A Política está sujeita ao Estatuto Social, à Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”), aos regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sobre essa matéria, ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (“CPC 05”) sobre Transações com Partes Relacionadas, ao Regulamento do Novo Mercado da B3, Estatuto Social e ao Código de Conduta da Companhia.

RESPONSABILIDADES E ABRANGÊNCIA

Público-Alvo:

Esta política aplica-se a todas as áreas da BRQ Soluções em Informática S.A. e as suas controladas, no Brasil e no exterior, desde que a Companhia detenha o controle acionário.

Administradores, Acionistas Controladores e outros Membros da Companhia:

Observar e zelar pelo cumprimento da presente Política e, quando assim se fizer necessário, acionar a área Jurídica e/ou o Comitê de Auditoria e Riscos para consulta sobre situações que envolvam conflito com esta Política ou mediante a ocorrência de situações nela descritas, inclusive de Conflito de Interesse.

Áreas Solicitantes:

Comunicar à área Jurídica qualquer potencial Transação com Parte Relacionada. Acionar e fornecer informações, esclarecimentos e documentos necessários, conforme previsto nesta Política, para que as

11.1 Regras, políticas e práticas

Transações com Partes Relacionadas e/ou situações envolvendo Conflito de Interesse sejam submetidas aos órgãos de governança da Companhia e avaliadas por tais órgãos para deliberação.

Conselho de Administração:

Aprovar formalmente a Política de Transações com Partes Relacionadas e suas revisões.

Áreas responsáveis pela Gestão Financeira:

Zelar pelo cumprimento dessa política, realizando monitoramentos periódicos para averiguar a sua conformidade.

Área Jurídica:

(i) Realizar a análise jurídica dos contratos firmados; (ii) cumprir as diretrizes estabelecidas nesta Política, (iii) mantê-la atualizada de forma a garantir que quaisquer alterações no direcionamento da Companhia sejam incorporadas à mesma e esclarecer dúvidas relativas ao seu conteúdo e a sua aplicação, bem como avaliar a necessidade de sua atualização em razão de alterações nas normas aplicáveis à Companhia e/ou suas Controladas (iv) comunicar ao Comitê de Auditoria e Riscos sobre a existência da Transação com Partes Relacionadas informada pela Área Solicitante (v) manifestar-se sobre aspectos legais com relação ao enquadramento das Transações com Partes Relacionadas e/ou situações envolvendo Conflito de Interesse (vi) atuar de forma a garantir que as Transações com Partes Relacionadas ou situações envolvendo Conflito de Interesse estejam claramente refletidas no Formulário de Referência, na forma da legislação e regulamentação vigentes.

Comitê de Auditoria e Riscos:

(i) Manifestar-se, após a manifestação da área Jurídica, sobre as Transações com Partes Relacionadas e/ou situações envolvendo Conflito de Interesse; (ii) solicitar, se necessário, à Área Solicitante a apresentação de informações, esclarecimentos e documentos adicionais para que possa se manifestar acerca da Transação com Parte Relacionada; (iii) avaliar, previamente à apreciação do Conselho de Administração, e manifestar-se, acerca da adequação das Transações com Partes Relacionadas e/ou situações envolvendo Conflito de Interesse, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia e nesta Política, recomendando ou não a sua realização; (iv) avaliar, previamente à apreciação do Conselho de Administração, e emitir recomendação sobre as propostas de alterações no conteúdo desta Política e propor aprimoramentos às suas regras; (v) atuar de forma a garantir que as Transações com Partes Relacionadas ou situações envolvendo Conflito de Interesse: (a) sejam formalizadas e documentadas, especificando-se as suas principais características, inclusive acerca da possibilidade de rescisão, pela Companhia, de qualquer Transação com Parte Relacionada que seja de trato sucessivo, em condições equivalentes àquelas que poderiam ser contratadas com partes independentes (condições equânimes de mercado); e (b) sejam realizadas a preços, prazos e taxas usuais de mercado ou de negociações anteriores que representem condições comutativas; (vi) Monitorar a gestão dos Diretores e

11.1 Regras, políticas e práticas

outros Membros, relativamente à adoção de medidas que visem a garantir que Transações com Partes Relacionadas observem o regramento específico a elas dedicado na lei societária, na regulamentação aplicável e nesta Política; (vii) identificar as Partes Relacionadas da Companhia; e (viii) classificar de operações como Transações com Partes Relacionadas.

DIRETRIZES

Transações com Partes Relacionadas da Companhia serão realizadas em Condições de Mercado, formalizadas por contrato escrito e assinado, especificando-se suas principais características e condições, tais como preço, prazos, garantias, condições de rescisão, entre outras.

Quando da contratação com uma Parte Relacionada, caberá à respectiva área gestora responsável:

- (a) Documentar a contratação por escrito nos termos da Política de Contratos da Companhia;
- (b) Documentar o processo de cotação de preços e condições junto aos concorrentes de forma a evidenciar que a contratação foi realizada em Condições de Mercado, observada a Política de Compras e Financeira da Companhia, garantindo que aqueles que tenham Conflitos de Interesses conhecidos, estejam apartados dessa seleção e aprovação do concorrente vencedor; e
- (c) Obter as aprovações requeridas por lei, pelo estatuto ou pelas Políticas da Companhia, garantindo que aqueles que tenha Conflitos de Interesses conhecidos, estejam apartados dessas aprovações.

Transações Isentas

As Transações com Partes Relacionadas a seguir não estarão sujeitas aos procedimentos desta Política, por observarem ritos próprios de aprovação e reporte:

- (a) Remuneração fixa, variável, baseada em ações e outros benefícios fornecidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Executivos da Companhia, desde que o seu montante global tenha sido aprovado em Assembleia Geral, nos termos da Lei nº 6.404/76, ou pelo Conselho de Administração, se aplicável;
- (b) Reembolso de despesas de viagem e treinamento, de colaboradores, membros da Administração ou comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal ou terceiros, sempre que em serviço da Companhia, devidamente justificadas, razoáveis, e em linha com os procedimentos de viagem e treinamento da Companhia.

Decisões envolvendo transações entre partes relacionadas ou outros potenciais conflitos de interesses

Ao identificar uma matéria em que seja Parte Relacionada ou possa de alguma forma ter um potencial Conflito de Interesses, a pessoa envolvida no processo decisório deve imediatamente manifestar essa situação ao seu gestor imediato, ao Comitê de Auditoria ou Jurídico da Companhia.

11.1 Regras, políticas e práticas

As Pessoas Chaves da Administração que estiverem em situação de Conflito de Interesses deverão fazer consignar em ata de reunião do referido órgão a natureza e a extensão do seu impedimento com o negócio jurídico em pauta, conforme aplicável.

Adicionalmente, a pessoa - que seja Parte Relacionada ou possa ter um potencial Conflito de Interesses - deve abster-se de votar na matéria em questão. Tal pessoa poderá participar da discussão, visando proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas, mas deverá abster-se de votar no respectivo processo decisório ou manifestar recomendação.

Caso alguma pessoa, Pessoa Chave da Administração ou não, que possa ter um potencial Conflito de Interesse sobre alguma decisão não manifeste seu conflito, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence, e que tenha conhecimento da situação, deverá fazê-lo.

Não conformidade com as disposições desta política

A falta de manifestação voluntária sobre Conflito de Interesse é considerada uma violação desta Política, devendo ser investigada pelo Comitê de Auditoria de Riscos, que reportará sua avaliação e recomendação ao Conselho de Administração acerca do tratamento a ser dado à pessoa que incorreu na referida violação.

Qualquer pessoa poderá reportar um evento do qual tenha conhecimento e que eventualmente possa se enquadrar como uma Transação com Parte Relacionada ou Conflito de Interesses, por meio do canal do Código de Conduta, para avaliação sobre eventual violação aos procedimentos desta Política.

Caso alguma Transação com Partes Relacionadas ou em situação de Conflito de Interesses não tiver sido submetida aos procedimentos corretos de formalização e aprovação essa transação deverá ser imediatamente informada ao Comitê de Auditoria e Riscos, que acionarão as instâncias responsáveis para deliberar pela ratificação, alteração ou pelo encerramento da transação, sempre levando em consideração os princípios dessa Política, o melhor interesse da Companhia e de seus acionistas.

Divulgação das transações com partes relacionadas

A Companhia deverá divulgar as Transações com Partes Relacionadas, de forma clara e precisa, em suas Demonstrações Financeiras, de acordo com os princípios contábeis aplicáveis, bem como divulgação ao mercado, nos termos da regulamentação vigente, em especial no Formulário de Referência e nos termos da Instrução CVM nº 480/09, observando eventuais atualizações regulatórias.

Qualquer pessoa que tenha conhecimento de uma Transação com Partes Relacionadas deverá dar ciência da existência da relação, do contrato e valores corretos para a área de Controladoria a fim de que possa ser reportado corretamente.

PROCEDIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E SITUAÇÕES ENVOLVENDO CONFLITO DE INTERESSES

11.1 Regras, políticas e práticas

Operações que possam ser consideradas como Transações com Partes Relacionadas podem ser reportadas ao Jurídico da Companhia ou diretamente ao Comitê de Auditoria e Riscos. Além disso, o Jurídico da Companhia é responsável por analisar todos os contratos celebrados pela Companhia, inclusive no que tange à existência de Transação com Parte Relacionada e/ou situação que configure Conflito de Interesses.

Assim sendo, caso a Área Jurídica da Companhia (i) identifique Transação com Parte Relacionada e/ou situação que configure Conflito de Interesses ou (ii) receba qualquer reporte de potencial Transação com Parte Relacionada e/ou situação que configure Conflito de Interesses, deverá reportar ao Comitê de Auditoria e Riscos, fornecendo todos os documentos e informações solicitadas e necessárias para avaliação do Comitê. A Superintendência Jurídica também informará ao Comitê seu parecer acerca da operação e de seu enquadramento enquanto Transação com Parte Relacionada e/ou situação que configure Conflito de Interesses.

O Comitê de Auditoria e Riscos, por sua vez, avaliará e se manifestará acerca da adequação das Transações com Partes Relacionadas e/ou situações envolvendo Conflito de Interesse, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia e nesta Política, recomendando ou não a sua realização.

Após a recomendação do Comitê de Auditoria e Riscos, o Conselho de Administração da Companhia deliberará sobre as Transações com Partes Relacionadas dentro de determinados critérios de valor, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, ressalvadas as hipóteses cuja aprovação seja de exclusiva competência da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, de acordo com critérios de relevância que venham a ser definidos pela CVM em regulamentação específica.

Órgão Responsável pela Aprovação: **Conselho de Administração**

Data da Aprovação 2ª Edição: **13 de outubro de 2021**

Local Divulgação: **<https://www.brq.com/investidores/>**

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Inspeon Soluções Digitais Ltda.	25/03/2020	275.405,87	0,00	0,00	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Inspeon é controlada pela emissora, que detém 60% do seu capital social.					
Objeto contrato	O Contrato celebrado entre a Inspeon, na qualidade de Contratada, e a Companhia, na qualidade de Contratante, tem por objeto a revenda de licença de uso do Software "Inspeção 360" para os clientes diretos da Companhia pela Inspeo					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	O Contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, em caso de: a) Inadimplemento de quaisquer cláusulas ou condições previstas no Contrato, inclusive no caso de atraso no pagamento. b) Interrupção injustificada dos serviços pela Contratada, por mais de 02 (dois) dias consecutivos ou alternados durante o ano; c) Por quaisquer das partes, no caso de requerimento ou decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial da outra parte; e d) Cessão ou transferência a terceiros, por qualquer das partes do presente contrato, total ou parcialmente, sem prévia autorização escrita da outra parte.					
Natureza e razão para a operação	O Contrato tem natureza de parceria comercial e seu objeto, conforme informado, está em estrita consonância com as atividades econômicas da Companhia no exercício do seu objeto social, bem como no seu plano de negócios, proposto e aprovado pelos órgãos de administração.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Think Internacional	31/12/2017	3.680.890,25	0,00	0,00	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Prestação de serviços					
Garantia e seguros	Não se aplica.					
Rescisão ou extinção	Não se aplica.					
Natureza e razão para a operação	Não há outras informações relevantes.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'**11.2. Itens 'n' e 'o'****n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses**

A Companhia possui Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece regras e procedimentos para identificação, análise, aprovação e monitoramento de transações com partes relacionadas e demais situações com potencial conflito de interesses.

A política tem como objetivo assegurar que tais transações sejam realizadas no melhor interesse da Companhia e de seus acionistas, observadas condições de mercado, boas práticas de governança corporativa, transparência, ética e adequada gestão de conflitos de interesses.

As transações com partes relacionadas devem ser reportadas às áreas competentes da Companhia, incluindo Controladoria, Jurídico e/ou Compliance, conforme aplicável, para avaliação, registro, acompanhamento e divulgação adequada nas demonstrações financeiras e demais documentos societários e regulatórios, nos termos da regulamentação da CVM vigente.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas são avaliadas pela Companhia com o objetivo de assegurar que sejam realizadas em bases comutativas, em condições compatíveis com as praticadas no mercado ou com pagamento compensatório adequado, conforme aplicável.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração, alteração ou rescisão de determinados contratos ou acordos envolvendo a Companhia e seus acionistas, administradores, empregados ou respectivas partes relacionadas, observadas as regras estatutárias, a Política de Transações com Partes Relacionadas e a regulamentação aplicável.

11.3 Outras informações relevantes

11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
12/11/2025			56.283.889,43
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
133.186.083		5.345.652	138.531.735

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
12/11/2025			56.283.889,43
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
133.186.083		5.345.652	138.531.735

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
12/11/2025			56.283.889,43
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
133.186.083		5.345.652	138.531.735

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
24/04/2026			56.238.889,43
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
141.163.000		0	141.163.000

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

a. direito a dividendos

b. direito de voto

c. conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:

i. condições

ii. efeitos sobre o capital social

d. direitos no reembolso de capital

e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle

f. restrições à circulação

g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

h. possibilidade de resgate de ações, indicando:

i. hipóteses de resgate

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

i. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

j. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

k. outras características relevantes

Não se aplica a Companhia este item sobre emissores estrangeiros.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Com garantia real e garantia adicional fidejussória.
Data de emissão	17/03/2020
Data de vencimento	18/03/2025
Quantidade	60.000
Valor nominal global R\$	60.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	18.750.737,21
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelo investidor profissional
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Com garantia real e garantia adicional fidejussória.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não Aplicável
Outras características relevantes	Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos no contrato da debênture, foi negociada uma cláusula financeira restritiva (covenant). A partir de 30 de junho de 2020, a Companhia passou a acompanhar um índice financeiro de sua capacidade de endividamento, que mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA dos últimos 12 meses. Conforme definido em contrato, este índice não poderá ser superior a 2,5 vezes. O não cumprimento do índice, por dois trimestres consecutivos ou alternados, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	1

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação.

As ações de emissão da Companhia são admitidas à negociação no mercado de bolsa administrado pela B3, no segmento especial de listagem denominado BÁSICO.

A negociação das debêntures referidas neste Formulário de Referência é realizada no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não foi feita oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

No julgamento da Companhia, todas as informações relevantes foram fornecidas nos subitens relacionados ao item 12 do presente Formulário de Referência.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	
Rodrigo Frizzi Sousa	Diretor Presidente	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

**DECLARAÇÃO**

Prezados,

Rodrigo Frizzi Sousa, brasileiro, bacharel em Ciência da Computação e pós-graduado em TIC, residente e domiciliado na Cidade de Osasco e Estado de São Paulo, portador da carteira de identidade nº 12.622.627-1, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF nº 266.581.018-25, na qualidade de **Diretor Presidente da BRQ Soluções em Informática S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Mamoré, nº 687 - Andar 03 - Conjunto 301 - Parte - Alphaville - CEP: 06454-040, inscrita no CNPJ nº 36.542.025/0001-64 ("**Companhia**"), declaro que:

- a) Revisei o formulário de referência;
- b) Todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20; e
- c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo das atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

RODRIGO FRIZZI

SOUZA:26658101825

Assinado de forma digital por
RODRIGO FRIZZI SOUSA:26658101825
Dados: 2026.05.08 08:00:41 -03'00'

BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A.

Rodrigo Frizzi Sousa
Diretor Presidente
E-mail: ri@brq.com

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores



DECLARAÇÃO

Prezados,

Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues, brasileiro, bacharel em Informática, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, portador da carteira de identidade nº 07.357.433-7, expedida pela IFP/RJ, e inscrito no CPF nº 994.033.157-68, na qualidade de **Diretor de Relações com Investidores da BRQ Soluções em Informática S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Mamoré, nº 687 - Andar 03 - Conjunto 301 - Parte - Alphaville - CEP: 06454-040, inscrita no CNPJ nº 36.542.025/0001-64 ("**Companhia**"), para fins do item 13 do **Formulário de Referência** da Companhia, atesta que:

- a) Revisei o formulário de referência;
- b) Todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20; e
- c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo das atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

ANTONIO EDUARDO PIMENTEL
RODRIGUES:99403315768

Assinado de forma digital por ANTONIO
EDUARDO PIMENTEL
RODRIGUES:99403315768
Dados: 2026.05.07 18:05:44 -03'00'

BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A.

Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: ri@brq.com

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.